

CCAEC CEBOOKS

Organização

Michel Goulart da Silva

O golpe de 1964 e seus impactos no tempo presente



1ª Edição Foz do Iguaçu 2024

© 2024, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Diagramação: Valéria Lago Luzardo

Capa: Gloriana Solís Alpízar **Revisão:** O organizador **ISBN** 978-65-89284-65-9

DOI: 10.23899/9786589284659

Disponível em: https://publicar.claec.org/index.php/editora/catalog/book/132

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O golpe de 1964 e seus impactos no tempo presente [livro eletrônico] / organização Michel Goulart da Silva. 1. ed. Foz do Iguaçu, PR: CLAEC e-Books, 2024. PDF.

Vários colaboradores. Bibliografia. ISBN 978-65-89284-65-9

1. Ditadura. 2. Golpe. 3. Resistência. I. Título.

CDD: 980

Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e autoras, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura - CLAEC Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino Diretor-Presidente

> Dra. Betania Maciel Diretora Vice-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós Diretora Vice-Presidente

Dr. Fábio do Vale Diretor Vice-Presidente

Editora CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino Editor-Chefe

Dr. Lucas da Silva Martinez Editor-Chefe Adjunto Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo Editora-Assistente

> Bela. Valéria Lago Luzardo Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán Universidad Veracruzana, México

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

> Dr. Djalma Thürler Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dr. Daniel Levine University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Fabricio Pereira da Silva Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes Universidade Federal Fluminense, Brasil

> Dr. José Serafim Bertoloto Universidade de Cuiabá, Brasil

Dra. Marie Laure Geoffray Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dra. Ludmila de Lima Brandão Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo Universidad de Guadalajara, México

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdettaro Universidad Nacional de Rosário, Argentina

Dra. Susana Dominzaín Universidad de la República, Uruguai

Dra. Suzana Ferreira Paulino Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo Universidad Andina Simón Bolivar, Equador

Sumário

Apresentação Michel Goulart da Silva	5
A exploração e as resistências da classe trabalhadora durante a ditadura civil-militar no Brasil Mauri Antônio da Silva, Ricardo Lara DOI: 10.23899/9786589284659.1	6
O PCB diante do golpe e da ditadura Michel Goulart da Silva DOI: 10.23899/9786589284659.2	18
"Irreversível": autoritarismo e violência na construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte (1979-1983) Jovelina Silva Santos DOI: 10.23899/9786589284659.3	25
A Ditadura Militar Brasileira e a política subimperialista de dominação interna entre Brasil e Argentina na América do Sul Eliton Felipe de Souza DOI: 10.23899/9786589284659.4	38
O "Irrevogável" frente ao "Irreversível": políticas de Memória e a Justiça de Transição no Cone Sul Guilherme da Conceição de Lima, Vitória Maria de Sousa DOI: 10.23899/9786589284659.5	51
Anos de ouro: como o sucesso de duplas caipiras refletiu uma nova visão do Brasil durante o regime militar João Vitor Araujo da Silva DOI: 10.23899/9786589284659.6	63
Espólio da Ditadura sob lentes do Cinema Nacional Aline Chagas DOI: 10.23899/9786589284659.7	69
Os fascismos no Brasil e sua relação com o ideário da ditadura militar: um estudo sobre o presente a partir do rock fascista Pedro Carvalho Oliveira DOI: 10.23899/9786589284659.8	83

Apresentação

Michel Goulart da Silva

Esta obra reúne estudos que discutem temas relacionados ao golpe de 1964 e à ditadura iniciada a partir desse processo. O período da ditadura mantém marcas profundas na sociedade brasileira, seja nas instituições, nas quais ainda persistem traços autoritários, seja na memória das pessoas que sofreram com a repressão e de seus familiares, seja na construção da historiografia do período.

Nesse sentido, o livro reúne estudos que discutem diferentes aspectos, divididos em três blocos. Um primeiro bloco de textos discute a atuação das organizações dos trabalhadores dentro de um contexto de repressão. Destacam-se, assim, os sindicatos e suas mobilizações e a atuação das organizações de esquerda, mostrando o cenário social e político dentro do qual se desenvolveram as lutas contra o golpe e a ditadura.

Um segundo bloco trata da ditadura dentro do cenário latino-americano de governos ditatoriais. Nesse sentido, discute-se o projeto econômico da ditadura inserido na ideia de segurança nacional e como isso moldou as ações políticas dos diferentes governos ditatoriais que de existiram na época, especialmente no Cone Sul. Por outro lado, discute-se a memória do período em uma perspectiva continental e como esses traumas afetam tanto a produção da memória como as políticas de reparação realizadas pelo Estado.

O terceiro bloco discute as manifestações artísticas e culturais relacionados à ditadura e suas reverberações. Assim, mostra-se como são representadas na música as tensões que existem no campo e como isso ainda impacta a realidade no tempo presente. Mostra-se também como a ditadura foi representada pelo cinema e os discursos produzidos em sua relação com a memória construída acerca do período. Mostra-se, por fim, as reverberações da ditadura na música produzida no tempo presente e como se liga às propostas autoritárias vistas nos últimos anos no Brasil.

Portanto, ao longo dos oito textos publicados nesta obra, será possível refletir acerca da produção de memórias e de narrativas acerca da ditadura, a política econômica e as propostas de modernização impulsionadas pelos setores conservadores da sociedade que assumiram os governos e a repressão às diferentes formas de oposição. Com isso, se pontua a necessidade de dialogar no sentido de construir uma memória crítica acerca do período, de tal forma a garantir que períodos como esse não voltem a se repetir tanto na história do Brasil como na de outros países.

A exploração e as resistências da classe trabalhadora durante a ditadura civil-militar no Brasil

Mauri Antônio da Silva* Ricardo Lara**

Introdução

Nos anos da ditadura civil-militar os retrocessos foram constantes para as conquistas de direitos sociais, econômicos, civis, políticos e culturais, como também abriu caminho para a contenção salarial por meio de legislação autoritária, o que impediu liberdade de greve, negociação salarial e reajustes salariais que fugissem aos índices manipulados pelo governo dos generais a serviço do capital.

Este artigo, por meio de estudo bibliográfico e teórico, analisa a exploração da força de trabalho no período da ditadura militar e as resistências produzidas por três importantes greves. Analisamos como a classe trabalhadora brasileira enfrentou o arrocho salarial do regime ditatorial através dos sindicatos e apresentamos, introdutoriamente, as greves dos metalúrgicos de Contagem (MG) e de Osasco (SP), como também a histórica greve das operárias da indústria da extração de óleo de castanha de caju de Fortaleza (CE).

A ditadura civil-militar e a exploração da força de trabalho

Historicamente a burguesia brasileira não realizou uma revolução nacional que rompesse a dominação externa, o caminho escolhido foi de submissão ao imperialismo, reforçando o desenvolvimento desigual interno e a dominação externa, pautada na exploração da força de trabalho barata da periferia da ordem capitalista para produzir superlucros (Fernandes, 1974, p. 300).

_

^{*} Docente de Ensino Superior, doutor em Serviço Social (UFSC), mestre em Sociologia Política (UFSC), bacharel em Serviço Social (UFSC), licenciado em Estudos Sociais e História (UDESC), professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Contato: mauri.silva19@gmail.com

^{**} Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Pós-doutorado pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Pesquisador com Bolsa do CNPq. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas: trabalho, "questão social" e América Latina (Brasil/NEPTQSAL). Contato: ricardolarauf@gmail.com

O golpe de 1964 foi uma aliança entre militares e civis alinhados aos interesses imperialistas hegemonizados pelos Estados Unidos. Diante da crescente mobilização das massas populares em defesa das reformas de base propostas por João Goulart, a burguesia optou pela contrarrevolução, principalmente para deter as transformações necessárias para a constituição de um país autônomo e soberano. Houve dura perseguição contra militantes de esquerda ou mesmo democratas que se opuseram ao regime ditatorial que recrudesceu com o AI 5. Este Ato institucional dava total poderes ao general de plantão na presidência da República. De acordo com Netto (2014, p. 120):

[...] o AI-5 esteve vigente por 10 anos e 18 dias [...] no curso dos quais foi usado para cassar mandatos de 113 deputados federais e senadores, 190 deputados estaduais, 38 vereadores e 30 prefeitos — sem contar a punição de milhares de servidores públicos civis e militares, profissionais liberais, professores e membros do judiciário e a censura de mais de 500 filmes, 450 peças teatrais, 200 livros e mais de 500 músicas.

No governo democrático de João Goulart, período que precede o golpe de 1964, a classe trabalhadora obteve avanços nos direitos trabalhistas. Souto Maior (2015) recorda que, durante o governo de João Goulart foi criado o 13º salário e a legislação trabalhista foi levada ao campo, bem como o Ministério do Trabalho atuou na fiscalização do cumprimento dessa legislação.

Todavia, esgotada a possibilidade de impedir o avanço dos direitos trabalhistas e sociais que vinha ocorrendo nos anos 1960, a burguesia recorre à violência, durante a ditadura civil-militar de 1964 a 1985, além de constantes repressões aos trabalhadores em suas greves e lutas sociais.

Os principais retrocessos à legislação trabalhista desse período foram: a proibição do direito de greve em atividades essenciais e no serviço público (Lei n. 4.330/64), a execução de política econômica baseada na contenção salarial, as intervenções em sindicatos, o incremento de reforma trabalhista que criou a permissão da redução de salários por atuação judicial (Lei n. 4.923/65), fim da estabilidade no emprego (Lei n. 5.107/66 – FGTS) o que abriu caminho para a terceirização (Lei n. 6.019/74) (Souto Maior, 2015).O artigo 492 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) previa a estabilidade no emprego após o trabalhador cumprir dez anos de trabalho na empresa, o que era questionada pelos empresários desde os anos 1950. O questionamento veio à tona em 1957, quando o tema foi inserido no encontro organizado pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), realizado no Rio de Janeiro, nos dias 29 a 31 de agosto, com o objetivo de extinguir o direito. Em contraposição, o movimento sindical em nível

nacional, por meio da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias (CNTI) articulou movimento na defesa do direito em várias regiões do país, porquanto "o fim da estabilidade, significaria a legalização do desemprego" (Santos, 2017, p. 56).

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi concebido em 1966 por Roberto Campos, o qual era ministro do Planejamento do governo do marechal Castello Branco, com o objetivo de facilitar a demissão de trabalhadores e financiar a construção de imóveis, tornando letra morta dois artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O primeiro previa ao funcionário indenização de um mês de salário por ano trabalhado, em caso de demissão imotivada, e o segundo assegurava estabilidade no emprego ao trabalhador do setor privado que houvesse completado dez anos na mesma empresa. A exploração dos trabalhadores e trabalhadoras foi enormemente facilitada pela introdução do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (1966). Foi um instrumento legal que suprimiu a estabilidade no emprego após dez anos de serviço que fora conquistado pelas lutas da classe trabalhadora nos anos 1920 (Horie, 2019; Biavaschi, 2005). O ex-ministro da economia qualificou o instrumento legal como uma medida necessária para acabar com o passivo laboral (ou seja, os trabalhadores com direito a indenização em face da demissão). O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi funcional para a burguesia nacional e internacional, pois aumentou a rotatividade do trabalho e criou bases para favorecer a centralização do capital.

A criação do FGTS contribuiu para o aumento da rotatividade. Em 1974, com base em dados da Fundação Instituto de Investigações Econômicas da Universidade de São Paulo, a rotatividade era de 72% na indústria automobilística e de 63% na indústria eletroeletrônica e metalúrgica, todos eles considerados ramos "dinâmicos" da economia brasileira (Marini, 2000). Ao aumentar a rotatividade da força de trabalho o FGTS aumenta o exército industrial de reserva sob sua forma flutuante, exercendo efeito na desorganização sindical e na pressão para baixo dos salários. No estudo do Dieese, mencionado por Marini (2000), evidencia-se que as empresas dispensavam seus trabalhadores em vésperas de negociação coletiva.

No período ditatorial a pressão dos salários para baixo foi fundamental para que ocorresse a superexploração da força de trabalho (Marini, 2000), além da intervenção em sindicatos destituindo diretorias combativas e as substituindo por interventores da ditadura que deixaram de encaminhar as greves e as lutas sociais, transformando os sindicatos em uma espécie de clube de recreação e assistência social.

A superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras, segundo Marini (2000), ocorre pela conjugação de três fatores: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para

O golpe de 1964 e seus impactos no tempo presente A exploração e as resistências da classe trabalhadora durante a ditadura civil-militar no Brasil DOI: 10.23899/9786589284659.1

repor sua força de trabalho. Configura-se, desse modo, um modo de produção fundado exclusivamente na intensa exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade e das forças produtivas. A característica das economias latino-americanas é o baixo nível do desenvolvimento das forças produtivas e também o tipo de atividades desenvolvidas.

Ao analisar a política salarial dos primeiros anos da ditadura, Rattner (1968, s/p) afirma que é suficientemente conhecido o teor da Lei que determina, em consonância com os propósitos "do governo de reduzir a taxa de inflação, até sua eliminação completa, o reajustamento dos salários, com base no salário médio real dos últimos vinte e quatro meses". Desse modo, houve brutal compressão dos salários que, para os economistas da ditadura, era a chave necessária para a retomada da acumulação capitalista. Houve malabarismo da política salarial que concentrava nas mãos do governo a definição dos índices de reposição inflacionária, proibindo até mesmo reajustes superiores determinados pela Justiça do Trabalho. Segundo o autor:

Surgiu [...] uma dificuldade no raciocínio aritmético dos legisladores, devido à continuação do processo inflacionário, muito embora e reconhecidamente, com índices inferiores aos do ano 1964. A fim de manter o salário médio real, sugeriuse, então, a inclusão à fórmula do chamado "resíduo inflacionário", ou seja, 50,0% do aumento de custo de vida, previsto para o ano seguinte ao reajustamento, seria acrescentado ao salário médio real recomposto. Ficou patente, porém, - e reconhecido por todos que com seriedade e honestidade seguem a evolução da economia nacional - que as taxas admitidas e fixadas pelo govêrno como "resíduo inflacionário" o foram em níveis irreais, ou seja, muito abaixo da taxa de desvalorização real da moeda nacional, prejudicando assim novamente os assalariados. A título de exemplo apenas, citamos o resíduo inflacionário de 10,0%, previsto pelo govêrno para todo o ano de 1966. Entretanto, já nos primeiros três meses daquele ano, o aumento de custo de vida tinha superado largamente os 10,0% previstos para o ano todo, e até o fim do ano de 1966, ultrapassara os 40,0% (a saber, 41,3% na Guanabara e 46,6% em São Paulo, Capital), sem que se tivesse tentado corrigir o que constituiu uma transgressão da própria Lei por um lado, e uma redução brutal do poder aquisitivo da população trabalhadora por outro. De fato, comparando-se os índices oficiais sôbre o aumento do custo de vida com os dos reajustes salariais, não se pode fugir da conclusão de que houve uma queda planejada e violenta das remunerações de amplas camadas da população urbana, operários, empregados e funcionários públicos, nos últimos três anos, que deixou seu poder aquisitivo num nível pouco superior a 50,0% do que era nos anos imediatamente anteriores a 1964 (Rattner, 1968, s/p).

Assim, a dominação do capital sobre o trabalho no Brasil se aprofundou com a ditadura que constituiu um modelo autocrático burguês de transformação capitalista subordinado aos interesses do capital imperialista hegemonizado pelos Estados Unidos

da América do Norte. O general Castelo Branco e o ministro da Economia Roberto Campos desvalorizaram o salário em 45% para, em prazo curto, recuperar a taxa de lucros dos capitalistas (Santos, 1994). Pequenos e médios empresários foram atingidos pelas medidas, foi introduzida a correção monetária para evitar burlas aos impostos, o mercado financeiro foi internacionalizado, bem como o mercado de capitais, abrindose ao capital de giro das corporações estrangeiras. Ou seja, a globalização financeira brasileira foi impulsionada pelos civis e militares que administraram o Estado durante a ditadura que durou longos 25 anos.

O denominado milagre econômico com altas taxas de crescimento durante a ditadura, com dados de crescimento econômico que chegaram a 10% no período 1968/1973, não foram reais para a população brasilera. O argumento de que o crescimento se deveu a ditadura militar é falho, pois os dados demostram que em períodos amplamente democráticos como o de Juscelino Kubitschek, auges econômicos também ocorreram. Entre 1956 e 1962 o crescimento do PIB anual foi de 7,8%. E mais, os militares foram responsáveis pela depressão econômica mais séria no Brasil do pós-guerra (1964-1967). Os gastos com "bem estar social" cairam de 4% para 2%, porque a maior parte do orçamento era destinado ao grande capital nacional e internacional (Santos, 1994).

Durante a ditadura os índices de inflação eram manipulados para forçar o arrocho salarial permanente: em 1973, o governo apresentou índice oficial de 15,5%; em 1977 o governo dizia que a inflação era de 26,6% e o insuspeito Banco Mundial dizia que era de 22,5%. Era evidente o arrocho salarial dos trabalhadores em benefício dos lucros do patronato. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos/DIEESE, os trabalhadores e trabalhadoras tiveram perdas de 34,1% em relação aos salários de 1976 e assim que a fraude foi revelada (1977), o movimento sindical paulista, que então se reorganizava para lutar começou a campanha pela reposição salarial (Netto, 2014).

Os sindicatos enfrentam o arrocho salarial

O movimento sindical é fundamental na luta contra as explorações e opressões e quando permeada pela atuação de lideranças comprometidas com a transformação social pode utilizar os momentos de luta econômica para ampliar a consciência de classe anticapitalista. As greves ensinam os trabalhadores e trabalhadoras a unirem-se e a notarem que somente coletivamente podem sustentar a luta contra os capitalistas. As greves educam a classe trabalhadora a pensar na luta de toda a classe contra a classe patronal e contra o governo autocrático-policial. Por isso, os socialistas chamam as greves de escolas de guerra, momento em que os operários e operárias aprendem a

desencadear a guerra contra seus inimigos pela emancipação do povo e de todos os trabalhadores e as trabalhadoras do jugo do governo e do capital (Antunes, 1979).

No contexto ditatorial brasileiro, a imposição do arrocho salarial sofreu resistências do movimento sindical. Na literatura do movimento operário é ressaltada a greve dos metalúrgicos de Osasco (SP) como uma das primeiras greves de enfrentamento a ditadura civil-militar de 1964, no ano de 1968. Houve também a greve dos metalúrgicos de Contagem (MG) em 1968, que impôs a ditadura uma quebra do arrocho salarial, conquistando 10% de abono para os metalúrgicos em greve e a toda a classe trabalhadora. Em Fortaleza (CE) ocorreu outra greve de mesma dimensão e importância, mas ainda pouco conhecida nos estudos da memória operária, a greve das castanheiras.

Durante o regime ditatorial, os sindicatos sofreram severa repressão, muitas greves foram combatidas na força das baionetas. Todavia, no final dos anos 1970, frente ao arrocho salarial, explodia a mobilização do proletariado que foi preparada no chão de fábrica por militantes de esquerda. A luta era centrada na reposição salarial, mas ao fim e ao cabo, convertia-se numa luta contra o autoritarismo patronal e estatal que cerceava a organização dos trabalhadores e as liberdades sindicais e democráticas.

A luta ganhava força com a greve dos operários da Saab-Scania (em São Bernardo). Ela explodiu em maio de 1978, mas logo foi se estendendo pelo cinturão industrial de São Paulo (o Grande ABC) e em seguida a outras cidades do estado, configurando entre 12 de maio e 13 de julho de 1978, em 9 cidades paulistas. A paralisação somou aproximadamente 250 mil trabalhadores, com evidências de que em 213 fábricas os trabalhadores tinham cruzado os braços, forçando os empresários a ceder nas negociações. Reiniciava, portanto, a organização política dos trabalhadores, que de acordo com Netto (2014, p. 205):

No plano da organização dos trabalhadores, os avanços resultantes do processo de lutas que vinha de 1978 expressou-se claramente em agosto de 1981, quando se realizou, em São Paulo, a Primeira Conferência das Classes Trabalhadoras/CONCLAT, que reuniu 5.247 delegados, representantes de 1.126 sindicatos (entre os quais 480 urbanos e 384 rurais); dois anos depois, em agosto de 1983, em congresso fundacional realizado em São Bernardo, surgia a Central Única dos Trabalhadores/CUT.

Entretanto, as greves históricas que contestaram a ditadura civil-militar foram os embriões das novas organizações dos anos 1980. A seguir, abordaremos três importantes greves que antecederam as greves do ABC.

A greve de Contagem

O primeiro grande movimento de resistência operária a política econômica da ditadura empresarial-militar aconteceu em Contagem, Minas Gerais, local de polo metalúrgico com 28 mil habitantes e 18 mil operários. A greve começou no chão da fábrica. Os depoimentos¹ da época mostram o trabalho persistente de lideranças de esquerda – Polop, PCB, PCBR e ALN, Ação Popular – nos bairros operários e no interior das fábricas, abordando e despertando os operários contra a injustiça do arrocho salarial perpetrado pela ditadura empresarial-militar (Buonicore, 2006).

Em Contagem, o movimento paredista ganhou impulso adotando como forma de pressão a ocupação das fábricas. Os operários organizaram uma comissão para coordenar e realizar as negociações, exigindo aumento de 25% nos salários e os patrões ofereceram apenas 10%, que ainda seria descontada da data base que seria em outubro, mas a proposta foi rejeitada pelos trabalhadores. Porém, como era proibida pela ditadura, a greve foi decretada ilegal.

No dia 20 de abril de 1968 a greve chegou a *Mannesman*, onde se criou um comando de greve unificado, dirigido por Ênio Seabra. O Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, viajou a Contagem, e visitou a sede do Sindicato para tentar pôr fim ao movimento, ameaçando ao movimento com as palavras de que "se as condições se agravarem vai haver luta e perderá quem tiver menos força, embora não queiramos fabricar e nem nos transformar em cadáveres". Apesar da ameaça, os operários responderam que seu movimento era autêntico e não estava ligado a nenhum grupo político, e o ministro acabou se retirando sob vaias.

Após as ameaças do coronel, a greve se expandiu, com a paralisação no dia seguinte dos trabalhadores da Acesita, da RCA-Victor, da Demisa e da Industam. O governo apresentou proposta de conciliação com reajuste de 10%, que não seria descontada na data-base, acompanhada de um ultimato: "a recusa da proposta significa uma declaração de guerra". A diretoria do Sindicato aceitou a proposta, pois era uma vitória que rompia com o arrocho da ditadura, mas os metalúrgicos a rejeitaram em

_

¹ "Até recentemente a única e, portanto, a mais 'abalizada' fonte e análise sobre este movimento grevista havia sido o artigo 'Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco – 1968', escrito pelo sociólogo Francisco Weffort e publicado nos Cadernos do CEBRAP 05 – Participação e conflito industrial, ainda em 1972. O trabalho de Weffort tinha seus limites devido ao fato de não ter podido entrar em contato com as lideranças e grupos de esquerda que atuaram na greve, pois fora escrito em momento de aguda repressão da ditadura contra o movimento sindical e lideranças de esquerda no país. Ver também matéria com o depoimento das principais lideranças da greve, realizada em abril de 1968 pelos metalúrgicos em Contagem, Minas Gerais, que mostra a intenção do movimento em combater o arrocho salarial da ditadura" (Branco, 2008).

assembleia e continuaram a greve pelos 25%. Na sequência a greve aumentou e mais dez empresas aderiram à greve, tais como a Simel, a Mafersa e a Pollig-Haeckel, totalizando 20 mil metalúrgicos paralisados.

Com esses acontecimentos e resistência classista, Jarbas Passarinho, em cadeia nacional de rádio e televisão, deu início a operação de guerra contra a greve. A polícia militar ocupou a cidade industrial e impediu as assembleias e aglomerações operárias. Apesar da repressão policial-militar, foram necessários mais alguns dias para a situação se normalizar e às vésperas do 1 de maio, quando os operários ainda estavam em greve, o general-presidente Costa e Silva anunciou de forma solene um abono salarial de 10% para todos os trabalhadores brasileiros.

Essa greve de Contagem mostrou que era possível lutar, mas a repressão foi intensa, o que gerou demissão de dezenas de lideranças do movimento (Buonicore, 2006; Oliveira, 2020).

A greve de Osasco

A greve dos metalúrgicos de Osasco, em 16 de julho de 1968, combinou a atuação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, liderado por José Ibrahim, com as comissões de fábrica que tinham sido constituídas desde o início dos anos 1960. A greve começou pelos metalúrgicos da *Cobrasma* com mil operários aderindo à luta. Mantiveram 15 engenheiros e 30 chefes de serviço reféns dentro da fábrica, que foi ocupada para evitar a invasão policial. Em seguida, aderiram os operários da *Barreto Keller*, *Braseixos* e *Granada* (esta do setor químico). Ao final da tarde, aderiu os operários da *Lonaflex* (Weffort, 1972).

Os boletins distribuídos nas fábricas eram assinados pelos "grevistas" e não pelo sindicato. A luta era contra as leis de arrocho salarial da ditadura, o FGTS, a lei antigreve e contra a ditadura dos patrões. As reivindicações eram de 35% de aumento salarial, contrato coletivo de dois anos e reajustes salariais trimestrais².

No mesmo dia de deflagração da greve, a DRT de São Paulo decretou a ilegalidade e a polícia desocupou as fábricas. No dia seguinte, 17 de julho de 1968, o Ministro do Trabalho decretou intervenção no sindicato, lideranças foram presas – cerca de 30 –, e o sindicato foi evacuado da presença de grevistas. José Ibrahim desapareceu para não ser preso.

No dia 17 de julho de 1968 ainda eclodiu greve na Brown Boveri, mas o movimento já estava derrotado frente a repressão total do estado ditatorial. No terceiro dia os

-

² Disponível em: https://memorialdademocracia.com.br/card/exercito-reprime-a-greve-de-osasco.

O golpe de 1964 e seus impactos no tempo presente A exploração e as resistências da classe trabalhadora durante a ditadura civil-militar no Brasil DOI: 10.23899/9786589284659.1

metalúrgicos voltavam ao trabalho, a greve tinha sido derrotada, mas lições foram aprendidas pelo movimento sindical.

A greve de Fortaleza

Em novembro de 1968 centenas de castanheiras (operárias da indústria da extração de óleo da castanha de caju) da Companhia Industrial de Óleos do Nordeste – CIONE (Fortaleza-CE) discutiram e organizaram uma greve para reivindicar melhores salários e condições de trabalho.

O endurecimento da legislação referente aos salários piorava as condições de vida das trabalhadoras da fábrica. Em 1968 foi produzido 500 "caixas", que equivaliam a 10 milhões de quilos de castanha de caju processadas em cerca de 400 máquinas. A política salarial imposta pela ditadura comprimia os salários, facilitava as demissões por meio do fim da estabilidade no emprego após os dez anos, substituído pelas indenizações pagas pelo empregador pelo recém instituído Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que funcionava como uma fonte de poupança compulsória; e as autoridades do regime ditatorial interviam nos sindicatos mais atuantes para impedir greves (Ramos, 2017).

As demandas da greve eram claramente coorporativas: a) aumento dos salários, b) melhoria das condições de trabalho, c) nenhuma punição e prisão as grevistas. A pesquisa histórica evidencia a influência da Ação Popular – AP, uma das organizações de resistência à ditadura, que auxiliou na construção da greve e do movimento. Entre os fatores causais da greve destacam-se, segundo Ramos ([s. d.], p. 6):

[...] grande arrocho salarial; b) piora na qualidade de vida classe trabalhadora em geral; c) uma conjuntura de mobilizações populares em 1968; d) um ciclo de greves e mobilizações de trabalhadores entre 1967 e 1968; e) a situação de trabalho extremamente precárias da CIONE, mesmo se comparada a outras indústrias no Ceará no mesmo período; f) a retomada de uma linha de combatividade e enfrentamento no Sindicato do Óleo; g) a ação organizada da Ação Popular para mobilizar as castanheiras.

Durante a greve, as castanheiras foram reprimidas violentamente por seguranças da fábrica e uma precisou ser hospitalizada. Em pesquisa de edição do jornal "O Povo", de 26 de novembro de 1968, descobre que a castanheira e liderança da greve que foi agredida naquele dia era Júlia Freitas dos Santos. A liderança da greve foi levada para a Casa de Saúde São Pedro com um braço deslocado, após ter desmaiado durante agressões na fábrica (Jornal "O Povo", 26/11/1968, pág. 6, apud Ramos, [s. d.]).

As operárias e os operários paralisaram com grande adesão. Houve algumas que furaram a greve, mas o protagonismo das mulheres foi decisivo já que o setor do corte da castanha era realizado apenas por mulheres e este era o setor fundamental da produção, sem elas tudo ficava parado. Helena Frota (1984)³ registra que a greve de 1968 teria atingido cerca de 5000 operárias, paralisado 3 fábricas na capital e durado 3 dias.

Entretanto, a greve não terminou totalmente sem vitórias, após quase duas semanas de paralisação, uma negociação garantiu o acordo de que nenhuma operária seria demitida e que seriam finalmente tomadas ações para melhoria das condições de trabalho e diminuir os acidentes.

Considerações finais

Em 2024 completou-se sessenta anos do golpe de Estado de 1964, muitas agruras por quais passam ainda hoje os trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo têm suas origens nos governos militares que promoveram a concentração de renda, as desigualdades sociais, a ampliação da presença do capital estrangeiro em nossa economia, o aumento extraordinário da dívida externa que estrangula o orçamento do governo federal.

A breve análise aqui realizado demonstra que a ditadura civil-militar de 1964 a 1985 foi funcional aos interesses do capital, promovendo o arrocho salarial, a superexploração do trabalho, o fim da estabilidade no emprego, a repressão às liberdades democráticas e sindicais.

As greves operárias sofreram brutal repressão nos primeiros anos da ditadura, mas trouxeram ensinamentos para que o movimento operário e sindical ressurgisse com força ao final dos anos 1970 com as greves metalúrgicas do ABC e, posteriormente, com o ascenso grevista e organizacional dos sindicatos em luta pelas liberdades democráticas e pelos direitos sociais na década dos anos 1980.

Em 1986 foi eleita pelo povo brasileiro uma Assembleia Nacional Constituinte, que iniciou seus trabalhos em fevereiro de 1987. Depois de um ano de trabalho foi proclamada a nova Constituição que amplia os direitos sociais da classe trabalhadora, como o direito a saúde, educação, moradia, alimentação, habitação, transportes, previdência, a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais, a licença maternidade de 120 dias, o direito de greve para todos os trabalhadores, férias acrescidas de 1/3, e os direitos civis e políticos, como a transformação do racismo em

³ FROTA, M. H. de P. **A Industria de Beneficiamento de Castanha de Caju no Ceará**: uma máquina de fazer loucos. 1984. 250 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1984.

O golpe de 1964 e seus impactos no tempo presente A exploração e as resistências da classe trabalhadora durante a ditadura civil-militar no Brasil DOI: 10.23899/9786589284659.1

crime, o direito de voto aos analfabetos e adolescentes com mais de 16 anos, a participação popular por meio de plebiscitos, referendos e projetos de iniciativa popular, aprofundando a democracia participativa (Carvalho, 2001; Mattos, 2009).

A democracia propicia espaço de organização mais apropriado as classes trabalhadoras na sua luta por direitos que melhorem sua qualidade de vida (Coutinho, 1967), porém, não podemos esquecer que ainda se encontra restringida pelo controle do poder econômico, vivenciando-se no Brasil o que Florestan Fernandes chamou de democracia restrita, controlada desde sempre pelas classes dominantes, que permitem pouca flexibilização e espaço de manobra para as classes trabalhadoras.

Portanto, sempre devemos retomar a história de luta do movimento operário, e não esquecer que muitos direitos sociais e democráticos foram conquistas herdadas das lutas contra a ditadura civil-militar no Brasil (Lara; Silva, 2015) e que sofreram e sofrem constantes ataques do empresariado e dos governos neoliberais com as contrarreformas trabalhistas (Silva, 2017; Silva, 2020).

Referências

ANTUNES, R. O que é sindicalismo. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BIAVASCHI, M. B. **O Direito do Trabalho no Brasil – 1930/1942**: A construção do sujeito de direitos trabalhistas. 2005. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

BORÓN, A. Filosofia política marxista. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCO, A. C. A história contada pelos protagonistas. São Paulo: Teoria e Debate, 2008.

BUONICORE, A. O 1968 operário: a Greve de Contagem. São Paulo: Autor, 2006.

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COUTINHO, C. N. 1967. **A democracia como valor universal:** notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1974.

FROTA, M. H. de P. **A Industria de Beneficiamento de Castanha de Caju no Ceará**: uma máquina de fazer loucos. 1984. 250 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1984.

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2012.

HORIE, L. Salários e distribuição de renda: a política salarial do PAEG. **Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 29, p. 50-67, jul./dez. 2019. Disponível em:

https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L29/05_Artigo_03_LEP_29.pdf. Acesso em: 04 ago. 2024.

O golpe de 1964 e seus impactos no tempo presente A exploração e as resistências da classe trabalhadora durante a ditadura civil-militar no Brasil DOI: 10.23899/9786589284659.1

LARA, R.; SILVA, M. A. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução.** Florianópolis: Insular, 2012.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. Petrópolis: Vozes, 2000.

MATTOS, M. B. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, J. P. Pequena história da ditadura brasileira: (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, E. L. de. **Conflito social, memória e experiência**: as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968. Dissertação (Mestrado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social) –Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

PETRAS, J.; VELTMEYER, H. Capitalismo e democracia: Conflito, compatibilidade e instrumentação. *In*: PETRAS, J.; VELTMEYER, H. **Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio**. Petrópolis: Vozes, 2000.

RAMOS, M. H. B. A "guerra" das castanheiras (Cione, Fortaleza/CE, 1968): uma experiência de luta e a construção de consciências de classe. **História e Culturas**, Fortaleza, v. 5, n. 9, jan./jul. 2017.

RATTNER, H. Considerações sobre a política salarial no Brasil. **Rev. adm. empres.**, [S. l.], v. 8, n. 27, jun. 1968. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/MPCpbgxqzSVG4gSpwMRh6wQ/#. Acesso em: 6 dez. 2023.

SANTOS, B. C. **Trabalhadores cearenses uni-vos!** O pacto da unidade sindical em Fortaleza (1957-1964). Rio de Janeiro: Granma, 2017.

SANTOS, T. dos. **Evolução histórica do Brasil**: da colônia à crise da Nova República. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANTOS, T. dos. **Teoria da dependência**: Balanço e Perspectivas. Florianópolis: Insular, 2015.

SILVA, M. A. Consequências da crise do capital sobre a classe trabalhadora brasileira (1990-2016). 2017. 307 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SILVA, M. A. da. Aporte Histórico Sobre os Direitos Trabalhistas no Brasil. **SER Social**, Brasília, v. 22, n. 46, p. 126–152, 2020.

SOUTO MAIOR, J. L. **Os direitos trabalhistas sob o fogo cruzado da crise política**. [S. *l*.]: Jorge Luiz Souto Maior Blog, 2015. Disponível em: https://www.jorgesoutomaior.com/blog/os-direitos-trabalhistas-sob-o-fogo-cruzado-da-crise-politica. Acesso em: 07 dez. 2023.

WEFFORT, F. **Cadernos do CEBRAP 05**: Participação e conflito industrial. São Paulo: Biblioteca Virtual CEBRAP, 1972.

O PCB diante do golpe e da ditadura

Michel Goulart da Silva*

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) era a principal organização da esquerda quando ocorreu o golpe de 1964. Embora inserido no movimento operário, nos meios intelectuais e mesmo entre militares, não organizou a resistência contra a ofensiva civil e militar que derrubou o governo de João Goulart. Pelo contrário, o PCB defenda a confiança nas instituições – inclusive nos militares – na transformação gradual da sociedade no sentido do desenvolvimento do capitalismo. Nessa perspectiva de etapas do processo de transformação da sociedade, apenas posteriormente de deveria lutar pelo socialismo. Essa perspectiva, embora tenha sido um elemento fundamental no fracasso dos comunistas diante do golpe de 1964, foi mantida e acabou sendo reelaborada ao longo da ditadura.

O PCB desde as décadas anteriores vinha construindo alianças com setores da burguesia que, em seu entendimento, seriam progressistas, em particular as frações representadas politicamente pelo getulismo. Essa estratégia de uma "revolução por etapas" procurava adaptar à realidade brasileira as elaborações oriundas do stalinismo soviético. Essa política tinha como perspectiva se colocar como parte de

[...] um projeto de construção isolada do socialismo na URSS, sob o duro e pesado jugo da direção e dos interesses burocráticos. Nos países semicoloniais, impunha-se aos partidos comunistas e aos trabalhadores colocarem-se sob a direção das forças proprietárias ascendentes que pudessem colaborar eventualmente com a URSS (Maestri, 2019, p. 182).

Essa política se evidencia em diferentes documentos produzidos pelo PCB ao longo de diferentes décadas. O centro da estratégia política defendida pelo partido passaria por "remover" os "restos feudais", que seria uma etapa dentro do processo revolucionário. O partido assim se referia a esse processo em documento congressual de 1954:

^{*} Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal Catarinense (IFC). Este texto discute temas anteriormente apresentados em Silva (2023). Contato: michelgsilva@yahoo.com.br

A revolução brasileira em sua etapa atual é, assim, uma revolução democrático-popular, de cunho anti-imperialista e agrária antifeudal. É uma revolução contra os imperialistas norte-americanos e contra os restos feudais e tem por objetivo derrocar o regime dos latifundiários e grandes capitalistas (Carone, 1982a, p. 128).

Essa luta contra os "restos feudais" teria como aliados setores da burguesia. Por essa razão, o PCB afirmava, também em seu documento congressual, que o seu programa não ameaçaria os interesses da burguesia, mas sim

[...] defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional. Essa posição é acertada, decorre de uma justa compressão do caráter da revolução brasileira em sua primeira etapa, quando as necessidades já maduras do desenvolvimento da sociedade brasileira, que exigem solução imediata, são exclusivamente as de caráter anti-imperialista e antifeudal (Carone, 1982a, p. 132).

Contudo, a colaboração de classes não se limitava a defender um programa comum com a burguesia, mas também na aliança estratégica com a classe inimiga. Em 1958, a direção do PCB afirmava:

O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é de interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento do capitalismo. Entretanto, marchando unidos para atingir um objetivo comum, a burguesia e o proletariado possuem também interesses contraditórios (Carone, 1982a, p. 187).

Esses "interesses contraditórios" entre trabalhadores e burgueses deveriam ficar em segundo plano diante do que o PCB entendia como necessidade primordial: derrotar os "restos feudais". Nesse cenário, a adaptação do PCB à democracia burguesa e a linha stalinista de "coexistência pacífica" com o imperialismo levaram o partido a teorizar acerca da possiblidade de que todo o processo de transformação da sociedade poderia ser feito de forma pacífica. Em 1958, o partido afirmava:

O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual, mas incessante, de reformas profundas e consequentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando até a realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação (Carone, 1982a, p. 192).

O PCB, além da defesa da possibilidade de uma transformação social pacífica, se utilizava da ideia de "reformas graduais". Nesse período, as resoluções políticas do PCB apontam "para a conquista de um governo *nacionalista* e *democrático*" (Santana, 2001, p. 118). Essas elaborações teóricas e políticas se mostraram desastrosas, em especial por ter sido um dos fatores que explicam a derrota dos trabalhadores que levou à vitória dos militares e da burguesia no golpe de 1964. Contudo, o balanço feito pelo PCB apontava apenas parte de seus erros. No balanço realizado pelo PCB,

[...] não se responsabilizou a política de colaboração de classes ou de revolução por etapa pela derrota sem luta. A grande acusada foi a proposta de transição pacífica ao socialismo. Ou seja, a esperança de impor pelas eleições – ou por golpe apoiado nas massas – as reformas sociais estruturais propostas ao país e, apenas mais tarde, o socialismo (Maestri, 2019, p. 209).

No ano seguinte ao golpe, uma resolução política da direção do PCB afirmava:

A vitória do golpe militar pôs a descoberto muitas de nossas mais sérias debilidades. Fomos colhidos de surpresa pelo desfecho dos acontecimentos e despreparados não apenas para enfrentá-los, como também para prosseguir com segurança e eficiência em nossas atividades nas novas condições criadas no País. Revelou-se falsa a confiança depositada no 'dispositivo militar' de Goulart. Também falsa era a perspectiva, que então apresentávamos ao Partido e às massas, de uma vitória falsa e imediata. Nossas ilusões de classe, nosso reboquismo em relação ao setor da burguesia nacional que estava no Poder, tornaram-se evidentes (Carone, 1982b, p. 24).

Em seu balanço, o PCB parecia desiludido com a burguesia "progressista", demonstrando que se sentia traído em relação a esses setores da classe inimiga. O partido dizia, também em 1965:

Uniam-se os reacionários e entreguistas, que conseguiam atrair para seu lado amplos setores da burguesia nacional e da pequena burguesia urbana, descontentes com a situação e que não concordavam com as crescentes ameaças ao regime constitucional vigente. As forças da direita armavam-se e preparavam aceleradamente o golpe (Carone, 1982b, p. 26).

Essa perspectiva poderia levar a base de apoio do PCB e seus militantes a nutrirem seus algozes como aliados na construção de uma sociedade futura, sendo iludidos de

O PCB diante do golpe e da ditadura

DOI: 10.23899/9786589284659.2

que os seus interesses contraditórios com a burguesia eram secundários em relação ao embate com os "resquícios feudais". Os trotskistas combatiam veementemente esse tipo de ideia, afinal a realidade mostrava que, quanto à burguesia, ainda que com todas as divergências que pudessem ter entre suas várias frações,

[...] apavorada diante do movimento de massas, que se radicalizava antes de 1964, escapando das mãos dos pelegos, conseguiu unir suas forças, para promover contra João Goulart o golpe que, em última instância, era dirigido contra as massas (Reis Filho; Sá, 2006, p. 392).

Esse balanço acerca do contexto do golpe, produzido pela Organização Comunista 1º de Maio (OC1M), em 1971, também contém elementos de crítica à atuação do PCB. Segundo a OC1M, durante o período anterior a 1964, o PCB

[...] havia conseguido impor a setores das massas a ilusão da tomada do poder pacificamente. Não havia se preparado para aparar e rebater os golpes que sempre estão sendo tramados pelos inimigos nem para a tomada do poder, pois, verdadeiramente, não o colocava como objetivo (Reis Filho; Sá, 2006, p. 393).

Os erros cometidos pelo PCB não foram o suficiente para que o partido mudasse suas bases teóricas e políticas. Para o partido, o fato de sua política de colaboração de classes ter colocado o proletariado a reboque dos interesses e movimentações da burguesia parecia ser o menor dos problemas. Diante do golpe, o PCB fez o balanço de que até mesmo suas moderadas críticas a João Goulart teriam enfraquecido o governo e ajudado na ação dos golpistas. Em resolução política de 1965, o PCB afirmava:

Nossa atividade em relação ao governo de Goulart era orientada, na prática, como se sua política fosse quase inteiramente negativa. Desprezávamos seus aspectos positivos de grande importância, como, em sua política externa, a defesa da paz, da autodeterminação dos povos, do princípio de não-intervenção, o desenvolvimento das relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas, e, sua política, interna, relativo respeito às liberdades democráticas, o atendimento de reivindicações dos trabalhadores (Carone, 1982b, p. 25).

Para o PCB, João Goulart não teria sido derrubado por sua política vacilante em relação ao imperialismo e sua confiança de que os militares respeitariam a democracia burguesia, mas por suas medidas pretensamente progressistas. O erro do PCB, segundo seu balanço, não estaria em se negar a organizar os trabalhadores de forma

independente do governo, mas de não ver os esforços de Jango para aplicar suas medidas pretensamente progressistas. O PCB assim afirmava no mesmo documento de 1965:

Concentrando nosso fogo no governo, exigíamos medidas cada vez mais avançadas, sem levar em conta nossas próprias debilidades e a fraqueza do movimento nacionalista e democrático, bem como a efetiva correlação de forças sociais que então existia, o que põe a nu a persistente influência do subjetivismo em nossas atividades (Carone, 1982b, p. 25).

Os trabalhadores não estariam prontos para uma luta mais avançada. Contudo, o que o PCB parecia esquecer era o fato de que esse avanço na organização e na consciência era tarefa do próprio partido.

Essa postura do PCB teve continuidade ainda durante a ditadura, em particular na política de alianças com a burguesia. Segundo o partido, os trabalhadores deveriam aproveitar os embates internos dentro das classes dominantes e, a partir disso, se aliar às frações que se colocassem na oposição, mesmo que apenas pontualmente, à ditadura. Em dezembro de 1967, em documento de seu congresso, o PCB afirmava:

A burguesia nacional participa da frente antiditatorial, embora sua oposição ao regime seja limitada. Outros setores das classes dominantes, cujos interesses são construídos pela política do governo ditatorial, podem participar de ações contra o regime e ser úteis à ativação e fortalecimento da frente antiditatorial" (Carone, 1982b, p. 73).

Essa compreensão levou a que durante a ditadura a política do PCB tenha se integrado à institucionalidade, priorizando a intervenção dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido moderado de oposição consentida da ditadura, e a construção da unidade com o sindicalismo "pelego". Portanto, o centro da sua política continuava a ser a unidade com a burguesia, conforme mostra posição expressa em resolução política de 1975:

Na luta contra a ditadura fascista, os comunistas consideram necessário aglutinar todas as forças que, em maior ou menor grau, estão em contradição com o regime, incluindo não só o MDB, a Igreja e a burguesia não monopolista, mas também setores das FFAA, da ARENA e até mesmo de alguns representantes dos monopólios, descontentes com o caráter fascista assumido pelo regime (Carone, 1982b, p. 169).

O PCB diante do golpe e da ditadura

DOI: 10.23899/9786589284659.2

Em relação à sua perspectiva acerca do desenvolvimento capitalista, pouco mudou, relacionando-o à defesa da democracia. Essa perspectiva ficou expressa em documento de 1981, no qual o PCB afirmava:

O caminho da revolução brasileira, orientado para o socialismo, é democrático e nacional. Ele exige a mais completa democracia e a supressão dos obstáculos históricos que impedem o progresso nacional, a supressão da dominação imperialista, monopolista e latifundiária (Carone, 1982b, p. 280).

O PCB trabalhava na lógica do combate indireto contra à ditadura, tendo como centro a "frente democrática" e sua inserção nas disputas institucionais. O PCB acabou priorizando a unidade ampla a todo custo, inclusive do ponto de vista partidário e sindical, se afastando dos setores que construíam o PT e da CUT a partir do final da década de 1970. Na compreensão expressa pelo PCB, "seria equivocado precipitar a formulação aberta de novos partidos, na medida em que isso enfraqueceria a *unidade* oposicionista representada pelo MDB e favoreceria as *manobras divisionistas do regime*" (Santana, 2001, p. 189). Para o PCB, o MDB seria o "catalisador fundamental do movimento democrático" (Santana, 2001, p. 235). O PCB assim explicava sua posição, em maio de 1981:

Com a reforma partidária, a ditadura procurou cindir a oposição e enfraquecer o único canal oposicionista - o MDB. Diante do surgimento de vários partidos políticos oposicionistas, os comunistas atuarão pela unidade de todos na frente antiditatorial, à base de uma plataforma comum, sem exclusivismos ou sectarismos (Carone, 1982b, p. 298).

O PCB, ao se integrar às instituições da ditadura, acabou por se tornar defensor dessa mesma ordem, se mostrando, na prática, defensor da transição "lenta e gradual". Não se trata de uma posição conjuntural, mas de uma perspectiva estratégica, na medida em que o partido afirmava que, "nas condições atuais do Brasil e do mundo, existe a possibilidade real de a revolução atingir os seus objetivos por caminhos que excluam a luta armada, a insurreição ou a guerra civil" (Carone, 1982b, p. 282). Portanto, o pacifismo e mesmo a defesa de uma instituição criada pela ditadura – o MDB – estavam nas perspectivas tática e estratégica do PCB.

Por outro lado, na medida em que não era mais possível falar que havia a necessidade de superar os "resquícios feudais", o PCB passou a fazer novas elaborações sobre as "etapas" para a revolução. Nesse sentido, o regime democrático, ainda que burguês e com o pleno funcionamento das forças de repressão, seria uma etapa para o

socialismo. Em 1982, o PCB afirmava: "a democracia é um valor estratégico para o proletariado e para o socialismo", pois "será nela e através dela que a classe operária poderá capacitar-se como classe hegemônica, competente para articular uma ampla aliança com as demais forças populares" (PCB, 1982, p. 48). Em outro documento, de 1987, o PCB defendia uma "alternativa para o futuro do Brasil", que se materializava em "uma política para a democracia na perspectiva do socialismo, garantindo-se outro tipo de desenvolvimento, uma nova economia que crie empregos, favoreça o trabalhador e realize suas aspirações" (PCB, 1987, p. 2-3).

Esses elementos da trajetória do PCB diante do golpe e ao longo da ditadura mostram importantes elementos de análise. Em primeiro lugar, a necessidade da organização independente dos trabalhadores, no sentido da construção de suas organizações, táticas e estratégias. Conforme mostra a trajetória do PCB, o partido passou de ilusão após ilusão em setores da burguesia dita progressista e seus partidos. Em segundo lugar, que teoria e, política e programa estão intrinsicamente ligados, fazendo com os erros teóricos se desdobrem no plano da política cotidiana, como mostra a perspectiva do PCB de seguidismo ao MDB e depois ao PMDB, levando o partido a se opor à derrubada das instituições da ditadura por meio da luta direta dos trabalhadores organizados.

Referências

CARONE, E. (org.). O PCB (1943-1964). São Paulo: DIFEL, 1982a.

CARONE, E. (org.). O PCB (1964-1982). São Paulo: DIFEL, 1982b.

MAESTRI, M. **Revolução e contrarrevolução no Brasil (1530-2019)**. 2. ed. Porto Alegre: FCM Editora, 2019.

PCB. Unidade, renovação e democracia. São Paulo: Editora Caetés, 1982.

PCB. Documentos aprovados pelo 8º Congresso (Extraordinário). [S. l.: s. n.], 1987.

REIS FILHO, D. A.; SÁ, J. F. de (org.). **Imagens revolucionárias**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTANA, M. A. Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SILVA, M. G. da. O PCB e a esquerda no Tempo Presente no Brasil. **Boletim do Tempo Presente**, [S. l.], v. 12, n. 8, p. 44–53, 2023.

"Irreversível": autoritarismo e violência na construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte (1979-1983)

DOI: 10.23899/9786589284659.3

"Irreversível": autoritarismo e violência na construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte (1979-1983)

Jovelina Silva Santos*

Introdução

No âmbito do Estado, o debate sobre como potencializar a agricultura no Vale do Açu/RN iniciou nos anos 1930, mas apenas em fins da década de 1950 ganhou contornos de ações planejadas de irrigação, com o Plano de valorização dos vales do Açu e Apodi. Desde então, a bacia hidrográfica do Rio Piranhas-Açu foi objeto de vários estudos, inclusive de técnicos estadunidenses da Agência Bureau of Reclamation. Nos pareceres, o principal, e até mesmo óbvio, obstáculo para o sucesso dos projetos hidroagrícolas na região era garantir um enorme volume de água disponível para a irrigação. Assim, foi planejada a construção de uma grande obra hidráulica, que, segundo a propaganda do Governo e dos técnicos de órgãos oficiais, transformaria as ribeiras do Piranhas-Açu em grande celeiro tal qual ocorreu no Vale do Itajaí, em Santa Catarina/PR.

Em meados dos anos 1970, o Projeto Baixo-Açu (PBA), oficializado pelo Decreto nº 76.046, anunciou a desapropriação de 158.476,84 hectares, o equivalente a 3% do território norte-rio-grandense. Ainda, o Projeto seria efetivado em 3 fases, a saber. A primeira correspondia à construção da barragem, que recebeu o nome Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves. Já, na segunda, tanto se reassentaria a população desapropriada, quanto se implementaria um polo pesqueiro à montante da barragem. Por fim, na terceira fase, seria criado um perímetro público irrigado à jusante da barragem. Durante boa parte do sombrio período da ditadura militar¹, o Brasil vivenciou a era das imponentes obras públicas de engenharia civil, cuja implementação requeria

_

^{*} Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Departamento de História do Campus de Assu - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Contato: jovelinasantos@uern.br

¹ Na construção da tese, utilizei o termo ditadura civil-militar com referência nas discussões iniciadas nos anos 2000 com o trabalho do historiador Daniel Aarão Reis Filho (2000). Em face dos debates recentes, para evitar maiores equívocos de caráter analítico utilizarei neste trabalho ditadura militar, na concepção de que durante esse período o poder dos militares era hegemônico, embora não se negligencie o apoio civil ao golpe militar e aos governos militares.

"Irreversível": autoritarismo e violência na construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte (1979-1983)

DOI: 10.23899/9786589284659.3

o consórcio entre Estado e grandes empreiteiras, que andavam de braços e abraços buscando materializar a ideologia do "Brasil grande potência" com a construção de monumentais obras/. O Brasil desta época poderia ser conhecido como o Estado das empreiteiras, dada a relação deste com o setor da construção civil, que, inclusive, requeriam para si a responsabilidade com o desenvolvimento e o progresso do país.

Essa temática foi aprofundada com vigor na pesquisa realizada por Pedro Henrique Pedreira Campos (2014), quando esse historiador se debruçou sobre as "estranhas catedrais" e a teia de poder entre as construtoras e o Estado no período em tela. O dispêndio de vultosos recursos para a construção de grandes obras hidráulicas alimentava as gordas empreiteiras no "mercado nacional de obras públicas" (Campos, 2014, p. 227). Essas obras faraônicas inundaram vastos territórios, causando a expulsão compulsória de milhares de pessoas e provocaram profundos impactos sociais e econômicos, além de prejuízos ambientais. Em algumas regiões brasileiras, as comunidades indígenas foram violentamente reduzidas e milhares de famílias camponesas se dispersaram. No Vale do Açu, centenas de famílias agricultoras da ribeira do Piranhas-Açu enfrentaram o autoritarismo do Estado. Tucuruí, Balbina, Baixo-Açu, Sobradinho, Itaparica, Carajás e Itaipu formam a lista das principais obras hidráulicas construídas sob os rigores e as arbitrariedades da ditadura militar (Campos, 2014; Vargas, 1991).

Assim como outras grandes obras da ditadura, a barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves estava definida na política autoritária do Estado como "irreversível". A ideia de irreversibilidade se encontra nos discursos formulados para a intervenção do Estado em outros territórios, a exemplo das construções da rodovia BR-174 e da hidrelétrica de Balbina que provocaram o genocídio do povo Waimiri-Atroari (Kinja) na década de 1970. Apesar de conhecer os riscos e toda a violência que se abateria sobre esse povo, o general Ismarth de Araújo Oliveira, Presidente da Fundação Nacional dos Indígenas afirmou peremptoriamente (Funai), 1975, peremptoriamente em 1975: "Há uma coisa que é certa: a decisão do Governo, que é irreversível, de continuar a estrada"². Apresentar qualquer obra como "Irreversível" era uma tática política que revestia as ações governamentais com uma couraça autoritária. Sempre que o termo era acionado significava que, à revelia de quaisquer interesses

_

² Essa fala do Presidente da Funai foi considerada tão arbitrária que foi reproduzida em vários documentos e matérias jornalísticas. Neste trabalho a referência é o documento BRASIL. Ação Civil Pública. N. 1001605-06.2017.4.01.3200. Grupo de Trabalho Povos Indígenas e Regime Militar – 6. Câmara de Coordenação. Ministério Público Federal. Agosto de 2017. Disponível em: https://justicadetransicao.mpf.mp.br/documentos-1/AIND_5_Waimiri.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

"Irreversível": autoritarismo e violência na construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte (1979-1983)

DOI: 10.23899/9786589284659.3

sociais e independente dos danos provocados, o Estado ditatorial manteria os interesses do capital em primeiro plano e nada poderia deter o percurso planejado, buscando, em última instância, tolher contestações e resistências.

O discurso da irreversibilidade, o próprio termo "irreversível" para tratar das grandes obras públicas durante a ditadura militar está presente em vários documentos oficiais, requerendo uma análise mais aprofundada de seus significados. Com referência no "O mito da necessidade" analisado por Iná Elias de Castro (1992) analiso que o discurso da "necessidade" se associou ao termo "irreversível" presente nos discursos oficiais para blindar os projetos autoritários desse período, oferecendo sustentação e "fundamento do estado de exceção" (Agamben, 2004, p. 40). Apresentar qualquer que fosse a obra como "Irreversível" era uma tática política que revestia as ações governamentais com uma couraça autoritária. Sempre que o termo era acionado apresentava como significado que a revelia de quaisquer interesses sociais e independente dos danos provocados, o Estado ditatorial manteria os interesses do capital em primeiro plano e nada poderia deter o percurso planejado, buscando em última instância tolher as ações de contestação e resistência.

O projeto Baixo-Açu nos descaminhos do progresso

A partir de meados da década de 1950, ocorreram grandes eventos para debater os problemas do Nordeste, adjetivado como a "região problema". Nesse período, diversos setores sociais, incluindo a Igreja Católica e frações da burguesia nacional, debruçavam-se sobre projetos para o desenvolvimento da região. Em apenas uma década, o desenvolvimento para o Nordeste foi questionado, "Nordeste: desenvolvimento sem justiça", pela Ação Católica Operária – Secretariado Regional do Nordeste, que apresentou um artigo em março de 1967, no qual declarava que os efeitos do desenvolvimento sobre os pobres: "são o sofrimento e a desesperança, porque caem sobre eles as consequências das distorções que o progresso está gerando no Nordeste".

Para as áreas rurais do semiárido foram elaborados os planos nacionais de desenvolvimento, no cerne dos quais se estruturou o PBA. De 1972 a 1974, o Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), definia dois programas: o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste (PROTERRA). Inscrito, no PIN, estava ainda o Plano de Irrigação do Nordeste, que articulava 54 projetos de irrigação nos vales úmidos do semiárido.

A lógica empresarial que presidiu tal projeto de modernização da agricultura foi estabelecida como estratégica para aumentar a competitividade do setor agrícola

"Irreversível": autoritarismo e violência na construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte (1979-1983)

DOI: 10.23899/9786589284659.3

brasileiro. O projeto de expansão da fronteira agrícola para os vales úmidos do semiárido considerava prioritário o incentivo à produção irrigada, que transformaria a agricultura de "subsistência" de modo a inseri-la na economia de mercado. O caráter "empresarial" se impôs, à fina força, nos perímetros irrigados, mas encontrou obstáculos de ordem diversa. O I PND estabeleceu como um de seus objetivos "transformar em economia de mercado a agricultura de 'subsistência' na região, notadamente na faixa semiárida". Contudo, não explicitava como os sujeitos sociais dessa agricultura de "subsistência" seriam contemplados, gerando um forte temor que esses agricultores estavam excluídos do projeto de desenvolvimento, reeditando os mesmos procedimentos de planos anteriores como foi apresentado por (Bursztyn, 2008).

Embora a conjuntura política não fosse propícia às manifestações políticas de questionamento à ordem, grandes debates foram travados nos órgãos de imprensa, uma vez que o PBA projetava a submersão da cidade de São Rafael, por conseguinte, desapropriar centenas de famílias e devastar 22 mil hectares de carnaubeiras que seriam tornadas em área de irrigação. Os grandes proprietários rurais da região do vale do Açu que obtinham lucros vultosos com o extrativismo da carnaubeira questionaram duramente o projeto - confronto apresentado nos principais jornais da imprensa norte-rio-grandense. Para justificar a necessidade de desapropriar tamanha área, o jornal A República, órgão oficial do Estado, publicou uma série de artigos em defesa do PBA fazendo ecoar os discursos da Comissão dos Projetos de Irrigação do Estado do Rio Grande do Norte (COMIRGA). Em matéria intitulada Vale ou Não Vale no Vale? A barragem do século, de 10 de junho de 1979, esse órgão tratava o projeto de irrigação como instrumento de socialização da terra sob a gestão do Estado, afirmando que, desse modo: "Desapareceriam os proprietários de terra dando lugar a propriedades colonizadas, trabalhadas em regime cooperativista com irrigantes e assalariados fixados ao meio rural".

Embora os perímetros irrigados tivessem uma história recente, já apresentavam problemas na avaliação custo-benefício para garantir os objetivos almejados (Hall, 1978; Bursztyn, 2008). Essas fragilidades da política pública de irrigação foram levadas à imprensa, inclusive citando a pesquisa de Anthony Hall (1978), para levantar dúvidas sobre as expectativas de sucesso desses projetos, de modo a tornar injustificável a desapropriação da extensa área exigida para o PBA. Como resultado desse confronto, os grandes proprietários conseguiram reconfigurar o PBA, obrigando o Departamento Social de Obras Contra as Secas (DNOCS) a renunciar em agosto de 1979, a 91 mil hectares destinadas ao projeto de colonização.

"Irreversível": autoritarismo e violência na construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte (1979-1983)

DOI: 10.23899/9786589284659.3

A partir de então, a luta contra os desmandos do PBA, particularmente sua primeira etapa – a construção da grande barragem, restringiu-se ao município de São Rafael que teve sua área urbana totalmente submersa. Seus habitantes, além de perderem quase metade das terras agricultáveis, foram forçados a migração; centenas de famílias camponesas que "nada tem a receber, pois nada possui que possa ser indenizado" (Brasil, 1982). O município de São Rafael sofreu uma completa desestruturação econômica da qual não se recuperou mais e seus antigos habitantes até a atualidade reclamam a dívida impagável do Estado brasileiro com este território.

Definidas as novas posições políticas, os debates em torno do PBA continuaram acirrados. As lideranças sindicais no RN estavam apreensivas. O sistema de vigilância que buscava disciplinar por meio do medo, da perseguição e do silenciamento se encontrava em vigor desde 1964. As mobilizações expressivas dos trabalhadores rurais contra o PBA tiveram início em 1979, quando a data da instalação do canteiro de obras se aproximava. Os sindicatos de trabalhadores rurais da região e a própria Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Norte (FETARN) assumiram, no primeiro momento, uma posição mais institucional do que mobilizadora, apresentando as condições dos trabalhadores da região, requerendo informações sobre o PBA e enviando às autoridades as principais reivindicações do campesinato do Vale do Açu em torno dos problemas que se avizinhavam.

Em relação aos documentos produzidos pelas diversas organizações (cartas, manifestos, ofícios, panfletos, memoriais etc.) são poucos os que estabeleciam vínculos entre a ditadura militar e a implantação autoritária do PBA. Contudo, essa ausência é reveladora do clima de tensão e medo vivenciado pelas organizações sindicais, notadamente os sindicatos de trabalhadores rurais. De acordo com o sindicalista José Rodrigues sobrinho, duramente perseguido pela ditadura e obrigado a exilar-se para não morrer, em 1964, havia no Rio Grande do Norte 55 sindicatos de trabalhadores rurais. Pouco tempo depois, menos de uma dezena estava funcionando precariamente (Carneiro; Cioccari, 2011).

As críticas mais contundentes das organizações sindicais e movimentos eram direcionadas, quase exclusivamente, ao DNOCS, órgão diretamente responsável pela construção do PBA, deixando passar ao largo a participação dos governos do RN, que embora corresponsáveis pelo projeto, se mantinham à sombra no debate. Há, contudo, um momento em que a tensão assume ares de pavor com a possibilidade de um grave desastre. Em dezembro de 1981, ocorreu um grave deslizamento do talude de montante da barragem que já se encontrava com quase 35 metros de altura, pondo em dúvida a segurança da barragem e o risco de um grande desastre, já que ela desabara "em seco".

"Irreversível": autoritarismo e violência na construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte (1979-1983)

DOI: 10.23899/9786589284659.3

Quando a obra foi paralisada, aconteceu o segundo momento de maior contestação da construção da barragem. Por um lado, houve a retomada da guerra na imprensa, particularmente em dois grandes jornais de grande circulação, A Tribuna do Norte e o Diário de Natal, e, por outro, uma intensa mobilização popular em todo o Vale do Açu, com manifestações públicas que levaram milhares de pessoas às ruas, afirmando que a barragem era "maldita" e só traria desgraça ao povo.

Numa crítica mais incisiva à ditadura militar, o senhor Aluísio Félix de Farias, cidadão do município de Macau³, escreveu para a seção cartas d'A Tribuna do Norte (13/11/1982), enumerando os diversos impactos sociais e ambientais da barragem, reivindicando que o projeto fosse reavaliado e denunciando que: " A insensibilidade do governo estadual diante dos apelos do povo, não é novidade, simplesmente reflete o regime antidemocrático e antipopular que ele representa, regime este imposto ao povo pela força a partir de 1964". A FETARN, com o curto fôlego que encontrava, visto que os líderes sindicais se encontravam constantemente vigiados, pôs-se a contestar o PBA, deslocando o debate para a necessidade da reforma agrária com base no Estatuto da Terra. O discurso ideológico elaborado pelas classes dominantes em torno do PBA transformou-o em demiurgo do desenvolvimento rural; uma miríade de boas novas para o campo era constantemente elencada, como a promessa de vida nova para as populações rurais beneficiadas com projetos de irrigação, a criação de postos de trabalho e o aumento da produtividade na fértil região do vale do Açu. Para Plínio de Arruda Sampaio (2004, p. 13), o Banco Mundial adotava uma proposição que pleiteava "[...] substituir a reforma agrária por programas de desenvolvimento rural desenhados com o intuito precípuo de evitar a desapropriação em massa da terra [...]". de modo que as organizações de trabalhadores rurais enfrentavam o desafio da reforma agrária numa conjuntura completamente desfavorável. Tal situação foi ainda agravada, pois a construção da barragem coincidiu com um longo período de estiagem, impondo maiores sacrifícios aos trabalhadores rurais e reforçando o apelo político para a construção de obras que garantissem segurança hídrica para múltiplos usos.

Dois discursos se confrontavam. De um lado, com a adesão dos prefeitos e vereadores, órgãos de imprensa, empresários rurais e chefes políticos locais, o Estado encontrava-se com toda a força de sua estrutura política e administrativa a serviço do PBA. Do outro lado, estavam alguns membros do clero, o Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal (SAR), sindicatos de trabalhadores rurais, a FETARN,

_

³ É no município de Macau/RN que se localiza a foz do Rio Piranhas-Açu. A bacia está totalmente inserida no semiárido, cobrindo 42.900 km² entre os estados da Paraíba, onde nasce e no Rio Grande do Norte, onde deságua, após atravessar 147 municípios, sendo que 45 destes se encontram no semiárido potiguar.

"Irreversível": autoritarismo e violência na construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte (1979-1983)

DOI: 10.23899/9786589284659.3

organizações estudantis secundaristas e universitárias, ambientalistas, profissionais liberais e, sobretudo, uma grande população, maciçamente rural e localizada particularmente no município de São Rafael, fadado a submergir nas águas da grande barragem.

Para área da bacia hidráulica, um inflexível processo de expropriação foi montado para dificultar ao máximo a indenização. Muitas propriedades não se encontravam regularizadas e a relação dos documentos exigida pelo DNOCS era tamanha, que dificultava o recebimento da indenização e é necessário considerar ainda que mais da metade dos agricultores não tinham propriedades, trabalhavam como parceiros e estavam, portanto, excluídos da indenização. Se o Projeto Baixo-Açu se apresentava como portador do desenvolvimento, questionava-se: qual desenvolvimento? Era possível que o desenvolvimento beneficiasse a todos, tendo em vista que o Estado o endereçava ao capital? Onde iriam residir e produzir aqueles que não tinham propriedades a serem indenizadas? E o que fazer para adquirir novas propriedades, se os valores das indenizações "eram esbulhos"?

As políticas públicas de modernização rural durante à ditadura militar assumiram caráter conservador e excludente, sem realizar processo de escuta às comunidades e impondo ao conjunto mais amplo da sociedade uma proposta autoritária de intervenção do Estado à revelia dos direitos e interesses dos mais que já viviam em condição de opressão e subjugação. Trazemos como reflexão a perspectiva de Marcel Bursztyn (2008) para analisar a dupla dimensão do autoritarismo do Estado em relação a região nordeste, que em temporalidades distintas, se apresentou como autoritário *omisso* e autoritário *ativo*. No que concerne ao PBA, em um mesmo momento histórico, o autoritarismo se manifestou de forma ativa com a imposição arbitrária, especialmente quando tratou das populações mais pobres que foram expulsas de seus territórios, assim como na forma *omisso*, quando negligenciou a situação de extrema vulnerabilidade das famílias camponesas, não cumprindo as propostas de inserção destas em projetos de irrigação pública, relegando-as ao abandono.

A luta por terra de trabalho e moradia

Ante a gravidade da situação, forçados a migrar sem rumo, tangidos pela seca e pelo Estado, centenas de camponeses de São Rafael compreenderam que estavam excluídos do desenvolvimento propagado pelo PBA e que os pobres do campo arcariam apenas com os seus custos. Com este entendimento, a resistência e a luta por um pedaço de terra para produzir e viver se apresentava como única possibilidade de garantir a vida, de assegurar a reprodução social do campesinato. E, no decurso do

"Irreversível": autoritarismo e violência na construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte (1979-1983)

DOI: 10.23899/9786589284659.3

projeto, todos sabiam que o desenvolvimento oriundo do referido projeto significaria maiores lucros ao capital e, no reverso, ampliaria o drama do campesinato: espoliação, exploração e sujeição. Nos vários documentos investigados, encontramos alguns manuscritos produzidos pela FETARN durante as reuniões com os camponeses de São Rafael realizadas entre 16 e 17 de novembro de 1980. Selecionamos alguns depoimentos e reivindicações que estavam registrados sob a forma de tópicos:

- 1. Se tivesse orientado os trabalhadores mais cedo, nós não teria recebido essa indenização;
- 2. É muito difícil sair daqui sem saber para onde ir. Muitos trabalhadores vão ficar é doido;
- 3. Todos os trabalhadores estão insatisfeitos com as indenizações;
- 4. Estão agredindo os trabalhadores para saírem daqui para janeiro, sem receber as indenizações;
- 5. Já foi levado trabalhadores a Serra do Mel, mas os trabalhadores não gostaram, que lá, só dá para passarinho;
- 6. Trabalhadores querem ficar na frente de onde moravam;
- 7. Queremos ficar perto d'água para plantar as nossas vazantes;
- 8. Eu não quero receber nada de indenização, porque essa micharia não dá sempre para nada. Seria importante se fosse casa por casa e terra por terra" (FETARN, 1980).

As lutas dos camponeses de São Rafael por terra de trabalho e moradia compõem um quadro mais amplo das experiências desse campesinato e ainda exigem esforços dos pesquisadores que as examinarem. É necessário compreender suas artes de produzir, como propôs Jean Dowe van der Ploeg (2016), bem como entender a arte da agricultura camponesa no Vale do Açu alicerçada numa economia moral dos pobres (Thompson, 1988), isto é, permeada por relações de reciprocidade, cujos valores se tornam relevantes quando inscritos na organização da economia e da vida social (Sabourin, 2011). Fazer as conexões entre esse modo de ser do campesinato e as suas lutas por terra de trabalho e moradia é fundamental para compreender a rede de solidariedade que foi sendo construída com o apoio de camponeses de outros municípios e regiões em grande medida mediados pelo Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal.

A decisão de resistir no próprio território já se vislumbrava como tática dos trabalhadores no enfrentamento ao Estado. A terra para reassentamento já havia sido escolhida e sua reivindicação constava na agenda de lutas. Em um Manifesto, os camponeses apresentaram as seguintes reivindicações:

"Irreversível": autoritarismo e violência na construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte (1979-1983)

DOI: 10.23899/9786589284659.3

- 1. Terra por Terra e Casa por Casa em áreas vizinhas a barragem;
- 2. Que não sejam adotados qualquer critério de seleção para o reassentamento dos trabalhadores rurais atingidos;
- 3. Que seja desapropriada a localidade "Entressantos" para reassentamento dos trabalhadores rurais;
- 4. Que sejam modificados os critérios de avaliação do valor da terra e das benfeitorias para fins de indenização;
- 5. Que seja garantido a nossa permanência na área, até o recebimento da indenização e garantia de reassentamento;
- 6. Que seja garantida a indenização das benfeitorias dos parceiros e dos rendeiros:
- 7. Que seja garantida a indenização da terra e das benfeitorias aos posseiros e ocupantes de terras a qualquer título;
- 8. Que todos os processos assinados até agora e que não foram pagos, sejam reavaliados os valores das indenizações;
- 9. Que a partir de agora, todos os processos de indenização não pagos, no prazo de 30 dias, sejam reajustados de acordo com a correção monetária;
- 10. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do RN e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da área do Projeto Baixo-Açu, propõem aos companheiros que ninguém vá embora da área sem falar antes com o seu sindicato⁴.

A reivindicação de "terra por terra e casa por casa" em área próxima à barragem, associada a outras exigências, foi se fortalecendo paulatinamente, agregando trabalhadores em vias de dispersão, convencendo outros que a solução não era sair de São Rafael, mas resistir no território e lutar pela reforma agrária. O protagonismo político dos trabalhadores rurais de São Rafael na luta pela terra obteve sua primeira grande vitória ao consolidar o consenso social em torno da necessidade da justiça para os pobres do campo. As ações desse campesinato podem ser cartografadas na construção das estratégias de lutas em diferentes espaços.

Como é de conhecimento geral, o movimento pela reforma agrária ganhou força em todo o país logo no início da década de 1980. A barragem Armando Ribeiro Gonçalves foi inaugurada em maio de 1983 e nenhum perímetro irrigado saíra do papel. No Rio Grande do Norte, os problemas econômicos e sociais que afligiam a população camponesa haviam se agravado bastante e o município de São Rafael estava inscrito no mapa dos conflitos rurais, cuja população vivenciava condições de fome e miséria insuportáveis.

_

⁴ Esse Manifesto foi impresso e publicado numa grande manifestação ocorrida em 7 de dezembro de 1980 no município de São Rafael, com a presença de sindicatos de trabalhadores rurais de todo o Estado do RN.

"Irreversível": autoritarismo e violência na construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte (1979-1983)

DOI: 10.23899/9786589284659.3

Essa situação fez recrudescer a tensão social com visíveis possibilidades de confrontos violentos. A FETARN, ao encaminhar aos órgãos governamentais um documento com as reivindicações do campesinato, alertou que sem o atendimento da reforma agrária, a paz social estaria comprometida, uma vez que os camponeses se encontravam há anos, sob o peso de grandes sacrifícios e opressões.

Em julho de 1986, o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Rubem Ilgenfritz, e Marcos Lins, que ocupava a pasta de secretário geral do Ministério da Reforma Agrária, vieram ao Rio Grande do Norte para visita especial ao município de São Rafael. Na imprensa, o presidente do INCRA declarou que o drama vivenciado pela população em São Rafael era uma herança do passado, "um exemplo que não deve se repetir. Jamais vamos poder reconstruir o que eles tinham antes", garantindo, que os processos de desapropriação de terras estavam em andamento para assentar as famílias camponesas deste município. Contudo, essas famílias camponesas, tiveram que esperar mais um ano pela publicação do Decreto nº 94.612, em 14 de julho de 1987, que desapropriou para fins de reforma agrária as Fazendas Serra Branca, Serrote, Entressantos e Santo Antônio nas quais foram assentadas centenas de famílias de São Rafael, expulsas de seu território para a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

Considerações finais

No âmago do Projeto Baixo-Açu, encontramos o maior conflito social vivenciado pelos camponeses da referida região na contemporaneidade. Grosso modo, o PBA significou a opção do Estado por um novo modelo de desenvolvimento agrícola por meio do qual reestruturou o território do Vale do Açu no Rio Grande do Norte. Tal projeto teve profundos impactos sobre a agricultura camponesa em face da expropriação de terras, florestas e águas de trabalho, bem como a expulsão de centenas de famílias do território onde viviam.

O Projeto Baixo-Açu não efetivou as promessas de redenção social e econômica da região e tampouco significou melhorias na condição de vida das famílias camponesas. Do início do PBA até a completa reestruturação agrária e agrícola da região do Vale do Açu (Albano, 2005; Valêncio, 1995), as transformações no PBA se vincularam aos interesses do latifúndio na região. Contudo, estavam também relacionadas a uma conjuntura mais ampla. Por exemplo, a implantação do Perímetro Irrigado Baixo-Açu, em 1994, estabeleceu diretrizes diferentes para o ingresso dos

⁵ SITUAÇÃO do Vale do Açu não se repetirá jamais. **Diário de Natal**, Natal, 17 jul. 1986.

"Irreversível": autoritarismo e violência na construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte (1979-1983)

DOI: 10.23899/9786589284659.3

colonos nestas áreas. As famílias rafaelenses expulsas pelo PBA que ainda se encontravam sem um pedaço de terra, não foram inseridas no perímetro irrigado.

Os velhos camponeses de São Rafael conceberam as dimensões do sacrificio como a "travessia" inescapável aos pobres e o resultado das lutas que empreenderam pela reforma agrária com o assentamento de boa parte das famílias expulsas, como a recompensa pela coragem de resistir nos "núcleos de tábuas", pela realização de longas peregrinações aos órgãos públicos e organização de variadas manifestações políticas, apesar da opressão. Quem se dispõe a fazer a escuta desses velhos camponeses, sabe que eles não andam a cantar glórias porque sofreram irrecuperáveis perdas e experimentaram um processo dramático que impôs rumos sofríveis e diversos às centenas de famílias. E embora a luta não fosse solitária, cada família sabia o preço que pagava cotidianamente, porque a fome se abatia sobre os camponeses e o abandono dos governos relegavam-nos à condição sub-humana em que se encontravam. E, ao fim, reconhecem-se como protagonistas no processo de luta. É com altivez e mansidão que o senhor Hermenegildo Julião dos Santos, afirmou: "essa reforma agrária aí quem deu não foi o governo. Essa reforma aí foi nós que lutamos e conquistamos".

Retornando ainda ao termo "irreversível", é necessário refletir que muitas obras projetadas durante a ditadura militar, foram sendo implantadas no período pósditadura. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte é o exemplo mais emblemático. Contra a obra "monstruosa", lutaram e resistiram vários povos indígenas da região e, ainda assim, o projeto se inseriu no Programação de Aceleração do Crescimento (PAC) dos governos petistas, assumindo a condição de "irreversível"6. Embora tenha sido anunciada e denunciada por comunidades indígenas, ambientalistas e organizações sociais sobre a série de crimes que seriam cometidos com a construção da hidrelétrica, as obras continuaram e seus impactos atuais são irreversíveis. Seguimos com Campus (2014) na reflexão acerca da relação entre as grandes empreiteiras e o Estado brasileiro durante a ditadura militar, mas precisamos compreender melhor a continuidade desse modus operandi durante os governos democráticos, ou, talvez, mais relevante seja compreender o caráter da democracia brasileira e o quanto ela é democrática quando os interesses de importantes frações da burguesia estão em jogo. Afinal, quando a democracia irá incluir o campesinato brasileiro, ou ele viverá em um contínuo "estado de exceção"?

⁶ Ver a entrevista de: KRÄUTLER, D. E. A monstruosidade de Belo Monte e descalabro em Altamira que Dilma não teve coragem de ver. [Entrevista cedida a] Patricia Fachin e João Vitor Santos. **IHU On-line**, 16 jan. 2015. Disponível em: http://bit.ly/1AXwzQV. Acesso em: 20 maio 2018.

"Irreversível": autoritarismo e violência na construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte (1979-1983)

DOI: 10.23899/9786589284659.3

Referências

AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA. Nordeste: Desenvolvimento sem justiça. *In*: AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA. **Revista Católica de Cultura**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1967.

AGAMBEN, G. Estado de Exceção. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALBANO, G. P. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN**. 2005. 219 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

BRASIL. **Ação Civil Pública**. N. 1001605-06.2017.4.01.3200. Grupo de Trabalho Povos Indígenas e Regime Militar – 6. Câmara de Coordenação. Brasília: Ministério Público Federal, 2017. Disponível em: https://justicadetransicao.mpf.mp.br/documentos-1/AIND_5_Waimiri.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972/74. Brasília: Presidência da República, 1971.

BRASIL. Alguns aspectos sociais relevantes no Projeto Baixo-Açu. Fortaleza: MINTER: DNOCS, 1982.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos:** planejamento e clientelismo no Nordeste. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008

CAMPOS, P. H. P. **Estranhas Catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar – 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014.

CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. **Retrato da repressão política no campo – Brasil, 1962-1985**: camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.

CASTRO, I. E. de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1992.

CONSELHO INDIGENISTA DA FUNAI-CIF. **Ata da 81ª Sessão, realizada em 24 de janeiro de 1975**. Rio de Janeiro: FUNAI, 1975.

FETARN cobra execução de projeto no Vale do Rio Açu. Tribuna do Norte, Natal, 29 nov. 1985.

FETARN. Manuscritos avulsos. Natal: Acervo Nut-Seca/UFRN, 1980.

FETARN. **Reivindicações dos Trabalhadores Rurais**. Panfleto Impresso. Natal: Arquivo Nut-Seca/UFRN, [s. d.].

GOVERNO do RN e BNDES firmam acordo de cooperação para o Porto Indústria Verde. **Tribuna do Norte**, Natal, 11 abr. 2024. Disponível em: https://tribunadonorte.com.br/rio-grande-do-norte/governo-do-rn-e-bndes-firmam-acordo-de-cooperacao-para-o-porto-industria-verde/. Acesso em: 18 maio 2024.

GUALBERTO, J.; LIMA, A. Vale ou não vale o Vale? A barragem do século. **A República**, Natal, 10 jun. 1979.

HALL, A. L. Drought and irrigation in Northeast Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

PIANCÓ-PIRANHAS-AÇU. **Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu.** Disponível em: https://cbhpiancopiranhasacu.org.br/a-bacia/. Acesso em: 14 fev. 2024.

"Irreversível": autoritarismo e violência na construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte (1979-1983)

DOI: 10.23899/9786589284659.3

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto chayanoviano. Trad. Cláudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

REIS FILHO, D. A. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SAMPAIO, P. de A. Prefácio. In: MARTINS, M. D. (org.) **O Banco Mundial e a Terra**: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

SUDENE/DNOCS. **Piranhas River Study Basin**. Agency International Development. [S. *l.*]: Department of Sate – U.S.A, 1963.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALENCIO, N. F. **Grandes projetos hídricos no Nordeste**: suas implicações para a agricultura no semiárido. Natal: UFRN, 1995.

VALVERDE, O.; MESQUITA, M. Geografia Agrária do Baixo-Açu. **Revista Brasileira de Geografia**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 455-494, 1961. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1961_v23_n3.pdf. Acesso em: 13 ago. 2015.

VARGAS, N. A. **Barragens:** O Clamor dos Beiradeiros. 1991. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC, São Paulo, 1991.

A Ditadura Militar Brasileira e a política subimperialista de dominação interna entre Brasil e Argentina na América do Sul

DOI: 10.23899/9786589284659.4

A Ditadura Militar Brasileira e a política subimperialista de dominação interna entre Brasil e Argentina na América do Sul

Eliton Felipe de Souza*

Introdução – O imperialismo estadunidense e a América Latina ditatorial

A chuva que irriga os centros do poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema (Galeano, 2010, p. 06).

Os golpes de Estado ocorridos na América Latina durante o século XX, mantiveram a supremacia do modo de produção capitalista, impedindo o surgimento de governos capitalistas independentes e/ou mudanças no caminho do socialismo e do comunismo. No contexto da Guerra Fria, o Estados Unidos apoiou com instrução militar e ideológica, além de ajuda material e financeira, os setores políticos e econômicos que se alinhavam aos interesses imperialistas do país na região. Para isso, Washington fez uso de programas de assistência, assim como de missões de serviços de inteligência, constantemente respaldados diplomaticamente (Padrós, 2009, p. 24).

Com o fim da segunda guerra, o Estados Unidos pretendia expandir o poder pelo globo e era fundamental que a América Latina se tornasse o quintal da Casa Branca, impedindo o avanço de outros países americanos. Já em 1946, por exemplo, o governo estadunidense tentou impor a própria vontade sobre a política interna do governo argentino, mas "apesar das pressões [...] Perón foi eleito com uma votação contundente, obtendo 56% dos votos" (Neto, 2015, p. 477), e os estadunidenses foram obrigados a recuar.

Não obstante, para evitar a crescente organização popular nos países latinos e impedir que ações como a vitória dos guerrilheiros cubanos de Sierra Maestra, em 1959,

-

^{*} Historiador, mestre em sociologia política pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, doutor e Pós-doutorando em história pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ. Contato: elitonfelipe@gmail.com

A Ditadura Militar Brasileira e a política subimperialista de dominação interna entre Brasil e Argentina na América do Sul

DOI: 10.23899/9786589284659.4

servissem de exemplo, o Estados Unidos auxiliou no desencadeamento de Golpes de Estado e ditaduras de cunho militar.

Uma dessas ações ocorreu no Brasil em 1º de abril de 1964. Com o suporte estadunidense, militares brasileiros concretizaram o Golpe de Estado civil-militar¹ que depôs o presidente João Goulart e levou o país a uma ditadura militar² que duraria 21 anos. Brasília passou a ser, então, ponto de referência da atuação de Washington na América do Sul, mas não sem estabelecer relações de poder de cunho regional, principalmente, em contra dos interesses da segunda potência local, a Argentina.

Brasil e Argentina – Uma disputa revelada – O subimperialismo no Chile, Uruguai, Bolívia e Paraguai

O bem-estar de nossas classes dominantes - dominantes para dentro, dominadas de fora - é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de bestas de carga (Galeano, 2010, p. 06).

Ainda que a tentativa de integração dos países da América do Sul tenha estado em pauta durante todo o século XX, isso não impediu que os dois maiores do continente continuassem em permanente disputa, construindo alianças com as nações vizinhas, fosse por meio de acordos políticos e econômicos ou pela imposição militar.

De acordo com Candeas (2005, p. 01), "[...] a história dos laços bilaterais [entre Brasil e Argentina] revela que as relações se iniciam sob o signo da instabilidade estrutural no século XIX" e as aproximações entre os dois países "ocorreram até os anos 1970 de forma irregular", com ações de aproximação e afastamento de ambos os lados.

Dentro dos limites impostos pelo imperialismo estadunidense, Brasil e Argentina procuraram estabelecer uma relação de domínio para garantir a hegemonia subimperialista na América do Sul e com a chegada dos militares ao poder no Brasil, em 1964, as ações dos dois governos foram elevadas a outro nível, inclusive com a conspiração brasileira para a derrubada de presidentes eleitos em outros países,

_

¹ Entendemos a denominação "civil-militar", como formulação conceitual aplicável para o golpe de Estado ocorrido em 1964, tendo civil um sentido classista como parte de uma elite ligada aos interesses do capital multinacional e associado.

² Apesar de entendermos o Golpe como "Civil-militar", não acreditamos que o termo possa ser generalizado para o regime estabelecido após 1964. Ao contrário, entendemos que a ditadura teve característica militar, visto que os civis estavam submetidos ao controle da caserna.

A Ditadura Militar Brasileira e a política subimperialista de dominação interna entre Brasil e Argentina na América do Sul

DOI: 10.23899/9786589284659.4

fazendo com que Paraguai, Chile, Bolívia e Uruguai passassem a gravitar cada vez mais em sua órbita.

O principal foco de tensão entre Argentina e Brasil se deu em torno do uso da Bacia do Prata, na qual ambos tinham pretensões no campo energético para garantir o crescimento industrial a partir da construção de usinas hidrelétricas. As questões envolvendo a região ganharam novos contornos depois que o Paraguai viu no Brasil uma nova saída para escoar seus produtos. Ainda na década de 1950 o governo brasileiro estreitou as relações que possuía com o ditador Stroessner. Além disso, com a construção da Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu, e da rodovia Coronel Oviedo os paraguaios encontraram outra rota para o mar, liberando-se dos braços argentinos.

A contenda sobre a utilização do rio se estendia desde a Guerra do Paraguai, no século XIX, quando a disputa se dava em torno da navegação. Foi, inclusive, ao final do conflito que a Argentina se consolidou como uma potência capaz de fazer frente ao Brasil:

O fim da Guerra do Paraguai definia um novo quadro em que a Argentina sobressaía pelo inédito crescimento financeiro do capital privado, o rearmamento de suas forças e a articulação de seus interesses na América do Sul mediante uma vasta rede de relacionamentos bilaterais fluidos (Spektor, 2002, p. 120).

A rivalidade entre os dois vizinhos crescia e enquanto o governo do Brasil já sob a batuta dos militares "não admitia equacionar [o uso dos rios] em termos incompatíveis com seus interesses nacionais" (Bandeira, 2010, p. 408), a Argentina utilizava o direito internacional para barrar os avanços brasileiros:

A Argentina deve se opor, nos organismos financeiros internacionais, a nossos pedidos de crédito para obras no Paraná. Assim, o projeto Iguazu, no momento, não deve ser considerado e, os estudos conjuntos no Uruguai devem aguardar melhor clima político e mostras de maior seriedade de conduta por parte da Argentina quanto a troca de informações (Embaixada do Brasil em Buenos Aires, 2017a, p. 01).

Os argentinos receavam que com a construção conjunta da Usina de Itaipu, entre Brasil e Paraguai, com capacidade de produção de 11.000 Mw, mais do que os 7.000 Mw produzidos em toda a Argentina, a cidade de Foz do Iguaçu tornasse-se um novo polo

A Ditadura Militar Brasileira e a política subimperialista de dominação interna entre Brasil e Argentina na América do Sul

DOI: 10.23899/9786589284659.4

industrial na fronteira aprofundando o desequilíbrio econômico entre os países do Cone Sul:

A Argentina [...] não obteve qualquer concessão do Brasil, que continuou a rejeitar a obrigatoriedade da consulta prévia para a construção de obras em rios internacionais de curso sucessivo. E os dois países, além de alguns acordos de cooperação, apenas firmaram [em 1972] uma declaração conjunta, reconhecendo que todos os povos tinham igual direito de ver realizado seu ideal de paz e prosperidade [...] adesão do Brasil ao pluralismo ideológico, apregoado pela Argentina (Bandeira, 2010, p. 412).

Evidentemente que o acordo não fora levado adiante pelo governo brasileiro que apoiou e viabilizou a sequência de golpes de Estado que ocorreriam nos países da América do Sul nos anos seguintes:

A situação que se delineou não foi favorável para o governo argentino na medida em que o apoio brasileiro aos golpes de estado nesses países trouxe-os para sua órbita de influência, ao qual se somou o Chile, formando um cordão de isolamento ao país platino (Anselmo; Teixeira, 2011, p. 16).

Estes golpes ampliaram o poder da ditadura brasileira, pois, com os novos governos, estabeleceram-se acordos e tratados favorecendo Brasília. Além disso, os generais brasileiros faziam questão de impedir quaisquer intentos argentinos de ampliar a sua atuação junto aos outros países.

Quando o General Augusto Pinochet tomou o poder, em setembro de 1973, por exemplo, os militares brasileiros haviam derrubado o presidente João Goulart havia nove anos e Brasília já tinha experiência suficiente para auxiliar os colegas golpistas em Santiago.

Desde 1966, antes mesmo de Salvador Allende chegar à presidência do Chile, a ditadura brasileira já demonstrava alguma preocupação. Em reunião do Conselho de Segurança, o então chanceler brasileiro, Juracy Magalhães relatou a conversa que teve com o colega chileno, Gabriel Valdez. Havia a clara inquietação com o fato de o Governo Frei agir "muito em função do partido comunista local, que é muito forte, representando cerca de 30% do eleitorado chileno". Magalhães afirmou que em caso "de uma vitória do partido comunista nas futuras eleições, ainda longínquas, se o Governo Frei não conseguir realizar as aspirações do povo chileno [...] seria o caso de ter a possibilidade do hemisfério agir em benefício do Chile. Segundo o chanceler,

A Ditadura Militar Brasileira e a política subimperialista de dominação interna entre Brasil e Argentina na América do Sul

DOI: 10.23899/9786589284659.4

Valdez estava "convencido de que, se o partido comunista se tornasse majoritário, as forças vivas da Nação agiriam no Chile, como agiram no Brasil e na Argentina". A reunião explicitou que só seria possível uma integração econômica latino-americana se esta estivesse sob a liderança ostensiva do governo brasileiro (Sessão do Conselho de Segurança Nacional, 2014, p. 07).

Esse movimento brasileiro para assumir a dianteira de uma possível integração da América do Sul era acompanhado de perto pelo governo do Estados unidos que demonstrava empolgação com tal possibilidade.

De acordo com Henry Kissinger, Nixon inquiriu Médici sobre a capacidade dos militares chilenos para depor Allende e o ditador brasileiro teria deixado claro que o Brasil estava trabalhando para este fim.

Nixon depositava total confiança em Médici, dizendo que "O Estados Unidos não poderia tomar uma direção, mas se os brasileiros [...] precisassem de dinheiro ou outro auxílio discreto, o Estados Unidos seria capaz de torná-los disponíveis". Segundo Kissinger "era muito importante que Brasil e Estados Unidos trabalhassem em estreita colaboração" [nossa tradução] (Departamento de Estado do Estados Unidos da América, 2018, p. 02).

Não demorou muito para que as forças armadas chilenas tomassem o poder, tornando inevitável fazer ligações entre as ditaduras do Brasil e do Chile. Há referência, por exemplo, de que Brasília financiou políticos opositores durante o mandato de Allende:

"Ganamos!" Con esta palabra el entonces embajador de la dictadura militar brasileña en Chile, Antonio Candido da Camara Canto, conmemoró el triunfo del golpe militar de Pinochet, para el cual, tanto él como el gobierno militar de Brasil habían trabajado intensamente. [...] Canto estableció estrechas relaciones con altos miembros del Ejército y la Marina y, después del golpe, fue el primer diplomático en reconocer a la Junta Militar de Pinochet (Krischke, 2017, p. 03).

Da mesma forma, os ditadores brasileiros mantiveram uma relação de ajuda mútua com Augusto Pinochet, trocando apoio às candidaturas de ambos os países em organismos internacionais.

A Ditadura Militar Brasileira e a política subimperialista de dominação interna entre Brasil e Argentina na América do Sul

DOI: 10.23899/9786589284659.4

Um dos desdobramentos dessa política foi a participação do Brasil na criação da Operação Condor³, oficializada em 1975, na capital chilena.

Os brasileiros foram responsáveis pela instrumentalização da Condor por meio dos cursos da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Escola Nacional de Informações (EsNI), incumbidas da formação de quadros das forças de segurança. O governo brasileiro promoveu conferências e troca de materiais produzidos pela repressão como o Dicionário de Termos e Expressões, Nomes e Siglas Utilizados pelos Subversivos Terroristas, descoberto junto ao Archivo del Terror, no Paraguai (Krischke, 2017, p. 01).

Em setembro de 1973, apenas doze dias após o golpe de Pinochet, no Chile, Juan Domingo Perón voltou à presidência da Argentina com 62% dos votos. Como medida imediata, querendo restabelecer o poder regional, Perón passou a visitar os países vizinhos na tentativa de conseguir acordos que favorecessem o seu país. Com pouco mais de um mês de volta à Casa Rosada, viajou a Montevidéu e propôs ao colega Juan Maria Bordaberry a união aduaneira entre os dois países, imediatamente rechaçada pelo Brasil.

No ano de 1959, o Partido Colorado uruguaio, aliado do Brasil desde 1864 e que comandava o país havia 95 anos, fora derrotado pelo Partido Nacional, abrindo caminho para os objetivos argentinos no Uruguai.

Essa aproximação entre Argentina e Uruguai teve fim, no entanto, com o crescimento da frente de esquerda que disputou o pleito presidencial de 1971. Um telegrama trocado entre a embaixada brasileira em Buenos Aires e o Itamaraty, em 23 de setembro daquele ano, evidencia que o governo brasileiro se preparava para intervir em Montevidéu e informa que a Casa Rosada estava a par das intenções brasileiras, mas não pretendia participar daquela ação:

O exército argentino deu [...] apoio ao movimento que levou o Coronel Banzer a chefia do governo da Bolívia. No que se refere a situação do Uruguai, o adido dos Estados da América⁴ (Sic) é de opinião que os oficiais argentinos estão

-

³ O condor andino é a segunda maior ave voadora do mundo, possuindo a terceira maior envergadura, com 3,2 metros, chegando a pesar 14 quilos e podendo voar 300 km por dia. Além disso, é o símbolo do Equador, Colômbia, Chile e Bolívia, estando presente nos brasões destes países. O pássaro deu nome a maior Operação militar transfronteiriça da América do Sul, na qual agentes do Estado trocavam informações, sequestraram e assassinaram opositores de acordo com os interesses das ditaduras instauradas em seus países.

⁴ Coronel Stapleton, adido do Estados Unidos em Buenos Aires, comunicou o embaixador brasileiro Antônio Francisco Azeredo da Silveira, sobre a reunião entre Lanusse e os generais argentinos para decidir os rumos da política externa em relação a Brasil e Uruguai.

A Ditadura Militar Brasileira e a política subimperialista de dominação interna entre Brasil e Argentina na América do Sul

DOI: 10.23899/9786589284659.4

convencidos de que a hipótese da intervenção armada brasileira no Uruguai [...] vem sendo estudada por nosso exército. Caso isso se efetivasse, sempre segundo Stapleton, o exército argentino não estaria em condições de apoiar a iniciativa (Embaixada do Brasil em Buenos Aires, 2017b. p. 02).

A esquerda acabou derrotada e o Partido Colorado, sob o governo de Juan María Bordaberry, retornou ao poder após a interferência de Brasília⁵. Apesar da eleição dos colorados, a situação política uruguaia permaneceu tensa e, em 27 de junho de 1973, o presidente dissolveu o Parlamento substituindo-o por um Conselho de Estado designado pelo poder executivo.

Depois disso, o Uruguai esteve por 12 anos sob o jugo de um governo militar, entre 1973 e 1985, onde a Doutrina de Segurança Nacional foi aplicada contra os subversivos com o apoio de Brasília:

E quando os militares finalmente deram, em 1973, o golpe de estado, ultimando o processo de implantação da ditadura, o Brasil, que influíra direta ou indiretamente para esse desfecho, enviou ao Exército do Uruguai centenas de veículos, tais como caminhões e carros Volkswagen, em uma operação da ordem de US\$ 815.000, enquanto a Argentina fornecia automóveis para a Polícia, bem como gasolina e querosene da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (Bandeira, 2003).

Após o golpe, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo – DOPS, foi destacado para formar, em solo uruguaio, um esquadrão da morte para liquidar os militantes do Movimiento de Liberación Nacional Tupac Amaru.

Na Bolívia, mais uma nação observada de perto pelos vizinhos, havia um tumultuado cenário político, resultado de uma série de tentativas de golpes militares em finais dos anos 1960. Em 07 de outubro de 1970 chegou ao poder o General Juan José Torres Gonzáles que tinha sua base de apoio estabelecida entre os trabalhadores e os movimentos populares. O avanço das políticas sociais desencadeou a formação da Assembleia Popular no dia 1º de maio de 1971, com 221 delegados entre camponeses, operários, setores da classe média e partidos políticos. No entanto, a reação boliviana já vinha conspirando contra possíveis mudanças políticas e sociais desde antes deste governo se estabelecer e no centro dessa conspiração encontravam-se militares

⁵ Em documento secreto do governo estadunidense, Henry Kissinger afirmou que o presidente Richard Nixon teria dito que "os brasileiros ajudaram a arranjar a eleição uruguaia" (Kissinger, 2017c, p. 01).

A Ditadura Militar Brasileira e a política subimperialista de dominação interna entre Brasil e Argentina na América do Sul

DOI: 10.23899/9786589284659.4

brasileiros. Ofício da II Seção do Estado Maior do Exército e da II Seção do Estado Maior da Aeronáutica, produzido para a Divisão de Segurança e Informação do Ministério de Relações Exteriores, classificado como Secreto-Urgentíssimo e datado de 03 de agosto de 1970, revela que "altos Chefes militares [bolivianos] já se convenceram da impossibilidade de levarem o Presidente [Alfredo] Ovando [Candia] a descartar-se de seus compromissos com os comunistas e que por isso estão estudando a sua substituição". O documento é concluído afirmando que a aliança entre os militares dos dois países "representarão um fortalecimento das Forças Armadas deste país para sua dupla missão de combater o movimento guerrilheiro e eliminar a influência do comunismo" (Embaixada do Brasil na Bolívia – Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 2017, p. 02).

O peso da informação foi tão grande que suscitou a produção de estudos: um, emitido em 14 de agosto de 1970, com o título de Estudo Especial N° 075/SG-1/70; outro, de 04 de setembro do mesmo ano, com o nome de Estudo Sucinto N° 080/SG-1/70 sobre a situação política boliviana; e um terceiro documento, este taxado como Ultrassecreto, produzido em 13 de outubro de 1970, no qual em três páginas o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Almirante de Esquadra Murillo Vasco do Valle Silva, solicita aos Ministros da marinha, exército e aeronáutica uma resposta rápida sobre de que maneira cada ministério poderia contribuir nas questões envolvendo a Bolívia (Estado Maior das Forças Armadas, 2017, p. 03).

As mudanças no cenário político boliviano eram um perigo real aos intentos brasileiros na região, pois:

A importância da Bolívia, naquele momento, fica clara quando se observa "o interesse brasileiro em assegurar na América Latina fontes de energia integradas à sua economia por meio da oferta de vultuosos investimentos [...] para a construção de um gasoduto e um polo siderúrgico na fronteira dos dois países" (Lessa, 1994, p. 16).

Para se ter uma ideia, até janeiro de 1956, quando foi inaugurada a estrada de ferro entre Santa Cruz de la Sierra e Corumbá, no Mato Grosso, os bolivianos dependiam inteiramente do porto de Buenos Aires para escoar as exportações do país. Com a construção da ferrovia, a Bolívia aproximou-se do governo brasileiro, acirrando a disputa Argentina/Brasil. Disputa esta que atingiu o máximo de tensão em julho de 1977, quando a junta militar que tomou o poder na Argentina em março de 1976 interditou o túnel Cueva-Caracoles, na Cordilheira dos Andes, para o tráfego de caminhões pesados

A Ditadura Militar Brasileira e a política subimperialista de dominação interna entre Brasil e Argentina na América do Sul

DOI: 10.23899/9786589284659.4

transportando mercadorias do Brasil para o Chile. O governo brasileiro encarou o ocorrido como uma retaliação por conta de Itaipu e como resposta fechou as fronteiras a 80% dos caminhões argentinos. O impasse, chamado de "Guerra de los camiones" pela imprensa sul-americana (ABC, 2018, p. 03), se estendeu até o dia 25 de agosto, quando a Argentina decidiu liberar a passagem dos caminhões brasileiros.

O ânimo entre os dois poderosos só se acalmou quando outra ameaça surgiu. Enquanto Brasil e Argentina disputavam o uso da Bacia do Prata, a Argentina tinha problemas maiores para resolver com o Chile. Ambos queriam controlar o Canal de Beagle e o conflito chegou ao ponto da guerra iminente⁶. O governo argentino não aceitava o Laudo Arbitral de 1977, quando o Tribunal internacional considerou as ilhas como sendo.

Para o governo de Buenos Aires, no entanto, era impossível manter um conflito em duas frentes, com o Brasil, em Itaipu, e contra o Chile, em Beagle. Como resultado, no fim de 1978, a junta militar de Buenos Aires cedeu às exigências brasileiras aceitando a cota de 105 m de queda para a produção da Usina de Corpus e em 19 de outubro de 1979, os dois países e o governo Stroessner assinaram o Acordo Tripartite, encerrando a contenda.

Durante todo esse conflito, os dois países investiram pesado na tentativa de possuir a bomba atômica. O Brasil por meio do Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha de quem obtinha a transferência do ciclo completo do enriquecimento de urânio, produção do elemento combustível e reprocessamento e a fabricação de reatores para que pudessem fabricar os submarinos nucleares que desejava, além da própria bomba caso intentasse. No outro lado, os argentinos utilizavam o Plano Europa:

Voltando-se para a CEE [Comunidade Econômica Europeia], em busca de armamentos mais modernos, e não só protegeu e ampliou sua própria produção, através da empresa estatal – Fabricaciones Militares – como optou pela utilização de urânio natural, refrigerado e moderado com água pesada, na usina atômica de Atucha, a fim de não depender de tecnologia estrangeira. Sua intenção era adquirir capacidade nuclear, que lhe permitisse resolver favoravelmente aos seus interesses as questões com o Brasil (Itaipu-Corpus),

-

⁶ Os dois países requisitaram à Grã-Bretanha um laudo que determinasse as fronteiras. O governo britânico, então, formou uma equipe com cinco juristas de países diferentes definindo que pertenciam ao Chile as ilhas Picton, Nueva y Lennox e as ilhotas e rochas adjacentes a elas. O laudo foi rechaçado por Buenos Aires que, por meio do "Operativo Soberanía", decidiu partir para a hostilidade, com militares chegando a cruzar a fronteira chilena, enquanto Pinochet se preparava para atacar a usina nuclear de Atucha. O conflito só não foi pior porque houve a intervenção do Vaticano que fez com que Buenos Aires desistisse da guerra e trouxesse os militares de volta para casa.

A Ditadura Militar Brasileira e a política subimperialista de dominação interna entre Brasil e Argentina na América do Sul

DOI: 10.23899/9786589284659.4

Chile (Canal de Beagle) e Grã-Bretanha (Malvinas/Falklands) (Bandeira, 2010, p. 417).

Com o fim do conflito, rapidamente, o superávit comercial entre Brasil e Argentina disparou em favor dos brasileiros⁷, garantindo ao país a posição de potência hegemônica na região há tanto tempo disputada pelas duas nações.

Algumas considerações

O subimperialismo, ou imperialismo de segundo grau, se expressa de mil maneiras (Galeano, 2010, p. 138).

Iniciei cada sessão deste capítulo com uma epígrafe do clássico As veias abertas da América Latina, do uruguaio Eduardo Galeano, publicado em 1971. Ao narrar os contornos da construção cultural, social e política do continente durante os 500 anos que se seguiram à invasão europeia, o autor não deixou de abordar o papel dos governos instituídos na região no processo de exploração de seus próprios povos e nas disputas por hegemonias sobre as nações mais débeis. Contudo, ainda que de modo não intencional, a imagem de um continente submetido à vassalagem internacional e à constante destruição de suas riquezas naturais e culturais desde os primórdios da colonização europeia até a proeminência estadunidense destaca-se e é o que a maioria dos leitores retém do texto.

No entanto, uma das discussões que aparecem ao longo da escrita foi aquela derivada dos debates em torno do que ativistas e intelectuais passaram a denominar de "subimperialismo" e que o autor utiliza para descrever a relação de dupla exploração do Paraguai, padecendo sob o imperialismo estadunidense e o subimperialismo brasileiro como uma "colônia de colônias" (Galeano, 2010, p. 137); como um imperialismo de segundo grau, expresso pela participação de soldados paraguaios na República Dominicana, em 1965, a mando do governo estadunidense, mas sob o comando de um general brasileiro (Ibidem, p. 138); e que havia no Brasil dos militares a intenção subimperialista sobre os vizinhos. "Um elenco militar de importante gravitação postula o país como o grande administrador dos interesses norte-americanos na região, e

-

⁷ Segundo Hirst [1988, p. 56], em 1980, 72,5% das exportações brasileiras para a Argentina eram de manufaturados, enquanto das vendas do país vizinho apenas 31,6% correspondiam a produtos industriais. Três anos depois esses números caíram, mas continuaram favoráveis aos brasileiros: as exportações passaram para 14,8% e as importações para somente 3,7%.

A Ditadura Militar Brasileira e a política subimperialista de dominação interna entre Brasil e Argentina na América do Sul

DOI: 10.23899/9786589284659.4

chama o Brasil para exercer, no Sul, uma hegemonia semelhante à que, frente aos Estados Unidos, o próprio Brasil padece" (Ibidem, p. 182).

Seguindo a premissa galeanesca da ação subimperialista estabelecida a partir de Brasília, nesse texto foram apresentados elementos sociais e históricos mobilizados pela ditadura brasileira na disputa com a Argentina para configurar relações de dependência e dominação nas correlações internas, atentando para as estratégias nacionais de desenvolvimento capitalista.

No que cerne, por exemplo, a disputa pela utilização da Bacia do Prata e da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, naquilo que Eduardo Galeano chamou de "A pirataria de terra", a força militar brasileira se sobressaía a tal ponto que "os guardas brasileiros exig[ia]m passaporte aos cidadãos paraguaios para circularem em seu próprio país" (Galeano, 2010, p. 138).

A partir da análise documental e da revisão de vasta bibliografia sobre o tema, fica claro que entre a exploração imperialista dos Estados Unidos e os golpes militares na América Latina havia políticas de Estado praticadas pelos ocupantes do poder nos dois países que ambicionavam garantir-lhes o papel de potência regional.

Portanto, depois de seus respectivos processos de independência e em conjunto com disputas geopolíticas no âmbito da América do Sul, os governos brasileiros e argentinos mediram forças e se envolveram em conflitos de modo a cada qual se sobressair como a potência hegemônica na região. Durante o período da ditadura militar brasileira esta situação não foi diferente, pelo contrário, a partir do que apontamos aqui, ficou claro que entre os militares os intentos de conquista e controle da América do Sul estavam presentes e existiam como política de Estado.

Referências

ABC. Con una tregua honrosa, concluyó la "Guerra de los camiones" entre la Argentina y Brasil. ABC, Assunção, 26 ago. 1977. Cables, p. 03. *In*: ARQUIVO NACIONAL PARAGUAIO. **Acervo referente ao jornal ABC.** Assunção: Arquivo Nacional, 2018.

ANSELMO, R. de C. M. de S.; TEIXEIRA, V. M. América do Sul: o papel dos conflitos na perspectiva de integração do continente. **Horizonte científico**, Uberlândia, v. 5, n. 2, p. 02-28, dez. 2011.

BANDEIRA, L. A. M. Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile: 30 anos depois. **Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 28, set. 2003.

BANDEIRA, L. A. M. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

A Ditadura Militar Brasileira e a política subimperialista de dominação interna entre Brasil e Argentina na América do Sul

DOI: 10.23899/9786589284659.4

CANDEAS, A. W. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 48, n. 1, jan./jun. 2005.

DEPARTAMENTO DE ESTADO DO ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. [Memorando] 29 dez. 1971, Washington D.C. [para] Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. Washington D.C. 2f. Alegados compromissos do presidente Richard M. Nixon ao presidente brasileiro, Emílio Garrastazu Médici [nossa tradução]. *In*: DIGITAL NATIONAL SECURITY ARCHIVE (DNSA). **Acervo Brazil Conspired with U.S. to Overthrow Allende.** Washington: The National Security Archive, 2017.

EMBAIXADA DO BRASIL EM BUENOS AIRES. [Telegrama] 26 jun. 1971, Buenos Aires [para] Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília. 5f. Argentina, política em relação ao Brasil. *In*: COORDENAÇÃO-GERAL DE DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA (CDO) DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Acervo referente às embaixadas brasileiras.** Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017a.

EMBAIXADA DO BRASIL EM BUENOS AIRES. [Telegrama] 26 jun. 1971, Buenos Aires [para] Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília. 2f. Situação político-militar. Relações com o Brasil. Situação do Uruguai. In: COORDENAÇÃO-GERAL DE DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA (CDO) DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Acervo referente às embaixadas brasileiras**. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017b.

EMBAIXADA DO BRASIL NA BOLÍVIA – SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. [Telegrama] 03 ago. 1970, Brasília [para] II Seção do Estado Maior do Exército e II Seção do Estado Maior da Aeronáutica. Brasília. 2f. Situação político-militar na Bolívia. *In*: ARQUIVO NACIONAL – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Acervo da Ditadura Militar.** Brasília: Arquivo Nacional, 2017.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. [Ofício] 03 out. 1970, Brasília [para] Secretário Geral de Segurança Nacional. Brasília. 3f. Aviso N° 35 PA-2 267. In: ARQUIVO NACIONAL – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Acervo da Ditadura Militar.** Brasília: Arquivo Nacional, 2017.

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM, 2010.

HIRST, M. Contexto e estratégia do programa de integração Argentina-Brasil. **Revista de economia política**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 55-72, jul./set. 1998.

KRISCHKE, J. **Brasil y la Operación Condor**. [S. l.: s. n.], [s. d.].

LESSA, A. C. **Brasil, Estados Unidos e Europa Ocidental no contexto do nacional-desenvolvimentismo:** estratégias de diversificação de parcerias (1974-1979). 1994. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS-UnB), Brasília, 1994.

NETO, S. L. A Conferência do Rio de Janeiro e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca: Conflitos na construção do sistema interamericano. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 473-489, set/dez. 2015.

PADRÓS, E. S. A Operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça. **Organon**, Porto Alegre, n. 47, p. 115-138, jul./dez. 2009.

SESSÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 39., 1966, Brasília. **Arquivo Nacional**. Brasília: Arquivo Nacional, 2014.

A Ditadura Militar Brasileira e a política subimperialista de dominação interna entre Brasil e Argentina na América do Sul

DOI: 10.23899/9786589284659.4

SPEKTOR, M. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). **Revista Brasileira de Política**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. 117-145, 2002.

O "Irrevogável" frente ao "Irreversível": políticas de Memória e a Justiça de Transição no Cone Sul

Guilherme da Conceição de Lima* Vitória Maria de Sousa**

As ditaduras militares do Cone Sul e o "Passado que não passa"

Quando falamos das ditaduras militares do Cone Sul, estamos tratando diretamente com aspectos referentes a memória. De fato, este período da história recente da região é uma temática que suscita diversas discussões e embates, para além da historiografia. As disputas em torno da memória das ditaduras militares fazem parte do cotidiano político e social de Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Políticos e figuras públicas geralmente recorrem a esse passado como argumento político, execrando ou o condenando, tornando-se, na prática, um componente ideológico na esfera política destas sociedades.

Comemorações e "descomemorações" nesta seara são comuns, embora isto não queira dizer que elas não acarretem polêmicas e tensos debates no tempo presente. No Brasil, os clubes militares das Forças Armadas comemoram o aniversário do Golpe de Estado como a "revolução de 1964", responsável na visão de seus membros, "como um contragolpe contra a ameaça de uma tomada de poder pelas forças comunistas" (Cardoso, 2011, p. 126). Outros eventos rechaçam a perspectiva positiva das ditaduras militares, como a gigantesca manifestação *Marcha Del Silêncio* em Montevidéu. Milhares de pessoas se reúnem todo dia 20 de maio para percorrer as ruas da capital uruguaia, carregando cartazes e faixas pedindo justiça às vítimas do Terrorismo de Estado da ditadura militar uruguaia (Sosa González, 2021, p. 3).

No Chile, a data de 11 de setembro, dia do golpe orquestrado contra Salvador Allende, é marcado todos os anos por diversas manifestações recordando o Terrorismo de Estado. Entre elas está a abertura dos portões do Estádio Nacional de Santiago para homenagens as vítimas da repressão da ditadura pinochetista (Estádio Nacional Memoria Nacional, 2023). A Argentina também tem datas importantes envolvendo o

...

^{*} Mestre em História Pela UNILA (Universidade da Integração Latino-Americana). Doutorando pelo PPGH da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina). Bolsista CAPES. Contato: guilherme.2lima@gmail.com

^{**} Graduanda em História pela UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina). Bolsista CNPq de Iniciação Científica. Contato: grbvitoriasousa@gmail.com

respeito a memória das vítimas de sua última ditadura militar. A cada 24 de março, data do golpe de Estado em 1976, ocorrem diversas mobilizações e manifestações na *Plaza de Mayo* e em lugares de memória pelo país. Entre elas a visita ao maior centro Clandestino de Detenção da Argentina, A infame Escola Mecânica da Armada (ESMA). Atualmente na ESMA funciona um espaço de Memória, promoção e defesa dos direitos humanos (Guglielmucci, 2007, p. 256).

Estes eventos se se inserem na seara da Memoria, Verdad y Justicia¹. Nele, o truncado trabalho das políticas de memória se imbrica, cristalizando esse passado que não passou. O presente não é somente consequência do passado, ele é sua persistência, seu continuum, pois os conflitos que lá surgiram ainda se fazem atuais (Rousso, 2016). Essa situação se agudiza ainda mais quando estamos tratando de um passado recente, tal como as ditaduras militares do Cone Sul da segunda metade do século XX. É um processo saturado de tensão, e em boa parte pelo antagonismo, entre história e memória, entre conhecimento e experiência, distância e proximidade, na tênue linha divisória da objetividade e da subjetividade. Muitas vezes pesquisador e testemunha coabitam o mesmo tempo e espaço, e não raro estes podem estar fundidos no mesmo sujeito. Por isto, tem-se assim uma dialética particular entre o passado e o presente (Rousso, 2016, p. 16), pois o primeiro tende a permanecer no segundo, é o "passado que não passa".

É postado diante do historiador, especialmente aquele que lida com o tempo presente, de tomar distância de seu objeto ao mesmo tempo que tenta discutir e refletir acerca do passado e de seu sentido, além de sua persistência, no presente. Isto implica também em pensar as maneiras pelas quais perpassam a relação entre memória, política e justiça (Jelin, 2002, p. 16). Quando tratamos sobre a memória lidamos com recordações e esquecimentos, narrativas e ações, silêncios e declarações. Entram em cena conhecimentos, mas também sentimentos. Destas memórias podem surgir brechas e hiatos (Jelin, 2002, p. 17). Por isso dá importância de discutir a problemática do que se recorda e do que se esquece. Tem-se a impressão de que há momentos e conjunturas de irrupção de determinadas memórias, e outros de silenciamento e de esquecimento (Jelin, 2002, p. 18), sobretudo quando temos a transição de regimes autoritários para democracias, onde memórias "subterrâneas" que antes silenciadas e sufocadas, acabam emergindo, não sendo mais impedidas pelos mecanismos de repressão ditatorial (Jelin, 2002, p. 30). As memórias coletivas têm assim em seu

_

¹ Memória, Verdad y Justicia é um lema utilizado por movimentos e organizações dos direitos humanos na América-Latina, com o intuito de reivindicar por investigações e julgamento dos responsáveis por crimes contra a humanidade durante as ditaduras da região.

processo de construção diferentes atores sociais, que antes marginalizados e reprimidos, entram no jogo de disputa e mediação dos sentidos dados ao passado no pós-ditadura (Jelin, 2002, p. 22).

É aí que a memória dos anos ditatoriais entra em disputa. Findando os regimes autoritários, ressentimentos acumulados ao longo do tempo e memórias suprimidas do sofrimento e opressão emergem com força, sendo expostas publicamente (Pollak, 1989, p. 6). O discurso hegemônico é quebrado, a história "oficial" de outrora dos Estados ditatoriais do Cone Sul agora é contestado por esta memória que vem à tona. Antes clandestina e proibida, ele toma o espaço público, por meio da cultura, dos meios de comunicação, das expressões artísticas. A tentativa de relegar estas memórias ao silêncio e esquecimento acabou gerando efeito contrário, pois importantes setores da sociedade civil reivindicam uma memória de resistência e um clamor por verdade e justiça, antagonizando com o discurso da ditadura (Pollak, 1989, p. 7).

As Comissões Da Verdade e a Justiça de Transição se alimentam justamente destas memórias subterrâneas, que vem a público. Estas memórias estão nos depoimentos de vítimas e perpetradores dos crimes contra a humanidade e do Terrorismo de Estado ocasionado pelas ditaduras militares do Cone Sul. Os testemunhos tanto de vítimas e perpetradores fazem parte do corpus documental reunido por ambas, sendo peças importantes tanto como fonte histórica do período, quanto como prova jurídica nos julgamentos de agentes de Estado envolvidos em torturas, desaparecimentos e assassinatos durante as ditaduras. Não só no âmbito jurídico, mas estes depoimentos tiveram forte repercussão em outras esferas sociais, operando de maneira cultural e ideológica (Sarlo, 2007, p. 24).

As Comissões da Verdade buscam reconstruir como se deu o panorama de um período de repressão política ou guerra civil, desvendando acontecimentos ocultados e negados ao grande público. Uma das grandes ações que uma Comissão da Verdade permite é estimular um amplo debate sobre a violência, rompendo com o silêncio e a negação. São informes construídos a partir de depoimentos de testemunhas, declarações de perpetradores, investigações, pesquisas em arquivos, acesso a documentos do Estado e análises de arqueologia forense, compondo assim uma amalgama imensa de fontes para asseverar o que ali está sendo retratado (Rodrigues Pinto, 2010, p. 130). Contudo, os Informes não são órgãos jurisdicionais, mas podem, de acordo com o poder que lhe foi delegado, estimular e até mesmo recomendar julgamentos ou anistias. Estas recomendações são geralmente levadas para tribunais formais no âmbito judiciário do país (Rodrigues Pinto, 2010, p. 130).

Os Informes e Comissões Nacionais da Verdade respondem ao clamor de grupos sociais e políticos acerca de respostas que o saldo da repressão política suscita, na necessidade de se pensar e elaborar políticas direcionadas a confrontar os legados autoritários da história recente dos países (Gallo, 2016, p. 328). A criação de uma CNV se ampara numa política de memória de grande proporção, e ainda que com suas limitações, são essenciais para a retomada de algumas demandas ainda não sanadas sobre a história recente de um país que acabou de passar por situações-limites² de violência (Gallo, 2016, p. 341). Os Informes acabam contribuindo para uma mirada mais crítica em torno da violência do passado, engajado em resgatar a memória da repressão, em vista de garantir verdade e justiça (Gallo, 2016, p. 342).

As CNV's são, então, uma das ferramentas que compõem o cenário de um processo de Justiça de Transição ou Transicional. A Justiça de Transição pode ser definida como uma mobilização em prol de uma paz estável após um período de conflitos, violências em massa e de sistemáticas violações dos direitos humanos (Van Zyl, 2011, p. 46) O intuito desta Justiça Transicional consiste em processar e julgar os perpetradores destas violações, denunciando os crimes passados, estabelecer políticas reparatórias as vítimas, reformar as instituições do Estado responsáveis pela repressão e, por fim, estimular a reconciliação.

As transições políticas na América Latina durante a década de 1980 tiveram como cerne, de certa maneira, a percepção dos grupos democráticos de que, embora os militares tenham voltado a suas casernas, mantiveram uma relevância política, exercendo poder de pressão. Concomitantemente tivemos o surgimento de um discurso pró-direitos humanos em diversos setores da sociedade, dando legitimidade e estofo aos opositores das ditaduras militares. Era evidente que, nesta conjuntura, buscar levar a juízo os responsáveis pelos crimes cometidos pelo aparato repressivo geraria uma forte celeuma com as Forças Armadas (Cueva, 2011, p. 340).

Se percebe então, que Justiça de Transição e Comissões da Verdade são processos que estão atreladas a um passado, ainda que recente. Neste sentido, estamos falando não somente da memória social do período ditatorial, mas testemunhos de pessoas que ainda estão vivas e participaram intensamente dos acontecimentos a época. Para compreender melhor o quanto este passado tem de presente, e quanto o presente tem de passado, o texto passa agora para uma análise das Comissões da Verdade e da Justiça de Transição sob a ótica de "Passados Irrevogáveis" e "Passados Irreversíveis".

² Entende-se por situação-limite uma experiencia traumática vivenciada por um coletivo, grupo ou sujeito, gerando sequelas físicas, psicológicas e sociais (Caldas, 2019, p. 744).

A Transição Incessante: O Cone Sul entre o Irrevogável e o Irreversível.

O primeiro país a tomar a frente no processo de transição e de Justiça Transicional fora a Argentina em 1983. Com a volta de um governo civil em 1983, com a Eleição de Raúl Alfonsín, a Argentina passa rapidamente a uma explosão de denúncias envolvendo crimes cometidos pelo aparato repressivo, como sequestros, desaparecimentos, torturas e assassinatos (Crenzel, 2020, p. 78). Visando investigar estes delitos, o governo Alfonsín invalida a autoanistia estabelecida pelos militares e instaura a *Comision Nacional Sobre Desaparición de Personas* (CONADEP), criada com a função de investigar os crimes cometidos pelo Estado ditatorial (Jelin, 2017, p. 102).

O Relatório final da Comissão, o Nunca Más, é entregue em 20 de setembro de 1984. O Nunca Más chocou a sociedade argentina e fez a população abrir os olhos para a dimensão trágica da repressão ditatorial. O Informe foi importantíssimo para ações na esfera da Justiça de Transição, pois fez com que a sociedade argentina pressionasse o governo a levar a Junta Militar que governou o país ao banco dos réus (Crenzel, 2020, p. 138). Fora a primeira vez que militares de alta patente foram julgados pela esfera cível. O resultado do julgamento foi a condenação dos principais comandantes da Junta Militar, entre eles o General Jorge Rafael Videla e o Almirante Eduardo Massera, apenados com a prisão perpétua em 1985 (Araneta; Massano, 2020, p. 21).

É a partir do Informe Nunca Más que temos a perspectiva de rompimento institucional com o passado, assentando um marco para se pensar a história recente argentina. Significou um dos atos "fundacionais" da democracia argentina (Bauer, 2014, p. 165). É uma narrativa humanitária que denuncia crimes de lesa-humanidade perpetrados pelo aparato repressivo da Junta Militar argentina. Este processo acabou cristalizando a produção do relatório Nunca Más como a memória "oficial" da repressão (Bauer, 2014, p. 165). O Nunca Más argentino é uma das pedras basilares que se valeram outras Comissões da Verdade e da Justiça de Transição mundo afora³. Inspirou iniciativas similares nos países vizinhos, sejam as elaboradas por organizações e grupos de direitos humanos, como o Uruguay Nunca Más (1989), e as iniciativas por partes do Estado, como a Comisión Verdad y Reconciliación ou Comisión Rettig do Chile (1991).

No Brasil, o primeiro Informe tratando acerca das violações de direitos humanos perpetrados pela ditadura militar é o Brasil Nunca Mais (1985). Fora uma iniciativa de entidades civis como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e

_

³ A iniciativa da CONADEP inspirou comissões semelhantes não só no Cone Sul. Podemos citar a de El Salvador, Comisión de la Verdad; no Haiti e na Guatemala, Comisión para el Esclarecimiento Histórico; no Peru, Comisión de la Verdad y Reconciliación; na África do Sul, Truth & Reconciliation Commission (Bauer, 2014, p. 166).

organizações de Direitos Humanos. Antes mesmo do fim da ditadura, o país já havia promulgado uma anistia (1979), dando salvaguardas aos militares quando estes saíssem do poder (Costa; González, 2019, p. 128). Durante a década de 1990, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso acenou com algumas medidas de reparação, como a Lei dos Mortos e Desaparecidos (Lei 9.140/95), dando compensação econômica as vítimas e familiares da repressão da ditadura. Porém, ela não comtempla a verdade jurídica, nem a identificação e recuperação dos restos mortais dos assassinados, muito menos a punição dos responsáveis pelas mortes (Teles, 2010, p. 247).

Outro ponto são as decisões controversas do Supremo Tribunal Federal brasileiro. Em 2008, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entrou com uma ação na suprema corte brasileira com uma "Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental" com a finalidade de abolir "os crimes comuns praticados pelos agentes da repressão contra opositores políticos durante o regime militar" daqueles contidos na Lei da Anistia de 1979 (Fico, 2012, p. 52). A ação perpetrada pela OAB só foi julgada em 2010, onde a corte indeferiu o pedido, prosseguindo com o entendimento original da Lei de anistia. Ao mesmo tempo, durante o julgamento, a maioria dos juízes do STF tiveram o entendimento, como bem expressado na fala da ministra Cármen Lucia, de que "o direito à verdade, o direito à história, o dever do Estado brasileiro de investigar, encontrar respostas, divulgar e adotar as providências sobre os desmandos cometidos no período ditatorial não estão em questão" (Fico, 2012, p. 54).

Estas decisões jurídicas são reflexo da transição brasileira, pautada pela ingerência das Forças Armadas no processo. Ele está presente na própria constituição de 1988, onde muitos artigos são ambíguos e permitem interpretações dúbias sobre o papel das Forças Armadas na democracia, sempre com sua espada de Dâmocles sobre o pescoço dos 3 poderes da república (Zaverucha, 2010, p. 74).

É nesta conjuntura extremamente atribulada, de avanços e recuos, que a memória é instrumentalizada por aqueles que demandam por *Verdad y Justicia*. Sobreviventes e familiares das vítimas dos crimes de lesa-humanidade perpetrado pelos agentes estatais e paraestatais durante a ditadura, se valeram da memória enquanto ferramenta mobilizadora de suas lutas para punir os responsáveis pelo Terrorismo de Estado.

O exemplo mais conhecido neste sentido é das Madres y Abuelas de la plaza de mayo, da Argentina. Composta por avós e mães de desaparecidos políticos, estas organizações ligadas a movimentos de direitos humanos é símbolo na luta contra a violação dos direitos humanos das ditaduras no Cone Sul. Seu lema, Aparicion con Vida, vai além da ideia do Nunca Más. O lema encampado pelas Madres y Abuelas de la plaza de mayo, é um exemplo no embate entre a perspectiva levantada por Berber Bevernage

(2018), acerca do conflito entre Passado Irreversível X Passado Irrevogável. É uma discussão que se envereda pelo antagonismo temporal entre história e justiça (Bevernage, 2018, p. 30). O Tempo irreversível da história contraria a temporalidade jurídica, pois o crime cometido está parcialmente no passado, partindo de uma condição de ausência ou distância. Por isso, a ideia de uma justiça perfeita é utópica, irrealizável no campo da história, de tal maneira que este raciocínio se vale muito da crítica de "justiça perfeita" do filosofo Max Horkheimer⁴, explana Bevernage. Essa linha de raciocínio considera que "é impensável que a justiça perfeita possa ser realizada no campo da história, pois mesmo uma sociedade perfeitamente justa nunca pode compensar a miséria do passado [...]" (Bevernage, 2018, p. 31). É a ideia de que justamente "os assassinados foram realmente assassinados" (Bevernage, 2018, p. 31). O tempo irreversível relega a história algo de incômodo, beirando a injustiça e ao imoral. (Bevernage, 2018, p. 32).

Contrapondo a este tempo Irreversível, temos o Irrevogável. Se valendo da abordagem do filósofo francês Vladimir Jankélévitch, Bevernage destaca que ao contrário da transitoriedade e tempo passageiro delegado pelo irreversível, temos a inflexibilidade e dureza do irrevogável (Bevernage, 2018, p. 33). Ao contrário desse passado irreversível, experimentado como frágil, dissolúvel ou fugaz em relação ao presente, o passado se apresenta como irrevogável quando ele é experienciado como um espaço persistente e denso que se funde ao presente. (Bevernage, 2018, p. 33). Essas experiências do passado acarretam uma impossibilidade oposta: reivindicar o passado no presente ou negar um passado inconveniente (Bevernage, 2018, p. 34). A partir do conceito de irrevogável, tem-se uma ferramenta teórico-metodológica para fazer oposição ao tempo irreversível da história. Desafiando a premissa de passado como algo dado e datado, ausente e distante, o irrevogável daria a oportunidade de no âmbito intelectual, considerar relevante a ideia de passados "persistentes" ou assombrosos (Bevernage, 2018, p. 35)

É na noção de passado *Irrevogável* que as Comissões da Verdade e a Justiça de Transição se encaixam. As CV's e a Justiça Transicional visam em suas lutas dar um sentido ao passado. A *Justiça de Transição* e o passado recente ao qual ela se refere são processos ainda abertos (Jelin, 2017, p. 42). Para aqueles que encaram os crimes e violações dois direitos humanos como trauma não sanado, o Estado democrático de direito tem o dever não só de memória, mas também de denunciar o passado,

⁴ Max Horkheimer utilizou o tempo histórico irreversível para tecer uma crítica a filosofia escatológica e anamnésica de Walter Benjamin (Bevernage, 2018, p. 31).

estimulando medidas e políticas ligadas ao esclarecimento da verdade, justiça e reconhecimento da violência ditatorial (Jelin, 2017, p. 46).

Por isso que o conceito de *irrevogável* é tão caro para as premissas de uma Justiça de Transição e políticas de memória. "Ao referir-se a um passado que ficou 'preso' e persiste no presente, o conceito de irrevogável de fato rompe com a ideia de 'distância temporal' entre o presente e o passado, que é tão central para o tempo irreversível da história [...]" (Bevernage, 2018, p. 34). O advento de uma *Comissão da Verdade* é um movimento, seja do Estado ou entidades civis, que visa agir como um constructo de alicerces democráticos, uma bússola que não é pautada pelo revanchismo e vingança por parte de setores da população contra os militares. É, acima de tudo, uma maneira de restaurar o equilíbrio de forças democráticas e tentar arrefecer traumas prementes ao passado recente (Layús, 2023). A ideia de dever posta-se ao lado do lembrar e do assentamento de uma nova verdade publica, oposta àquela determinada pela "história oficial" da ditadura. Alcançado este momento, entra-se na etapa da justiça e do tempo da reparação. Afinal, sem o reconhecimento público das violações dos direitos humanos, é inviável obter justiça e reparação (Montaño; Crenzel, 2015, p. 16).

Percebemos isso no caso de Argentina, Chile e Uruguai. Os dois últimos países na verdade são mostra de que o reconhecimento público das violações dos direitos humanos dos anos ditatoriais se dá através de longos anos de batalhas judiciais, e ainda se dá de modo parcial. Sem o reconhecimento, a justiça e a reparação podem não ser alcançadas. Por isso a importância de perceber de que modo os "Dilemas da Justiça de transição" se dão na conjuntura de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. A viabilidade de políticas efetivas da justiça de transição pode ser limitada pelo poder preservado que os militares tiveram no processo de transição política, como no caso das transições pactuadas de Brasil, Chile e Uruguai. Buscar medidas mais fortes no âmbito judicial, como condenações de militares responsáveis pela repressão, significaria pôr em risco a estabilidade política na retomada da democracia nestes países, já fragilizada pelos acordos desenhados no final das ditaduras (Burt, 2011, p. 309). Em nome do pragmatismo para evitar o retorno de um ciclo de violência e autoritarismo, se optou por manter leis de anistia amparadas no esquecimento, com o intuito de obter um futuro pacificado.

Conclusão: Armadilhas e Desafios do Irrevogável

A Justiça de Transição e as políticas de memória envolvidas numa Comissão da Verdade se lançam como ferramentas válidas, em busca não só de investigar e solucionar os crimes do passado, mas também de fortalecer os alicerces democráticos da sociedade. Ainda que seja louvável a proposta, os efeitos que elas podem acarretar

dentro do cenário político pode ir justamente em sentido contrário. O trabalho das CV's em muitos casos desperta opiniões inflamadas e conflitantes, despertando antigos rancores, ameaçando a imagem e posição de instituições e grupos envolvidos na repressão ditatorial (Rodrigues Pinto, 2010, p. 141).

Se apresenta então o dilema da Justiça de Transição e das Comissões da Verdade: a conjuntura da transição política acaba concebendo restrições, sobretudo no caso em que a abertura se deu através de acordos e negociações (Bevernage, 2018, p. 38), como foi no Brasil, Chile e Uruguai. São situações em que o equilíbrio de poder é extremamente frágil, onde os militares ainda conservaram muita força e influência na esfera política, prostando uma série de entraves para investigações, julgamentos e aplicação de condenações no âmbito judicial (Bevernage, 2018, p. 38). Nesse intrincado contexto, os novos regimes democráticos se veem perante duas urgências: ainda que exista a demanda de fortalecer o Estado democrático de direito processando os responsáveis pelos crimes de lesa-humanidade, há também a necessidade de reconstrução nacional e fazer com que a sociedade adentre em processos de reconciliação (Bevernage, 2018, p. 39).

Os novos regimes democráticos se veem assim perante uma "Escolha de Sofia", um paradigma da *Justiça Transicional*. Buscar reparações e direito a verdade histórica e com isso dar espaço a contestação destas medidas e um retorno da violência autoritária; ou fixar-se nas demandas políticas da atualidade, visando uma maturidade democrática, em prejuízo das vítimas do passado ditatorial? Muitas vezes a ânsia pela reconciliação e reconstrução nacional opta pelo "esquecimento e perdão".

Esta "encruzilhada" da *Justiça de Transição* se apresentou recentemente no Brasil. A criação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil em 2011 e o seu relatório final gerou uma crise entre o Governo de Dilma Roussef e as Forças Armadas. Isto abriu uma cisão na postura dos militares em relação aos outros poderes da república, fazendo com que reativasse a intromissão castrense na política. Ao ponto de agirem em prol do Golpe de Estado contra Dilma Roussef em 2016 (Guilherme, 2021, p. 48). Essa intromissão na política levou também a vitória do candidato de extrema-direita e militar reformado Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018.

Até mesmo quando pensamos que uma política de memória e responsabilização fora eficiente em combater o esquecimento e o revisionismo, a conjuntura política, econômica e social pode acabar se sobrepondo, haja visto o resultado das eleições da Argentina em 2023. Modelo de políticas de Estado referente a Justiça de Transição, o país acabou elegendo um negacionista sobre o número das vítimas da repressão da última ditadura militar argentina, Javier Milei, com falas achincalhando as *Madres da*

Plaza de Mayo e se referindo ao Nunca Más como um documento falacioso. Mais viscerais ainda são as posições de sua vice, Victoria Villarruel. Filha e neta de militares, a vice-presidente da Argentina coordena o Centro de Estudios Legais sobre el Terrorismo y sus Víctimas (CELTYY), que trata das vítimas das ações armadas de grupos guerrilheiros de esquerda como os Montoneros, durante a década de 1970.

Como se percebe, As Comissões da Verdade e a Justiça de Transição são processos ainda em aberto e que mobilizam apaixonadas disputas em torno da memória recente. Tanto vítimas quanto seus perpetradores muitas vezes ainda estão vivos e possuem posições importantes na estrutura política e dos Estados do Cone Sul, como a Expresidenta brasileira Dilma Rousseff (2011-2016) e o Ex-presidente uruguaio José Mujica (2010-2015), ambos membros de grupos armados opositores das ditaduras de seus países. Muitos membros do Alto Comando das Forças Armadas entraram para a corporação no período ditatorial e foram doutrinados na cartilha da DSN (Souza Mendes, 2013). Esse passado ditatorial, portanto, não cessa, é um componente importante do presente. A dificuldade de processá-lo se mantém profundamente, sendo vetor de conflitos nas esferas social e política (Jelin, 2002, p. 4).

Não é à toa que as Comissões da Verdade fazem recomendações as gerações atuais e futuras, relacionando justiça as vítimas do passado com um futuro mais democrático. Não somente evitar os erros do passado, mas que ele seja definitivamente melhor. Falam de justiça as vítimas, mas também de perdão. Abre as feridas justamente buscando conciliação (Mate, 2019, p. 107). Por isso dá importância de uma política de memória que permita pensar o passado por meio de suas diversas representações, para buscar uma maneira mais produtiva de construir um pensamento crítico, emergido a partir do dissenso e dessa relação conflitiva com o passado. É neste dissenso, na confrontação incômoda, que talvez surja uma postura emancipadora em relação ao presente e ao futuro (Amaya, 2020, p. 280).

Referências

AMAYA, G. A qué memoria apuntan las políticas de memoria? *In*: CUESTAS, F.; VERMEREN, P. (org.). **Una memoria sin testamento**: pensar los nuevos escenarios en los tiempos del recuerdo. Santiago: RIL Editores, 2020. p. 255-280.

ARANETA, M.; MASSANO, J. Argentina: La Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas. *In*: ARBELÁEZ ROJAS, O. L.; MONTOYA VÁSQUEZ, M. A. (comp.). **Voces por la verdad**: Una mirada interdisciplinaria a las comisiones de la verdad para comprender el caso colombiano. Medellín: Editorial Universidad Pontificia Bolivariana, 2020. p. 13-33.

BAUER, C. S. **Brasil e Argentina**: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

O "Irrevogável" frente ao "Irreversível": políticas de Memória e a Justiça de Transição no Cone Sul DOI: 10.23899/9786589284659.5

BEVERNAGE, B. História, memória e violência de Estado: tempo e justiça. Serra: Milfontes, 2018.

CALDAS, P. S. P. O conceito de evento limite: Uma análise de seus diagnósticos. **Tempo**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 737–757, set. 2019.

CARDOSO, L. C. Os discursos de celebração da "Revolução de 1964". **Revista Brasileira de História**, [S. l.], v. 31, n. 62, p. 117–140, dez. 2011.

COSTA, M. P. da; GONZÁLEZ, R. S. Justiça de Transição, Cultura Política e Legado Autoritário no Cone Sul. **Revista Sul-Americana de ciência política**, [S. l.], v. 5, p. 125-146, 2019.

CRENZEL, E. **A memória dos desaparecimentos na Argentina**: A história política do Nunca Más. São Paulo: Letra e Voz., 2020.

FICO, C. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.

GALLO, C. A. A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 20, n. 39, 2016. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7457. Acesso em: 13 set. 2023.

GUGLIELMUCCI, A. La objetivación de las memorias públicas sobre la última dictadura militar Argentina (1976-1983): el 24 de marzo en el ex Centro Clandestino de Detención (ESMA). **Antípoda – Revista de Antropología y Arqueología**, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 243-265, 2007. Disponível em: https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/antipoda/article/view/1755. Acesso em: 1 dez. 2023.

GUILHERME, C. A. A Comissão Nacional da Verdade e as Crises com os Militares no Governo Dilma Rousseff (2011). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 45–62, 2021. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/10892. Acesso em: 4 ago. 2023.

JELIN, E. Los trabajos de la memoria. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

JELIN, E. **La lucha por el pasado**. Cómo construimos memoria social. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.

LAYÚS, R. F. Debates actuales y cuentas pendientes de la justicia transicional en América Latina. **IBEROAMERICANA. América Latina - España - Portugal**, Berlim, v. 23, n. 82, p. 267-289, 2023. Disponível em: https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/3006. Acesso em: 10 jul. 2023.

LESSA, F. ¿Justicia o impunidad? Cuentas pendientes a treinta años del retorno a la democracia. **ILCEA**, [S. l.], v. 26, 2016. Disponível em: https://journals.openedition.org/ilcea/3874?lang=de. Acesso em: 10 out. 2023.

LESSA, F.; FRIED, G. Luchas contra la impunidad: Uruguay 1985-2011. Montevidéu: Trilce, 2011.

MARQUES, T. C. S. Frágeis e perigosos: A repercussão internacional da violência contra estrangeiros durante o golpe de 1973 no Chile. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S. *l*.], v. 13, n. 1, p. 182–198, jan. 2013.

MATE, R. Etica y justicia transicional o más allá del derecho. **InSURgência – Revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 87–108, 2019. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/28829. Acesso em: 4 jul. 2023.

O "Irrevogável" frente ao "Irreversível": políticas de Memória e a Justiça de Transição no Cone Sul DOI: 10.23899/9786589284659.5

MONTAÑO, E. A. De historias y memorias sobre el pasado reciente en Uruguay: treinta años de debates. **Caravellen**, Toulouse, n. 104, p. 133-150, 2015.

MONTAÑO, E. A.; CRENZEL, E. (orgs). Las Luchas Por La Memória em América Latina. Historia Reciente y Violencia Politica. México: Bonilla Artigas, 2015.

RODRIGUES PINTO, S. Direito à memória e à verdade: comissões da verdade na América Latina. **Revista debates**, Porto Alegre, v. 4, p. 128-143, 2010. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/11860/8304. Acesso em: 04 mar. 2020.

ROJAS ARAVENA, F. La detencion del general Pinochet: notas para su interpretacion y evaluacion del impacto en el sistema politico chileno. *In*: ROJAS ARAVENA, F.; STEFONI, C. **EI "caso Pinochet**": Visiones hemisfericas de su detencion en Londres. Santiago: FLACSO, 2001. p. 21-40.

ROUSSO, H. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SERÉ, C.; VAZ, A. F. Corpo e política no retorno à democracia no Uruguai (1985-1990): integração da sociedade e continuação da violência. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 20, p. 151-162, 2015.

SERPAJ. **URUGUAY NUNCA MÁS**: informe sobre la violacion a los derechos humanos (1972-1985). Uruguay: SERPAJ, 1989.

SOSA GONZÁLEZ, A. M. Las "Marchas del Silencio" en Uruguay: poética y reivindicación memorial a través de las imágenes. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, 2021. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/21751803ne2021e0105. Acesso em: 30 jun. 2023.

SOUZA MENDES, R. A. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 06-38, 2013. Disponível em:

https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013006. Acesso em: 31 jul. 2023.

TELES, J. de A. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por "verdade e justiça" no Brasil. *In*: TELES, E.; SAFATLE, V. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 253-298.

TRONCOSO, R. E.; SILVA, F. F. Chile bajo la Constitución de 1980: de la transición pactada al proceso constituyente de 2021. **Política, Revista De Ciencia Política**, [S. l.], v. 60, n. 1, p. 173–203, 2022.

VAN ZYL, P. Promovendo A Justiça Transicional Em Sociedades Pós-Conflito. *In*: REÁTEGUI, F. (org.). **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Brasília: Ministério da Justiça, 2011.

ZAVERUCHA, J. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. *In*: TELES, E.; SAFATLE, V. (org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 41-76.

Anos de ouro: como o sucesso de duplas caipiras refletiu uma nova visão do Brasil durante o regime militar

João Vitor Araujo da Silva*

Sertanejo Caipira e sua relação com a Ditadura Militar no Brasil

O golpe militar de 1964 no Brasil deu início a um regime autoritário que se estendeu até 1985. Esse período é notório pela repressão política, censura e violações dos direitos humanos, mas também foi marcado por profundas transformações culturais. Durante esses anos, a música caipira desempenhou um papel significativo na expressão cultural e política do país. Este artigo examina a relação entre a música caipira e o golpe de 1964, e como essa influência persiste até os dias atuais. O objetivo é compreender não apenas o papel da música durante o regime militar, mas também como ela contribuiu para formação de uma a identidade cultural e social do Brasil contemporâneo.

É fundamental distinguir entre música sertaneja e música caipira, como destacado pelo sociólogo José de Souza Martins. Em seu capítulo "Música sertaneja: a dissimulação na linguagem dos humilhados", publicado em 1975, Martins define a música sertaneja em contraposição à música caipira. A música sertaneja, elaborada nos centros urbanos para consumo, serve como um produto da indústria fonográfica destinado a um público específico: os migrantes rurais nas grandes cidades. Por outro lado, a música caipira possui um vínculo efetivo com o cotidiano dos grupos rurais e fazendeiros do interior, sendo utilizada na ritualização das festas e comemorações religiosas. Martins enfatiza que "caipira é caipira, sertanejo é sertanejo", e confundir uma com a outra demonstra "um profundo desconhecimento de cada um desses tipos de música" (Martins, 1975, p. 104).

Reconhecer essa diferença é crucial para entender as nuances e o contexto cultural de cada gênero. Enquanto a música caipira reflete as tradições e o dia a dia do

^{*} Formado em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), cursando o mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. Minha pesquisa se concentra na investigação dos elementos e características da música paraguaia no sertanejo caipira, explorando como esses aspectos influenciam e enriquecem a diversidade e a evolução desse gênero musical e por consequência contribui para uma identidade regional. Contato: joao.silva077@academico.ufgd.edu.br

campo, a música sertaneja evoluiu como um produto comercial urbano, adaptado para atender aos gostos e necessidades de um público específico. Essa distinção ajuda a apreciar a rica diversidade da música brasileira e a compreender como cada estilo musical se relaciona com as transformações sociais e culturais do país.

A música caipira, tem suas raízes profundamente ligadas à vida rural brasileira. Inicialmente, ela era a música das zonas rurais, refletindo o dia a dia, as lutas e as alegrias dos trabalhadores do campo. Ao longo do tempo, esse gênero musical evoluiu, acompanhando as transformações sociais e econômicas do país. As primeiras canções caipiras abordavam temas cotidianos, religiosos e de amor, mas com o tempo começaram a incluir questões políticas e sociais. O som característico dos violões, sanfonas e das vozes nasais se tornou a marca registrada desse estilo, que conquistou um espaço significativo na cultura brasileira.

A partir da década de 1950, com a urbanização e industrialização do Brasil, a música caipira passou por uma transformação, incorporando novos elementos e influências, o que resultou no surgimento do gênero sertanejo moderno. Durante o regime militar, a música caipira desempenhou um papel ambíguo, servindo tanto como ferramenta de apoio ao regime quanto de resistência. Algumas canções foram utilizadas pelo governo para promover ideais nacionalistas e tradicionais, enquanto outras se tornaram símbolos de resistência contra a opressão. Esse dualismo reflete a complexidade da música como meio de expressão cultural e política.

Em 1965, ao sintonizar a Rádio Nacional, os ouvintes eram surpreendidos pela canção "A grande esperança", interpretada por Zilo e Zalo. Composta por Francisco Lázaro e Goiá, essa música se destacou entre as canções sertanejas da época por expressar fortemente o sentimento de pertencimento dos homens do campo a uma determinada classe trabalhadora. O sucesso da canção foi tanto que a gravadora decidiu lançar um compacto no mercado internacional, fazendo de Zilo e Zalo a primeira dupla sertaneja a vender discos no exterior (Marcondes, 2000, p. 177). A letra da música dizia:

A classe roceira e a classe operária
Ansiosas esperam a reforma agrária
Sabendo que ela dará solução
Para situação que está precária.
Saindo projeto do chão brasileiro
De cada roceiro ganhar sua área
Sei que miséria ninguém viveria
E a produção já aumentaria
Quinhentos por cento até na pecuária!

Um Gênero musical que apoiou ao ideal conservador

O governo militar usou a música caipira para promover a imagem de um Brasil tradicional e ordeiro. Canções que exaltavam a vida no campo e os valores conservadores foram incentivadas e amplamente divulgadas. A promoção dessa imagem utópica do campo serviu para contrastar com o suposto caos e desordem das cidades, onde o movimento estudantil e as organizações de esquerda ganhavam força. Artistas que se alinharam com esses ideais receberam apoio e tiveram suas músicas promovidas em programas de rádio e televisão controlados pelo governo. Essa estratégia não só reforçava o controle do regime sobre a cultura popular, mas também desviava a atenção dos problemas sociais e políticos urbanos. Além disso, o uso de temas como paz, ordem e progresso ajudava a reforçar a narrativa oficial do regime, que buscava legitimar seu poder e minimizar a oposição.

Não havia dúvida de que a estrutura agrária representava um obstáculo significativo para a modernização do Brasil. Até mesmo os liberais conservadores de direita reconheciam a necessidade de enfrentar esse problema para promover o desenvolvimento do capitalismo no país. Para esses setores, a reforma agrária estava associada à industrialização da produção. A melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais deveria ser abordada por meio da expansão do acesso à educação e à saúde no campo. Por outro lado, as esquerdas priorizavam o acesso à terra. Na proposta apresentada a João Goulart, os lavradores e trabalhadores agrícolas declaravam que a reforma agrária desejada "diverge e se opõe frontalmente, portanto, aos inúmeros projetos, indicações e proposições sobre as pretensas 'reformas', revisões agrárias e outras manobras [...]" (Stedile, 2005, p. 76). O documento propunha, entre outras medidas, que as desapropriações começassem nas áreas mais densamente povoadas e fossem realizadas sem a indenização justa e prévia, conforme estipulado pela Constituição. Em 1965, Zilo e Zalo expressaram essa visão também na música "A Grande Esperança":

Saindo projeto do chão brasileiro De cada roceiro plantar sua área. Sei que na miséria ninguém viveria. E a produção já aumentaria Quinhentos por cento até na pecuária!

A canção da dupla Zilo e Zalo recupera a proposta do presidente João Goulart para modernizar o campo através da distribuição de terras, promovendo uma transformação significativa na estrutura fundiária do país. Esse processo de democratização do acesso à propriedade seria o alicerce para qualquer incentivo ao desenvolvimento agropecuário, seguindo a lógica de reforma das estruturas socioeconômicas. O objetivo era formar uma classe média agrícola, com produção voltada para o mercado interno e capacidade de consumir bens manufaturados. Segundo Alves (2005), essa abordagem distributivista visava fortalecer o mercado nacional ao promover uma divisão mais equitativa da renda durante o desenvolvimento econômico, com a crença de que o aumento da produção viria diretamente da democratização do acesso à terra.

Essa visão distributivista contrastava com o modelo produtivista, que priorizava a rápida acumulação de capital para posteriormente expandir a capacidade industrial do Brasil, mesmo que isso envolvesse sacrifícios imediatos. Na concepção distributivista, o latifúndio era visto como um grande obstáculo ao desenvolvimento agrícola, não só pela concentração de terras, mas também pelas relações de domínio e exploração associadas a esse tipo de propriedade. A implementação de uma reforma agrária voltada para a redução das desigualdades visava estabelecer uma correlação justa entre esforço e ganho, encerrando uma longa fase de privação. Essa perspectiva também é expressa na canção de Zilo e Zalo:

Esta grande crise que há tempos surgiu Maltrata o caboclo ferindo seu brio Dentro de um país rico e altaneiro, Morrem brasileiro de fome e de frio. Em nossas cidades ricas em imóveis Milhões de automóveis já se produziu, Enquanto o coitado do pobre operário Vive apertado ganhando salário, Que sobe depois que tudo subiu! Nosso lavrador que vive do chão Só tem a metade da sua produção Porque a semente que ele semeia Tem que ser a meia com o seu patrão!

Ao mesmo tempo, a música caipira também serviu como uma forma de resistência. Alguns artistas usaram suas canções para criticar o regime e expressar a insatisfação popular. Essas músicas frequentemente empregavam metáforas e linguagem simbólica para evitar a censura, mas ainda assim conseguiam transmitir mensagens de protesto e esperança. A resistência musical tornou-se uma maneira de manter viva a chama da contestação em um período de severa repressão. Artistas como Geraldo Vandré e Chico

Buarque, embora não diretamente ligados à música caipira, influenciaram outros músicos a adotar uma postura crítica. Um exemplo emblemático é a canção "Pra não dizer que não falei das flores", de Geraldo Vandré, que se tornou um hino de resistência e símbolo da luta contra a opressão. Além disso, o uso de festivais de música como palco de protesto permitiu que essas mensagens alcançassem um público mais amplo, fortalecendo o movimento de resistência.

A aceitação dessas mudanças e a popularidade desses artistas revelam que nem todos vivenciavam o regime militar apenas como um período de opressão e censura. Para muitos brasileiros, aqueles anos foram vistos como uma fase de transformação e progresso, onde o país parecia estar finalmente superando os sinais de atraso histórico. A presença e sucesso de figuras como essas na música popular refletiram e contribuíram para essa percepção positiva do período, mostrando um lado diferente e mais otimista da era militar.

O sucesso de artistas como Leo Canhoto e Robertinho, Milionário e José Rico foi crucial para a aceitação e integração "do novo" no ambiente rural brasileiro. Essas duplas de música caipira, ao atrair um grande público e obter popularidade, ajudaram a legitimar mudanças e influências modernas no campo, mostrando que o estilo tradicional podia coexistir com a inovação.

Como escreve Alonso em:

O Sucesso de Leo canhoto e Robertinho e Milionário e José Rico foi fundamental para a legitimação da modernidade no meio rural. as influências das duplas em parte da sociedade brasileira demonstra que nem todos viveram o regime militar como um período sombrio, de aprisionamento e repressão. Pelo contrário, para grande parte da população aqueles eram "anos de ouro", em que o Brasil parecia romper os sinais do atraso secular (Alonso, 2011, p. 124).

Ditadura militar com a música caipira: como reflete no tempo presente

Os temas abordados nas músicas caipiras durante o regime militar ainda estão presentes nas canções sertanejas atuais. A exaltação da vida no campo, os valores tradicionais e a crítica social continuam a ser explorados por artistas contemporâneos. As questões de identidade, pertencimento e resistência que permeiam a música sertaneja contemporânea têm suas raízes nas canções de protesto e nos hinos de louvor ao Brasil rural do período do regime militar. Essa continuidade temática demonstra como a música pode servir como um arquivo cultural, preservando memórias e histórias através das gerações. O legado da música caipira durante o regime militar é evidente

O golpe de 1964 e seus impactos no tempo presente Anos de ouro: como o sucesso de duplas caipiras refletiu uma nova visão do Brasil durante o regime militar DOI: 10.23899/9786589284659.6

na persistência de temas de resistência nas canções sertanejas modernas. Além disso, a presença de temas como a saudade, a dureza da vida no campo e a esperança de dias melhores continua a ressoar nas composições contemporâneas, mostrando a relevância contínua dessas questões.

O gênero sertanejo evoluiu significativamente desde a época do regime militar. Enquanto as raízes caipiras ainda são evidentes, o estilo atual incorporou influências de outros gêneros musicais, resultando em uma fusão que atrai uma audiência mais ampla. No entanto, o legado da resistência e do apoio ao regime ainda pode ser percebido nas letras e nas narrativas dos artistas. Artistas contemporâneos como Luan Santana e Marília Mendonça trouxeram novas perspectivas e estilos para o gênero, mas muitas vezes reverenciam as tradições e os temas históricos da música sertaneja. Além disso, a globalização e a tecnologia permitiram que a música sertaneja alcançasse novos públicos, tanto no Brasil quanto no exterior, mantendo sua relevância e adaptabilidade.

A música caipira continua a ser uma parte importante da identidade cultural brasileira. Ela não só reflete a história do país, mas também serve como um meio de expressão para as novas gerações. As lições aprendidas durante o período do regime militar ainda ressoam, influenciando como os artistas abordam temas políticos e sociais hoje. A música sertaneja atual muitas vezes aborda questões contemporâneas, como desigualdade social, amor e perda, mas o legado de resistência e contestação dos tempos do regime militar ainda é palpável. Além disso, a música caipira desempenha um papel vital na construção de uma memória coletiva, ajudando a sociedade a refletir sobre seu passado e a construir um futuro mais consciente e crítico.

Referências

ALONSO, G. **Cowboys do Asfalto**: Música Sertaneja e Modernização Brasileira. Niterói: Civilização Brasileira, 2011.

ALVES, M. H. M. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). São Paulo: Edusc, 2005.

MARCONDES, M. **Enciclopédia da Música Brasileira**: sertaneja. São Paulo: Art Editora/Publifolha, 2000.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

STEDILE, J. P. A questão agrária no Brasil. In: MST. **Programas de Reforma Agrária (1946-2003)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Espólio da Ditadura sob lentes do Cinema Nacional

Aline Chagas*

No final da década de 1980, a tão esperada abertura política chegou às vias de fato para o alívio dos militantes de esquerda, presos políticos, civis, exilados e por que não dizer de uma parcela dos militares? Há menos de dois anos, com o Brasil novamente sob um governo com tintas fascistas e enamorado do passado controverso da ditadura, cabe uma reflexão acerca do que nos trouxe de volta ao conservadorismo de direita e dos porquês diários de uma população saudosa de um período marcado por violência, pobreza extrema e desigualdades.

Valendo-me do cinema produzido sobre o tema, partirei da consequência e não da causa para comentar fragmentos perceptíveis hoje, heranças da ditadura civilmilitar que começa em 1964. É perceptível, levando em conta a gestão bolsonarista que regeu o Brasil entre 2018 e 2021, o dualismo entre o descontentamento acompanhado da tensão provocada pelo medo do retrocesso e a figura que o escritor e professor de filosofia Renato Lessa nomeou Homo bolsonarus. Uma releitura tropical do fascista, que tem como princípio a liberdade, não a de ir e vir cerceada nos regimes ditatoriais de direita exaltados pelo então presidente, mas a de garimpar terras indígenas, a do desmatamento, a do porte de armas, das fake news e a do nepotismo.

A estrutura e mobilização que favoreceu o Golpe de 1964 estava longe de ser a mesma. Não havia apoio e investimento estadunidense, polarização decorrente da Guerra Fria, nem uma onda de golpistas militares à frente dos países fronteiriços. De qualquer modo, o Brasil parece ter se consolidado em um estado permanente de insatisfação, o que favoreceu a ascensão de uma figura heroica e salvadora da pátria - como vimos repetir-se ao longo da história com Mussolini, Hitler, Vargas, Bolsonaro e afins.

Os momentos de tensão pós-eleitoral entre fins de 2022 e os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, bem como a colheita política ao longo dos anos, abriram todas as frentes de questionamento e receio acerca de estarmos ou não à beira de um novo

^{*} Doutoranda em Artes pelo Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da UFRJ, graduanda em psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, formada em direção cinematográfica pela Escola de Cinema Darcy Ribeiro. Contato: chagasferb@gmail.com

O golpe de 1964 e seus impactos no tempo presente Espólio da Ditadura sob lentes do Cinema Nacional DOI: 10.23899/9786589284659.7

"golpe de 64", mas é preciso racionalizar sobre a própria história. E antes de tudo, nomear os bois de forma plausível.

É possível, e defendo a hipótese, que a ausência de referências verossímeis e da devida importância ao fato - contado como ocorreu - causem ambas as reações: a do saudosismo dos "cidadãos de bem" e a do medo de seus opositores. O que a história comprova é a incongruência dos dois com a realidade. Vale dizer que há ainda os saudosos conscientes. Como havia na época os que se deleitavam com a tortura - a exemplo de Henning A. Boilesen e seus pares patrocinadores da repressão. No entanto, reduzir um planejamento feito a níveis continentais a uma reação pontual remove dos verdadeiros culpados a responsabilidade por todas as mortes, crimes, e arbitrariedades cometidas. Para compreender o que houve no Brasil e o retrogosto permanente seis décadas pós-golpe, é preciso antes saber mais da própria história. O mandato presidencial de João Goulart (Jango), ex-ministro do trabalho responsável por dobrar o salário-mínimo no governo de Getúlio Vargas, propunha reformas de base envolvendo educação - inserção do método Paulo Freire, redução e desigualdades sociais, (re)legalização do Partido Comunista (PCB) e direito ao voto para analfabetos e militares de baixa patente, que passaram a apoiá-lo. Ou seja, um governo populista que mexeu no vespeiro das sempre intocáveis classes média e alta.

Em 13 de março de 1964, Jango realiza um comício para cerca de 150 mil pessoas para anunciar a reforma agrária e a nacionalização de refinarias de petróleo que não estavam sob controle da Petrobras - evento perfeito para desagradar a elite social, o alto comando do exército e a UDN (União Democrática Nacional) liderada pelo jornalista Carlos Lacerda, opositor ferrenho do governo.

Convencidos de que encabeçariam a deposição de Jango, em 19 de março, a igreja católica e os anticomunistas saem na primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade. O discurso se dizia em favor da democracia, ainda que para isso fosse preciso remover antidemocraticamente um presidente eleito. Em contrapartida, marinheiros de baixa-patente organizaram em favor de Jango e de suas reformas de base a Revolta dos Marinheiros.

O clima parecia insustentável e, a fim de evitar uma possível guerra civil, Jango sai "voluntariamente" da presidência buscando exílio no Uruguai - que viveria seu próprio golpe nove anos depois. O ex-presidente morre em seguida e há uma especulação de que tenha sido uma morte encomendada pelos militares, mas nada foi comprovado.

Voltando às motivações que levaram uma parcela da população a caminhar em direção ao autoritarismo, vale destacar o incômodo causado por uma possível redução de desigualdades, que talvez e a longo prazo pudesse representar um descolamento de

O golpe de 1964 e seus impactos no tempo presente Espólio da Ditadura sob lentes do Cinema Nacional DOI: 10.23899/9786589284659.7

relações contemporâneas espelhadas na Casa-Grande. Um incômodo semelhante ao que vimos recentemente diante de projetos sociais ou políticas públicas que proporcionassem aos mais pobres sua presença em lugares inéditos.

Se pensarmos em ditadura como um conceito que surge com o militarismo, mas que abre frentes para qualquer relação autoritária, teremos uma sensação de que estamos em uma desde a chegada das naus portuguesas. E é de fato aí que se ratifica a relação comumente assistida entre opressores e oprimidos, quem fala e quem escuta, quem manda e quem obedece sem questionar.

A diretora e roteirista Anna Muylaert roteirizou o longa-metragem dirigido por Cao Hamburger O ano em que meus pais saíram de férias (2006), que fala abertamente do regime militar e da relação com o exílio. No entanto, penso que é em Que horas ela volta? (2005) que Muylaert contribui para um maior esclarecimento de uma questão fundamental para compreendermos como o passado interfere de forma negativa no presente. A narrativa aponta para uma relação de poder bastante atual e ilustra o descontentamento perceptível na sociedade de classes onde a ascensão do pobre representa o mal-estar burguês - ponto chave para a mobilização contra Jango semanas antes do golpe de Estado.

A ficção aborda inúmeras questões problematizáveis como a falta de oportunidades que leva ao êxodo nordestino para o centro-sul em busca de emprego, a exploração velada dos patrões, a subserviência imposta às classes sociais mais desfavorecidas, o espanto e a revolta causados por um possível ingresso da filha da empregada na universidade.

Val (Regina Casé) precisa renunciar a presença física na criação de sua filha Jéssica (Camila Márdila) a fim de sustentá-la. Para isso, trabalha como empregada doméstica na casa de uma família da alta sociedade paulistana, local onde mora e foi responsável pela criação do filho único do casal. Há uma separação implícita na fala lugar-comum dos patrões, que não se reconhecem no lugar de exploração: "ela é praticamente da família". Um argumento saturado diante da realidade apresentada ao espectador, sob contrastes de luz e locação, câmeras estáticas e por diversas vezes a perspectiva da cozinha em relação ao dia a dia dos patrões.

O filme é um espelhamento da herança escravocrata e trará ao espectador um debate sobre meritocracia como uma de suas consequentes improbabilidades. A filha da empregada ser dotada de maior capacidade a ponto de, sem estar exposta à mesma qualidade de vida, passar no vestibular enquanto o filho dos patrões reprova, é uma exceção e não uma regra. Não por uma questão de competência, mas de oportunidades.

A clareza de Jéssica ao não se colocar abaixo dos patrões e aceitar usufruir de tudo que um hóspede teria direito marca o início do rompimento com uma provável repetição.

Para pensarmos fora do campo da ficção, em 2016 durante manifestações que pediam a abertura do processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Roussef – também militante contra a ditadura militar – eleita com esmagadora maioria de votos na região nordeste do país, viralizou a imagem de um casal branco, vestido com uma camisa verde e amarela, olhando para um carrinho de bebê empurrado por sua empregada – uma mulher negra de uniforme branco.

O cidadão autointitulado "de bem" que vociferava contra o governo petista, e em prol da família e do estado, nada mais é do que o híbrido da família fictícia criada por Anna Muylaert e os manifestantes da Marcha da Família com Deus que precedeu o golpe de 1964. Em ambas as manifestações, o interessante é olhar de fora e perceber que nesse tabuleiro de xadrez, a classe média pode não ser o peão, mas não passa de um bispo achando que é rei.

É comum aos saudosos da ditadura argumentar com o Milagre Econômico da era do General Emílio Garrastazu Médici. E basta a sensação de estar mais acima, ainda que não no topo, para fazer com que a classe média compre o discurso de uma ascensão social quase impossível diante dos dados reais do que foi a economia da época – bem como o que se observa hoje. A questão é: quem desfrutou do "milagre"?

De fato, houve algum desenvolvimento do ponto de vista econômico, porém nãosustentável e menos ainda equânime. O Brasil no ano do golpe tinha o 64º PIB mundial e em menos de dez anos ocupou a posição de décima economia do planeta. O que acontece é que o crescimento se deu às custas do arrocho salarial e do crescimento exponencial da concentração de renda. Em sequência aos anos de chumbo, a Nova República mergulhou no caos econômico dando a falsa impressão de que o que estava antes era melhor. Para o historiador Marcos Napolitano:

Nenhum historiador sério, mesmo mais à direita, questiona que o desenvolvimentismo sem democracia imposto pela ditadura militar teve um alto custo social. O salário-mínimo teve uma perda real de 25% entre 1964 e 1966 e 15% entre 1967 e 1973. [...] Já foi dito que não se faz omelete sem quebrar os ovos. Neste caso, os ovos eram os trabalhadores mais pobres e desqualificados que garantiam a mão de obra barata no campo e na cidade (Napolitano, 2014, p. 149)

Do ponto de vista político, o interesse da classe empresarial que buscava desfrutar das benesses econômicas promovidas pelos militares, interferiu e subsidiou

diretamente o movimento repressivo que promoveu prisões arbitrárias e sobretudo torturas.

No cinema nacional, é raro um filme nessa temática que não aborde a tortura em algum momento. Destaco duas obras fundamentais para rever este tópico: *Cidadão Boilesen* (2009) do Diretor Chaim Lirewski e *Pra frente*, Brasil (1982) do Diretor Roberto Farias.

O primeiro, documentário que traça o perfil do empresário dinamarquês Henning Boilesen, levou quinze anos para ser concluído tamanha sua importância na história. O diretor opta por dividir o "cidadão" em duas situações: de interação social e de sadismo. Acusado de ser um dos financiadores da OBAN (Operação Bandeirante), inaugurada em 1969 em São Paulo com o intuito de investigar e reprimir guerrilheiros de esquerda, e de captar fundos para o mesmo fim com outros empresários, Boilesen ficou conhecido por gostar de presenciar sessões de tortura.

No fim, o presidente do grupo Ultra acabou fuzilado por guerrilheiros do MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes) e da ALN (Ação Libertadora Nacional).

Já a ficção de Roberto Farias aborda uma série de consequências dessa influência exercida por homens como Boilesen. O tema central do filme não é somente a participação dos empresários nas torturas, de forma direta ou indireta, mas aponta uma reflexão do todo.

O ufanismo gerado pela Copa de 1970, escolha perfeita para acrescentar mais uma camada à narrativa, a tortura e a falta de interação política sendo revertida quando um ente desaparece ao ser confundido com um "subversivo" marcam a trama principal do filme. Um dos mais conhecidos e completos a abordarem o período, foi lançado com a ditadura ainda em vigor e censurado em seguida.

Há pouco no cinema nacional que proporcione tão bem ao espectador a possibilidade de revisitar o período. O exílio, os assassinatos, os excessos e os crimes apagados pelo habitual pão e circo são o mais próximo que o cinema nacional consegue chegar do que foi sem lançar mão do já desgastado personagem universitário filho da burguesia envolvido em movimentos estudantis. De certa forma, Jofre (Reginaldo Faria) está mais próximo do que era o cidadão comum sem maiores envolvimentos políticos, uma das muitas razões que tornam o filme brilhante. Não há como não estar envolvido. Sob um governo autoritário todos serão comprometidos de alguma forma, seja pela violência, pelos impactos econômicos negativos ou pelas rebarbas que certamente vão aparecer e movimentar o cenário político que virá em seguida.

Para a psicóloga e escritora Maria Rita Kehl, que avalia a tortura como um sintoma social:

No Brasil, os opositores do regime militar que sobreviveram à tortura, embora circulem normalmente entre nós, vivem em um universo à parte não apenas em função da radicalidade da dor e da despersonalização que experimentaram, mas também porque as práticas infames dos torturadores nunca foram reconhecidas e reparadas publicamente. A sensação de *irrealidade* que acomete aqueles que passaram por formas extremas de sofrimento – como no caso dos egressos de campos de concentração – fica então como que *confirmada* pela indiferença dos que se recusam a testemunhar o trauma (Kehl, 2010, p. 126).

Kehl afirma ainda que "não há reação mais nefasta diante de um trauma do que a política do silêncio e do esquecimento". O contraponto que pretendo propor vai além desta prática. Um dos problemas que enfrentamos no Brasil é a distorção parcial do que houve de fato. É claro e público que uma parcela da população é ciente e, ainda assim, a favor da tortura, por exemplo. No entanto, é preciso considerar a informação que chega às massas.

O jornal Folha de São Paulo, em um editorial equivocado publicado em 2009¹, referiu-se aos anos que precederam o AI-5 como uma "ditabranda". Talvez usando um parâmetro de comparação com as demais ditaduras da América do Sul, onde o Brasil declarou oficialmente um número inferior de mortos em relação aos demais.

Comumente separados em sorbonne e linha-dura, cinco ditadores passaram pela presidência entre 1964 e 1985 – respectivamente: Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo. Dos quais, o segundo e o terceiro são considerados de linha-dura e os demais sorbonne – marcam momentos diferentes do regime. Porém, quando se pretende comentar a tríade censura, repressão e tortura é preciso levar em conta que além dos militares, havia uma colaboração fortíssima e direta dos civis.

Para evitar a propagação dessa e de outras falácias, basta relembrar os propósitos que culminaram no golpe de Estado e as medidas tomadas assim que o primeiro general foi empossado: cassação de opositores – inclusive militares, líderes políticos ou sindicais, intelectuais, camponeses ou qualquer grupo que se aproximasse de um ideal socialista e posteriormente artistas de esquerda. O argumento era combater a subversão e o comunismo, e na realidade os primeiros anos foram menos focados em reprimir a opinião pública contrária – se pensarmos no que viria a seguir – mas, é

¹ Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm. Acesso em: 6 jul. 2024.

preciso ter em mente que em uma ditadura, todos os anos são de chumbo. O que acontece é que o embate com grupos minoritários fica subexposto.

Voltando ao cinema como um elemento para compreender a história, em uma linha que mescla ficção e documentário, a cineasta e ex-militante da Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Lúcia Murat foi presa aos vinte e dois anos em março de 1971 no DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) - órgão de inteligência e repressão subordinado ao Exército - e faz de boa parte de sua produção um relicário de memórias e experiências nos tempos da repressão.

Personagem mais comum entre o que se pode acessar no cinema nacional sobre o tema, Murat tende a retratá-los inseridos na elite intelectual e social remanescentes das prisões, dos sequestros e da tortura – uma autorreferência evidente. Sobretudo em filmes como Uma longa viagem (2011), A memória que me contam (2012) e Que bom te ver viva (1989).

O longa de 1989 relata através de depoimentos e interações os traumas de diversas militantes que, como Lúcia, foram torturadas física e psicologicamente durante a ditadura militar. As oito ex-prisioneiras políticas orientam a narrativa para a questão da violência de gênero e do papel das mulheres na luta armada, enquanto o monólogo interpretado por Irene Ravache, que dialoga diretamente com os espectadores, aponta para os questionamentos e para os traumas remanescentes.

De certa forma, o filme costura uma colcha de retalhos das memórias de cada entrevistada através de uma abordagem menos literal do que a habitual quando se busca descrever a tortura. As personagens são apresentadas com um lado humanizado, de quem tem uma vida além da militância política, gerando mais identificação em quem assiste.

As diversas perspectivas desconstroem a figura estigmatizada que quer se criar do ex-torturado. Para o sociólogo francês Maurice Halbwachs:

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoioam (sic) uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho em outros meios (Halbwachs, 1990, p. 51).

No entanto, os impactos e a leitura tanto da repressão quanto da tortura passam pelo crivo ideológico e pessoal de cada indivíduo. Podemos falar na memória daquele coletivo de mulheres, através de suas experiências individuais, mas na própria narrativa há a apresentação de um conflito à medida em que o monólogo tem um tom quase oposto ao dos depoimentos.

Como disse anteriormente, há uma perspectiva autorreferente na história da autora – responsável por um dos depoimentos mais impactantes nas audiências da Comissão Nacional da Verdade:

[...] De um momento para outro eu estava nua, apanhando no chão. Logo em seguida me levantaram no pau-de-arara e começaram com os choques. Amarraram a ponta de um dos fios em um dedo do meu pé enquanto a outra ficava passeando: nos seios, na vagina e na boca. [...] Isso durou horas. Eu não sei quantas horas, mas eu acho que deve ter passado mais de dez horas. De tempos em tempos me baixavam do pau-de-arara. Lembro que um médico entrou e me examinou. Aparentemente fui considerada capaz de resistir, pois a tortura continuou. Eu ficava nua com um capuz na cabeça, uma corda enrolada no pescoço passando pelas costas até as mãos, que estavam amarradas atrás da cintura. Enquanto o torturador ficava mexendo nos meus seios, na minha vagina, penetrando com o dedo na vagina, eu ficava impossibilitada de me defender, pois se eu movimentasse meus braços para me proteger, eu me enforcava. E instintivamente eu voltava atrás. Puseram baratas passeando pelo meu corpo, colocaram uma barata na minha vagina. [...] A tortura era uma prática da ditadura, e nós sabíamos disso pelo relato dos que tinham sido presos, mas nenhuma descrição seria comparável ao que eu vinha (sic) a enfrentar. Não porque tenha sido mais torturada do que os outros, mas porque eu acho que o horror é indescritível [...]².

Os processos que pretendem formular a memória no que se refere a regimes autoritários conhecidos por suas práticas de assassinato e tortura tendem a ser polarizados. Portanto, priorizar narrativas que partam de discursos minoritários facilita uma rememoração mais democrática do passado. Para a Professora Kátia da Costa Bezerra, da Universidade do Arizona nos Estados Unidos, o espectador de *Que bom te ver viva*: "Depara-se, em última instância, com um rememorar em que as mulheres deixam de ser receptoras passivas e passam a ser vistas como agentes ativamente envolvidos no processo de elaboração de significados" (Bezerra, 2014, p. 43).

Bem como pode ser visto na obra literária da escritora ucraniana Svetlana Alexijevich A *guerra não tem rosto de mulher*. O livro quase cinematográfico lembra e muito a intenção de Lúcia Murat em *Que bom te ver viva*. Em ambos os casos, além do

² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jT_h3kNRgcY&t=11s. Acesso em: 8 jul. 2024.

protagonismo feminino, e de uma perspectiva pouco usual quando se fala de uma guerra, a pergunta "como sobrevivemos?" ecoa nos espectadores de ambos diante dos relatos de extrema violência.

Através do capítulo final, Svetlana parece responder às questões do monólogo de Irene Ravache: "De repente me deu uma vontade enorme de viver..." é o título que encerra o livro no qual constata que a verdade da guerra é insuportável, mas que sempre há um depois:

Eu sempre espero por nossa festa do Dia da Vitória. Espero por ela e tenho medo dela. Passo algumas semanas juntando roupa especialmente para isso [...]. Quando nos encontramos, não tem lenço que chegue: são assim nossos encontros do front. Um mar de lágrimas... [...] Sabe o que pensávamos na guerra? Sonhávamos: "Bom, rapazes, se sairmos vivos... Como serão felizes as pessoas depois da guerra! Como será feliz, como será bonita a vida. Essas pessoas que tanto sofreram vão ter pena umas das outras. Vão amar. Serão outras pessoas" [...]. Tamara Stiepánovna Umniáguina, Terceiro-Sargento da Guarda, Enfermeira-Instrutora (Alexijevich, 2016, p. 389).

Trabalhando com moradores da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, uma das entrevistadas no longa-metragem correlaciona as formas de violência no local com a tortura desferida aos presos políticos. O contato com a violência constante leva ao caminho da naturalização, o que é preocupante quando se recorre à transmissão oral para que *Nunca mais*. Em certa instância, o filme propõe uma reflexão de que o Brasil retém uma cultura de violência permanente, a despeito da democracia que acreditamos usufruir atualmente.

Acontece que no Brasil, viver em um local onde não se conviva com o estado permanente de violência é um privilégio. Assim, se a democracia pressupõe igualdade e liberdade, logo, podemos pensar no direito como antítese do privilégio, que sempre será referente a uma esfera privada.

No ano de 2020, a milícia – um exemplo de regime autoritário semelhante ao da ditadura – já havia se tornado a organização criminosa responsável pelo maior número de homicídios na área da Baixada Fluminense, superando o tráfico de drogas³.

Se pensamos na tortura como um dos motes centrais da ditadura que se deu após o Golpe de 1964, em consonância com a realidade atual, podemos compreender os porquês de uma possível naturalização e, talvez, incompreensão da gravidade do

³ Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/milicia-ultrapassa-trafico-ja-responde-pela-maior-parte-dos-homicidios-na-baixada-fluminense-24551752.html. Acesso em: 4 nov. 2021.

problema. À parte da questão da memória, há um convívio diário com a violência que permite que uma determinada classe, a mais marginalizada, muitas vezes opte por não teorizar o que já aprende na marra todos os dias.

Em contrapartida, há quem ignore os fatos por opção. Se em abril de 2020 havia protestos pelo Brasil pedindo concomitantemente a volta do AI-5 e mais liberdade de expressão⁴ – comumente confundida com discurso de ódio – fica nítido que tais manifestantes desconhecem as premissas do decreto implementado pelo General Artur da Costa e Silva – segundo presidente na linha sucessória dos militares. Ou quem sabe, relativizem a violência, uma vez que a repressão era voltada aos militantes de esquerda, universitários e avessos ao regime:

A Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei 898/69), que Hitler, Mussolini, Franco, Salazar e provavelmente Stálin assinariam, passou a ser aplicada tanto para os que recorreriam à luta armada quanto para os defensores de um movimento pacífico para a redemocratização ou para os adeptos do socialismo democrático. De 1968 a 1976, São Paulo seria o principal centro das ações mais radicais, através da Operação Bandeirantes (Oban), classificada por militares de estágio mais violento da repressão e laboratório para a criação dos Destacamentos de Operações de Informações (Doi) e Conselho de Defesa Interna (Codi). Até 1976, quando haveria o massacre da Lapa - contra militantes do Comitê Central do PC do B -, a capital paulista seria o reduto dos radicais frios e dispostos a punir com sofrimento e morte os homens e mulheres da esquerda. Não importava a idade. O jornalista Ivan Seixas foi parar nos porões da Oban com 16 anos. A prática de violência contra presos políticos já havia se tornado frequente (sic) antes, sob a inspiração de radicais como o brigadeiro Burnier, mas logo o AI-5 estimulou ainda mais a violência, na medida em que instalou no país o terrorismo de Estado (Contreiras, 2010, p. 165).

Sabendo que hoje a principal herdeira da máquina repressiva é a Polícia Militar, que seu método afeta em devastadora maioria a população mais pobre, e considerando que os manifestantes pró-governo tendem a se afastar desse grupo, pedir a volta de um decreto repressivo não chega a ser surpreendente.

Há ainda uma certa benevolência quanto ao julgamento dos crimes cometidos pelos militares do golpe, o que favoreceu uma atmosfera de impunidade a ocorrências do gênero. Um efeito colateral da Lei da Anistia, sancionada pelo último ditador João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979 sob forte apelo popular. Apesar de prever a liberação dos presos políticos e o retorno dos exilados, a lei ainda é motivo de

⁴ Disponível em: https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2020/04/19/internet-reage-com-incredulidade-a-ato-pro-ai-5-que-pede-liberdade-de-expressao/. Acesso em: 4 nov. 2021.

questionamento, uma vez que viola a legislação internacional dos direitos humanos ao beneficiar também os torturadores⁵.

Antônia Mara Vieira Loguercio, ex-presa política e anistiada, afirma que "Nunca se teve no Brasil, e este foi o problema, correlação de forças suficiente para punir os militares"6:

A Argentina, primeiro lugar, puniu os seus torturadores – o país derrubou a diligência que perdoava violações cometidas por agentes do Estado em dezembro de 1983, por meio da lei 23.040 –, tempo depois a prisão de Pinochet, em 1998, por causa do juiz espanhol Baltazar Garzón. Na Espanha e em Portugal, também acho que eles não puniram suficientemente os salazaristas e os franquistas, mas pelo menos alguma coisa fizeram, fizeram um julgamento, assim como os nazistas. E aqui não. Aí entra bastante da nossa história, a proclamação da nossa independência foi por um português, a Proclamação da República foi por um monarquista. De qualquer forma, nunca foi só por eles né, é preciso levar sempre em consideração o quanto de luta teve.

No que diz respeito à luta pelo retorno da democracia mencionada por Loguercio, há filmes específicos sobre o tema, mas há de se considerar que a abordagem biográfica mais comum no cinema nacional, prioriza uma narrativa que propõe um ponto de partida individual pelo todo, e não o contrário como pressupõe a luta armada. Nos anos 1960, André Bazin, através de sua tese sobre o realismo, coloca o cinema como uma ferramenta de investigação científica, partindo da ideia de que um acontecimento histórico é passível de diversas abordagens, e ao escolher uma delas, consequentemente exclui-se as demais. Assim, através das diversas formas de representação, é possível chegar ao reconhecimento do acontecimento em questão.

Para a socióloga Cristiane Freitas Gutfreind, nas ficções e nos documentários sobre a ditadura, é possível identificar pelo menos três pontos de convergência: a violência, as imagens de opressão que se destacam a partir do encarceramento e do exílio e o uso da narração individual e/ou política, muito comum nessas biografias. Para Gutfreind:

_

⁵ A anistia é o esquecimento oficial de acontecimentos passados, que institucionaliza uma espécie de perdão. [...]. Mas perguntamos, o fato de ter havido anistia significa que os fatos objeto da anistia foram realmente esquecidos? [...] A história mostra que não. A história molda e subverte a memória coletiva, numa relação de permanente tensão. A memória é fonte da história, mas também instrumento de resistência (Thiesen, 2013, p. 257).

⁶ Disponível em: https://www.brasildefators.com.br/2019/08/29/mara-nunca-se-teve-correlacao-deforcas-suficiente-para-punir-os-militares. Acesso em: 12 nov. 2021.

Os filmes políticos podem testemunhar sobre o passado, provocar um efeito, uma reflexão sobre o passado, provocar um efeito, uma reflexão sobre o tempo atual, construir uma crítica explicitamente histórica e também podem provocar uma identificação ao acontecimento histórico pela dramatização da reconstituição do fato. Em suma, os realizadores questionam os problemas impostos pelo passado e /ou sua relação com o presente, fazem uma reconstrução pela via do imaginário que permite compreender a história e a tornar inteligível (Gutfreind, 2018, p. 162).

Pensando nisso, o que podemos observar contrapondo a ficção de Bruno Barreto O que é isso, companheiro? com o documentário de Silvio Da-Rin Hércules 56 (2007)? Ambos irão relatar o sequestro do embaixador dos Estados Unidos Charles Burke Elbrik, ato precursor no combate ao regime possibilitando finalmente a denúncia da violência sofrida pelos militantes nas prisões.

A ficção de Barreto, é uma visão quase romântica do tema em questão. O que foi uma saída inteligente para uma maior aderência de público. A escolha de um elenco robusto para interpretar os militantes da Dissidência da Guanabara (DI-GB)/MR-8 – Fernanda Torres, Pedro Cardoso, Cláudia Abreu, Selton Mello, Luiz Fernando Guimarães e Caio Junqueira – e as aparições mais breves como Fernanda Montenegro, Othon Bastos e Milton Gonçalves, equilibra uma possível rejeição de um público que consumiu apenas a versão possível e deturpada do que era o outro lado da moeda.

A versão documental do mesmo episódio, coloca de um lado os sequestradores reais, que narram a ação conjunta com a ALN, e de outro os beneficiados da troca. Sem romantismo ou recursos que favoreçam a aderência de espectadores menos interessados no tema, um relato fiel – para quem acredita na importância da história oral – e fundamental para um encontro real com o ativismo de esquerda.

O documentário humaniza os guerrilheiros que, através de seus depoimentos, apontam para a descriminalização do movimento que propunha assaltos, sequestros e luta armada. Nas palavras do jornalista Flávio Tavares, um dos quinze presos políticos trocados pelo embaixador: "O preso político não é um culpado. Ele não se sente culpado. Ele é uma vítima do sistema, do terror que ele, preso político, quer destruir."

A "ficção" homônima ao livro de Fernando Gabeira, lançado em plena anistia, é marcado por uma sofisticação estética que o aproxima mais da experiência norte-americana de Barreto do que da vida real. O protagonismo do embaixador em contraponto com um vilão do lado guerrilheiro – interpretado por Matheus Nachtergaele – gerou uma recepção controversa entre os personagens reais da história que leram a obra como indulgente à ditadura.

O fato é que o que pode ser lido como estetização da violência – perceptível nas cenas de tortura bem mais amenas do que a realidade narrada pelos sobreviventes – rendeu ao diretor uma indicação ao Oscar de melhor filme estrangeiro.

A narrativa se concentra em um evento muito específico e deixa passar muito do contexto – o contrário do que vemos em *Zuzu* Angel (2006) do diretor Sérgio Rezende, que transita pelas duas frentes – no entanto, é um dos poucos que menciona a participação dos civis enquanto delatores.

Através das escolhas fílmicas, sobretudo das que conseguem maior aderência do grande público, fica clara a divisão de classes. Quase se sobrepondo ao tema central, uma vez que essa separação está em evidência em quase todas as narrativas.

Para construir um senso coletivo de memória é preciso que haja uma identificação do grupo em relação ao que é apresentado. No entanto, o cinema nacional transita entre cineastas de classe média/alta e personagens que representam essas mesmas classes. Para quem pertence às camadas mais baixas, a divisão fica evidente. Proporcionalmente, ainda há poucos filmes que contemplem a vida real. Que considere o pobre sem exotizá-lo, as histórias da dona de casa que ia ao mercado pela manhã comprar suprimentos, mas se fosse à tarde, o preço seria outro. Há quase nada que contemple histórias de pessoas que acreditavam viver bem sob a ditadura por não ter consciência de sua invisibilidade.

Há algum tempo, nas décadas de 1960 e 1970, com o surgimento do Cinema Marginal ou Cinema de Invenção (Jairo Ferreira) houve um embate cultural necessário com a ditadura e com as impossibilidades impostas pela censura. Embate que começou com o Cinema Novo, mas perdeu força à medida em que cedeu à pressão industrial. Com a ascensão da Boca do lixo, que surge em meio à repressão, é possível vislumbrar a escolha de narrativas aderentes que partam de um ponto de vista menos voltado ao erudito. Partia-se do micro, mas falava-se de realidades a que o cidadão comum poderia viver. Muito pela geografia em que se inseria, a Boca do lixo enquanto um movimento cinematográfico, aderiu bem mais as classes populares do que em comparação ao Cinema Novo que, de certa forma e apesar da motivação de sua fundação, ainda era autorreferente.

Não se pode negar a relevância dos movimentos que optaram por resistir de alguma forma no passado, ou hoje, quando vemos a política em pauta através de cineastas de classe média. No entanto, a representatividade e identificação são pilares para uma ideia de coletividade. E no Brasil, a identidade que reconhecemos no topo é a dos aristocratas, dos barões, dos intelectuais, dos senhores de engenho, dos brancos,

dos acadêmicos, das dondocas e, atualmente, dos paneleiros - que batucam para ambos os lados.

O cinema nacional é rico em conteúdo, a questão é que reflete a visão de quem o produz. Assim como a nossa memória, alicerçada em uma parcialidade historiográfica pautada em privilégios.

Referências

ALEXIJEVICH, S. **A guerra não tem rosto de mulher**. Tradução de Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CONTREIRAS, H. AI-5: a opressão no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. Tradução de Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

KEHL, M. R. Tortura e sintoma social. *In*: TELES, E.; SAFATLE, V. (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-132.

MORETTIN, E.; NAPOLITANO, M. (org.). **O cinema e as ditaduras militares**: contextos, memórias e representações audiovisuais. São Paulo: Intermeios: Fapesp; Porto Alegre: Famecos, 2018.

NAPOLITANO, M. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

Os fascismos no Brasil e sua relação com o ideário da ditadura militar: um estudo sobre o presente a partir do rock fascista

DOI: 10.23899/9786589284659.8

Os fascismos no Brasil e sua relação com o ideário da ditadura militar: um estudo sobre o presente a partir do rock fascista

Pedro Carvalho Oliveira*

Introdução

A história do tempo presente é uma área do saber histórico preocupada com a presença do passado em nossos dias, um passado vivo, persistente (Rousso, 2016). Surge como tendência nos anos 1970 para examinar a presença dos fascismos na França, anos depois da traumática ocupação do país pelos nazistas entre 1940 e 1944. Por lidar com objetos e sujeitos vivos, sofre a intervenção das fontes que carregam impressões sobre o tempo vivido e se relacionam à sua maneira com os traumas do passado.

Conhecer os traumas é, neste sentido, fundamental. É necessário conhecer sua presença e reconhecer sua influência no tempo em que vivemos, seu peso nos comportamentos e nas visões de mundo. É indispensável conhecer a memória, instância criativa por meio da qual o presente é construído por impressões do passado (Barros, 2000), erigindo no agora formas anómalas, que muitas vezes desejamos terem sido destruídas com o passar do tempo. O passado não está morto e enterrado, é claro (Bédarida, 2006). Assim, precisamos lidar com ele de alguma forma, especialmente quando buscamos sanar um trauma coletivo.

Os alemães investiram pesadamente em lugares públicos de memória para educar o povo sobre os traumas causados pelo nazismo. Auschwitz é preservado para que todos possam conhecer o que aconteceu ali, buscando evitar sua repetição por meio da consolidação de uma consciência contrária à selvageria banalizada pelo Terceiro Reich. No Brasil, por sua vez, ruas, praças e outros lugares públicos homenageiam torturadores da ditadura militar. O que aprendemos com isso?

O passado da ditadura está vivo. É o que vemos quando observamos pedidos públicos por intervenção militar nos últimos anos, o fascínio pelo armamentismo e a celebração da violência militar contra os sujeitos considerados antípodas da pátria. Este

_

^{*} Professor colaborador do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor colaborador do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná (Unespar-Paranavaí). Contato: pedro.labtempo@gmail.com

Os fascismos no Brasil e sua relação com o ideário da ditadura militar: um estudo sobre o presente a partir do rock fascista

DOI: 10.23899/9786589284659.8

cenário se agrava quando percebemos a extrema-direita na dianteira das disputas políticas dos últimos anos, dando visibilidade a pautas excludentes e que ignoram a vulnerabilidade de certos grupos sociais, tornando-os ainda mais vulneráveis.

Com este cenário, os fascismos têm sido professados de forma confortável por adeptos de todo tipo, desde os mais inclinados aos discursos de supremacia racial do nazismo, até os atraídos pelo nacionalismo integralista, produto brasileiro resgatado dos anos 1930. A atuação dos fascistas no presente chega a ser tão aberta que até mesmo atentados terroristas foram promovidos por alguns deles¹. O que antes existia nos subterrâneos das disputas políticas, agora se torna cada vez mais aparente.

Esta emergência dos fascismos brasileiros nos permite enxergar suas particularidades. É o que buscaremos realizar a partir da análise de músicas de um gênero musical específico: o rock fascista. Trata-se de um instrumento de idealização dos fascismos, de difusão de suas ideias e de convite à ação violenta contra os sujeitos considerados inimigos da nação. Nosso objetivo é investigar como estes fenômenos se articulam a um contexto recente de ascensão da extrema-direita. Portanto, o rock fascista, que têm registrado, em momentos de ampliação de agendas democráticas e de crescimento de agendas conservadoras, as particularidades do fascismo nacional contemporâneo, será nosso fio condutor.

Nos debruçaremos sobre músicas das bandas Comando Blindado, CWB Oi!, Estandarte Patriótico e Tumulto 64. Estas bandas produziram seu material entre 2003 e 2015, momentos que contrastam o fortalecimento de políticas democráticas e um contexto de declínio das mesmas. Veremos como, em ambos os casos, os discursos fascistas fizeram uso da memória da ditadura militar e evocaram sua simbologia para combater um clima progressista ou fortalecer o crescimento de uma onda conservadora. Antes, nos deteremos sobre o percurso dos fascismos no Brasil e sua presença nas estruturas de poder dos militares durante a ditadura.

Seguindo os rastros do fascismo: da crise das democracias liberais até a ditadura militar

Um fato amplamente documentado é que a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi o maior movimento de massas fascista fora da Europa nos anos 1930 (Bertonha, 2014; Cruz; 2012, Gonçalves; Caldeira Neto, 2020). Embora os relatórios internos da

_

¹ COELHO, Leonardo. "Polícia do Rio identifica integralista como autor de ataque ao Porta dos Fundos". **El País**, 1 jan. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-01/policia-do-rio-identifica-integralista-como-autor-de-ataque-ao-porta-dos-fundos.html.

Os fascismos no Brasil e sua relação com o ideário da ditadura militar: um estudo sobre o presente a partir do rock fascista

DOI: 10.23899/9786589284659.8

organização registrassem que em 1937 o número de integrantes passava de um milhão, a AIB nunca chegou a ter mais do que 200 mil filiados (Athaides, 2019). De todo modo, entre 1933 e 1934 havia aproximadamente 160 mil membros em suas fileiras, o que era uma marca expressiva se considerarmos que naquele período o Brasil possuía pouco mais do que 30 milhões de habitantes (Golçalves; Caldeira Neto, 2020).

O integralismo, versão brasileira do fascismo e doutrina motora da AIB, pode ser definido como uma visão de mundo e de futuro baseada na busca pela construção da nação integral, onde as contradições – de classe, raça e cultura – sejam eliminadas por uma pretensa homogeneidade erigida pela "raça brasileira". É uma adaptação do nacionalismo fascista tradicional, evocado como instrumento de combate à disposição para a luta de classes (Konder, 2009). O principal alicerce de tal homogeneização nacional, tributária do corporativismo tipicamente fascista, seria a religião católica e sua participação nas bases de uma identidade brasileira desde o início da colonização. Portanto, para os integralistas a nação integral (eis o motivo da adoção do sigma, símbolo matemático da soma, por Plínio Salgado, idealizador do integralismo, como emblema de seu movimento) suprimiria as tensões, uniria os sujeitos por laços nacionalistas e os mobilizaria na luta contra os inimigos do Brasil (Bertonha, 2014).

Estes inimigos eram, essencialmente, os mesmos de todo tipo de fascismo: os democratas (cuja orientação política parecia demasiadamente frágil), os liberais e os comunistas (vistos como duas faces da mesma moeda, o Iluminismo, decorrente da modernidade e responsável por rupturas nas relações sociais tradicionais, supostamente garantidoras da estabilidade). Soma-se a esse rol de inimigos os judeus, atacados por uma ala bem particular da AIB liderada por Gustavo Barroso e Miguel Reale. Para os integralistas, os judeus representavam não apenas uma ameaça aos valores cristãos, como, seguindo a narrativa nazista, eram responsabilizados pelo comunismo (Barbosa, 2015).

Salgado teve diversas inspirações na fabricação da doutrina integralista brasileira. Além de Benito Mussolini, com o qual chegou a se corresponder e pelo qual foi incentivado (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020), teve influência do Nacional-Sindicalismo português e mesmo do integrismo católico (também denominado de integralismo), doutrina social da religião que preconiza a formação de um Estado cujos fundamentos legais e políticos sejam os princípios do catolicismo (Barbosa, 2015). Adotou um uniforme (as camisas verde-oliva, com braçadeiras adornadas pelo sigma), uma saudação (anauê, palavra em tupi que significa "você é da família", sempre dita com o braço estendido em saudação romana) e a adoração ao líder, além da força física como meio de intimidar os inimigos, seguindo a cartilha tradicional fascista. O lema "Deus,

Os fascismos no Brasil e sua relação com o ideário da ditadura militar: um estudo sobre o presente a partir do rock fascista

DOI: 10.23899/9786589284659.8

pátria e família" (uma versão brasileira de Deutchsland über alles) guiava as massas integralistas.

Na ocasião do golpe dado por Getúlio Vargas, que instituiu o Estado Novo em 1937, a AIB acreditava na abertura de uma considerável possibilidade de integrar o governo, já que a organização havia cooperado significativamente com o governo sobretudo na perseguição e intimidação dos inimigos do Estado, notadamente os comunistas. Contudo, percebendo a força integralista e sua habilidade em se ramificar, Vargas os colocou na ilegalidade (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020). Com o fim de seu governo em 1945, minado pelo generalizado sentimento de oposição ao autoritarismo e de entusiasmo pelas democracias – consequência dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial e do combate aos fascismos –, nem Vargas nem os integralistas eram bem quistos pelas instituições de Estado.

Como ocorrera com a maioria das organizações fascistas que buscaram sobrevida após 1945, a AIB mudou sua aparência, abandonou a simbologia tradicional e adotou discursos menos explícitos. Além disso, passou à disputa por poder através dos meios democráticos, o que lhe obrigou a assumir uma postura aparentemente menos radical. O Partido de Representação Popular (PRP) foi fundado por Plínio Salgado em setembro de 1945, lançando candidatos a diferentes cargos políticos. O próprio Salgado foi Deputado Estadual por São Paulo durante quatro mandatos, entre 1959 e 1974. O partido era fervorosamente católico, favorável à família tradicional e aos costumes tradicionais do que considerava ser as bases da íntegra sociedade brasileira (Bertonha, 2009).

Quando os militares usurparam o poder em 1964 por meio de um golpe, não tardou para que os remanescentes do integralismo ocupassem importantes cargos na ditadura. Tão logo Castello Branco ocupou a presidência, Plínio Salgado declarou apoio do PRP aos militares. Olympio Mourão Filho, um dos articuladores do golpe, havia militado pela AIB. Mesmo com a extinção do partido pelo AI-5 em 1968, integralistas continuaram ganhando espaço no maquinário da ditadura: o brigadeiro Márcio de Sousa Melo e o almirante Augusto Rademaker alcançaram postos na Junta Militar (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020).

Quando em 1969 a disciplina de Educação Moral e Cívica passou a ser novamente obrigatória nas escolas, tornou-se possível observar como "a doutrina militar possuía determinados focos que compactuavam com a proposta histórica do integralismo" (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020, p. 108), o que permitiu um avanço dos projetos integralistas de moralização educacional. O "Compêndio de Educação Moral e Cívica", de Plínio Salgado, se tornou manual escolar a partir do decreto-lei nº. 869/1969.

Os fascismos no Brasil e sua relação com o ideário da ditadura militar: um estudo sobre o presente a partir do rock fascista

DOI: 10.23899/9786589284659.8

Podemos auferir algumas conclusões a partir deste breve retrospecto da atuação integralista entre seu surgimento e o contexto da ditadura militar. Em primeiro lugar, a constante busca dos integralistas por espaços nas estruturas formais de poder: nos anos 1930, na máquina autoritária varguista do Estado Novo; nos anos 1960, no aparato repressivo militar. Em segundo lugar, podemos observar como é claro o posicionamento apologético dos integralistas ao autoritarismo, mesmo nos tempos do PRP: a aversão à democracia é uma de suas marcas mais visíveis. Por fim, e mais importante para os fins de nossa investigação, é possível percebermos como elementos da doutrina integralista se espalharam pelo tecido social durante os anos da ditadura.

Este último fato permite uma constatação curiosa. É um ilustrativo de como visões de mundo fascistas se fizeram presentes na educação de milhares de pessoas no país. Ao mesmo tempo, alude à proximidade entre os diferentes eixos localizados à direita do espectro político tradicional. A presença de integralistas na ditadura resulta de uma sintonia entre formas de pensar o presente e o futuro, entre integralistas e militares. Mesmo que não possamos, por falta de argumentos, tratar os militares da ditadura como fascistas (correndo o risco de abandonarmos nosso rigor e nossa responsabilidade com os conceitos), é indiscutível que o integralismo esteve ali, participando da formação de gerações inteiras de brasileiros e da consolidação de uma cultura militarista.

Podemos perceber como é fina a linha que separa os integralistas de outros sujeitos alinhados à direita brasileira. A falta de apreço pela democracia, pelos direitos humanos e pela participação popular, bem como o ódio a agentes políticos progressistas e o fetiche bélico, aproximam o ideário fascista de outros também situados à direita. Não à toa, é comum o uso de referenciais próprios à ditadura militar entre fascistas na contemporaneidade como forma de acionar um discurso autoritário cuja razão de ser seria "a salvação da nação". É isto que examinaremos no próximo tópico.

A transição para um regime mais aberto à democracia foi um processo complexo e cheio de disputas. Vale, antes de mais nada, lembrarmos que o fim da ditadura se deu muito mais em decorrência de um esgotamento interno do que por pressões sociais, mesmo que elas existissem. Em linhas gerais, a ditadura não encontrava mais substância para justificar a sua existência. Além disso, o retorno a um cenário minimamente democrático a partir de 1985 foi condicionado pela intervenção dos militares na Lei da Anistia, que garantiria tranquilidade aos militares pois perdoava os crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura (Motta, 2021).

Os fascismos no Brasil e sua relação com o ideário da ditadura militar: um estudo sobre o presente a partir do rock fascista

DOI: 10.23899/9786589284659.8

Pela ausência de uma justiça de transição adequada e de políticas do passado, o Brasil herdou dos 21 anos de ditadura um legado autoritário. Trata-se do conjunto de padrões comportamentais, normas, instituições, enfim, estruturas políticas e sociais que sobrevivem à mudança de um regime autoritário para um mais democrático. Permanecem ativas, mesmo que longe dos holofotes (a princípio), uma elite política e instituições repressivas remanescentes da ditadura, quando não devidamente combatidas no momento da transição (Pinto, 2013). Com isso, não é estranho que tenhamos tantos bairros, ruas e outros lugares de memória pública batizados com nome de ditadores, e tão poucos dos mesmos espaços reservados a homenagear suas vítimas.

A reabertura à democracia, a chegada do rock fascista no Brasil e seu impacto no presente

O rock fascista é um subgênero musical marcado por discursos que idealizam sociedades erigidas pelos fascismos, pela difusão de seu ideário e pela busca por aproximar comportamentos radicais de sujeitos inclinados ao espectro político de direita. Surge no Reino Unido no final dos anos 1970, durante os anos de crise do capitalismo moderno (Hobsbawm, 1995), quando a Europa vivia um grande fluxo migratório vindo de suas antigas colônias na África e na Ásia.

Naquele momento, a extrema-direita neofascista, consubstanciada em movimentos como o National Front (NF) e partidos como o British National Party (BNP), ganhava relevância no cenário político britânico. Suas agendas eram abertamente anti-imigração, responsabilizava os democratas pelo caos social e os comunistas de oportunismo por se valerem da crise para tentarem tomar o poder. Com isso, o que consideravam valores tradicionais estavam ameaçados, bem como a identidade e a cultura europeia, essencialmente branca, que passava a conviver com etnias que viam como alienígenas (Copsey, 2004).

Tanto o NF quanto o BNP ganhavam força entre a classe operária britânica e a classe média. Apelavam a argumentos pouco consistentes, como a ideia de que a carência de empregos e a carestia era ocasionada pela presença de migrantes, que atuavam como mão de obra barata e, segundo a narrativa neofascista, eram assistidos pelo Estado, enquanto a população nacional pobre estava atirada à própria sorte. Ao mesmo tempo, argumentavam que os valores que garantiam os sustentáculos da sociedade, como a família e a propriedade privada – elementos caros à classe média –, precisavam ser defendidos com pulso firme (Paxton, 2007).

Os fascismos no Brasil e sua relação com o ideário da ditadura militar: um estudo sobre o presente a partir do rock fascista

DOI: 10.23899/9786589284659.8

O NF criou uma ala para comportar uma juventude operária ávida por revanche contra os culpados convenientemente apontados pela extrema-direita. Os skinheads, subcultura existente no Reino Unido desde os anos 1960, aderiu fortemente a esses discursos e jovens skinheads converteram suas bandas de rock em porta-vozes de discursos abertamente fascistas, chegando mesmo a contrariar os partidos políticos aos quais se aliavam e buscavam esconder sua face mais radical para obterem votos (Salas, 2006). A banda inglesa *Skrewdriver* foi pioneira nesse subgênero.

No Brasil, o rock fascista chega em meados dos anos 1980, justamente quando a ditadura militar começa a ruir. É interessante observarmos que as primeiras organizações de skinheads nacionalistas brasileiros, como os Carecas do ABC e Carecas do Subúrbio, em São Paulo, recebiam da Europa informações distorcidas sobre a subcultura, contaminadas pelos discursos fascistas que ganharam forte adesão no Brasil (Costa, 2000). Além disso, o vínculo entre o ideário militar e o aparato repressor da ditadura (especialmente o que recaía com maior intensidade sobre a esquerda política), e os skinheads fascistas brasileiros dos anos 1980 é perceptível (Oliveira, 2018).

Ao longo dos anos 1990 e 2000, cresce o número de bandas de rock fascista no país. A maioria se concentra em São Paulo: Defesa Armada, Locomotiva, Brigada NS, Anti Narcose, entre tantas outras, emergem como representantes do integralismo ou mesmo do nazismo, quando não de um nacionalismo chauvinista (Almeida, 2017). Todas elas, de uma forma ou de outra, evocam discursos do militarismo próprio ao ideário fascista. Mais tarde, com a crise política brasileira gerada nos desdobramentos da perda de apoio parlamentar da então presidente Dilma Rousseff (PT), a aliança entre o militarismo fascista e discursos de apoio à ditadura militar se tornarão mais visíveis.

É fundamental nos determos rapidamente a aquele contexto. As Jornadas de Junho, que começaram sob o comando do Movimento Passe Livre, ganharam proporções gigantesca e inimagináveis. No vácuo deixado por ele após a efetivação de algumas conquistas, movimentos que representavam um mal-estar social pouco claro foram levados às ruas em diversas capitais do país (seguindo uma tendência verificada em outros países, como nos Estados Unidos com o Occupy Wall Street, e na Espanha, com o Los Indignados, entre outros), resultando em pautas pouco coesas e muito diversas que iam desde a crítica à má gestão dos serviços públicos, até a revolta contra os gastos com a Copa do Mundo de 2014. Embora muitos dos milhões de cartazes vistos nas ruas dos grandes centros urbanos exibissem protestos contra o racismo, o machismo, a homofobia, entre centenas de demandas, a maior parte do movimento problematizava a austeridade.

Os fascismos no Brasil e sua relação com o ideário da ditadura militar: um estudo sobre o presente a partir do rock fascista

DOI: 10.23899/9786589284659.8

Num determinado momento das Jornadas, a ação violenta da polícia foi decisiva para a sua transformação. Isso porque "o ataque a jornalistas e a um movimento com a aparente composição social de 'classe média' pode ter facilitado a solidariedade ao movimento" inclusive por parte da mídia, que viu seus jornalistas sendo agredidos pelos agentes da lei. Com isso, "acompanhando seu mercado, a direita midiática se viu forçada a apoiar os manifestantes – mas com sua própria pauta". A guinada da imprensa em apoio aos manifestantes coincidiu com o esvaziamento das manifestações e posterior retomada delas por setores específicos da direita. Neste sentido, "a mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda abrupta do número de manifestantes. O movimento que começara apartidário se tornava então antipartidário" (Secco, 2013, p. 74).

As eleições do ano seguinte já tinham como pano de fundo, por um lado, a ida da direita às ruas e, de outro, sua insatisfação com o governo Dilma que acabou se estendendo aos governos do PT de modo geral. Claro que a midiatização diária e utilitária da grande imprensa brasileira sobre os desdobramentos da "Operação Lava Jato", explorando as acusações de corrupção contra o PT e soterrando as acusações aos seus opositores políticos, contribuíram para a decadência de seus representantes e dirigentes.

Assim, devido a uma rasa compreensão sobre a dinâmica do PT, toda a esquerda foi associada à corrupção e acusada de causar uma crise que, até então, só existia pela insistência dos noticiários. Dessa forma, "a localização à direita" de muitos manifestantes inconformados com a vitória da petista em 2014 "resulta de uma posição relacional contra a esquerda, nesse sentido restrito". Por consequência, o que os une "é a luta contra o PT e contra a corrupção, a partir de um discurso que associa os governos petistas ao mau uso da máquina pública" (Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015, p. 198).

Com a contrariedade generalizada contra a esquerda, crescem a direita e a extrema-direita. Ainda em 2015, seria realizado o lançamento da Frente Nacionalista em Curitiba, no mês de dezembro. A organização pretendia unir a extrema-direita para subjugar a esquerda. O evento contaria com a participação de oito atrações musicais, todas elas bandas de rock fascista. Uma delas era a Estandarte Patriótico, assumidamente integralista – o que se constata em músicas da banda, como "Eu sou integralista"². Uma de suas músicas, intitulada "Verdadeiros heróis", nos chama a atenção:

² ESTANDARTE Patriótico. Eu sou integralista. In: **Ensaios**. [S. l.]: Independente, 2015.

Os fascismos no Brasil e sua relação com o ideário da ditadura militar: um estudo sobre o presente a partir do rock fascista

DOI: 10.23899/9786589284659.8

Saudemos com muito orgulho
Nossos nobres heróis guerreiros
Em 1964, salvaram o povo brasileiro
Conservaram em nossos mastros
Nossa imponente bandeira
Impediram com muita coragem
A invasão da peste vermelha³.

Trata-se, como fica claro, de um discurso congratulatório ao golpe civil-militar de 1964. Os golpistas são tratados na música como heróis e guerreiros, por terem combatido o que os compositores chamam de "peste vermelha". O anticomunismo é uma das muitas características que une diversas dimensões do espectro político da direita, facilitando a aproximação entre pontos de vista considerados mais radicais como o integralismo e outros ditos mais moderados. Esse eixo possibilita uma adesão a comportamentos extremistas em um momento de disseminada rejeição quanto às visões de mundo progressistas.

Outra banda escalada para o show de inauguração da Frente Nacionalista foi a CWB Oi!, de Curitiba. A música "Não muda nada", de 2013, traz em sua introdução o recorte de um áudio do programa de rádio do falecido jornalista policial paranaense Luiz Carlos Alborghetti. Conhecido por suas declarações polêmicas e conservadoras, Alborghetti narra um suposto assalto que sofreu em Curitiba. Segundo a gravação, quando o assaltante lhe pediu dinheiro durante o roubo, o radialista respondeu:

"Grana a puta que o pariu, vagabundo, vai pedir pro Lula! Vai pedir pro PT, filho das puta! (sic)" E fui com tudo (...), mas dei na cara do moleque, tomei a faca (...). Olha, trombadinha... em cada esquina de Curitiba tem cinco, seis pra assaltar sua família!⁴

Mais adiante, a banda critica a presença de mendigos pela cidade de Curitiba, de onde são provenientes:

³ ESTANDARTE Patriótico. Verdadeiros heróis. In: **Ensaios.** [S. l.]: Independente, 2015.

⁴ CWN. Oi!. Não muda nada. In: **Demo**. Curitiba: Independente, 2013. Faixa 02.

Os fascismos no Brasil e sua relação com o ideário da ditadura militar: um estudo sobre o presente a partir do rock fascista

DOI: 10.23899/9786589284659.8

Eu não posso mais andar
Pelas ruas da minha cidade
Sou cercado por mendigos
Implorando por caridade
Eu odeio dar esmola, não quero enganar você
Eu nunca fui hipócrita, mas não sei o que fazer
Eu não tenho culpa do seu desespero.

Se unirmos o discurso de Alborghetti no início da música ao trecho aqui transcrito, perceberemos que os mendigos e os "trombadinhas" são inseridos numa mesma perspectiva de marginalidade e de decadência social, representando um perigo para a família e para a sociedade. Além disso, o uso de uma fala do radialista no início da música criticando o PT nos aponta para uma tomada de postura da banda que é também contrária ao partido. Há também um claro indício da visão estereotipada sobre o assistencialismo petista às camadas menos favorecidas da sociedade, aqui claramente atacado.

É possível observarmos situação parecida em uma música de 2006, da banda porto-alegrense Comando Blindado: "Partido da moda, showmício e bandeirinha/Discurso da vitória, maldita estrelinha/Ilusão massiva de um povo sem memória/Amarga e passa fome por mais essa derrota"⁵. Embora não fique explicitada uma crítica direta ao PT, a referência à "estrelinha" nos faz deduzir a quem se destina a crítica. A música, intitulada "Volta C.C.C.", é um claro discurso anticomunista que atribui ao PT, no poder executivo desde 2003 após a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, a síntese da esquerda. "Amargar" e "passar fome" é, para os compositores, o resultado natural para um Estado governado pelo que consideram um partido de esquerda.

A sigla C.C.C. se refere a Comando de Caça aos Comunistas, organização civil que agia de maneira violenta contra os sujeitos que consideravam subversivos, atuando paralelamente ao, mas sob as vistas grossas do poder institucional militar. Essa crítica violenta e agressiva não é completamente distinta das insistentes manifestações de rua promovidas pela direita, sobretudo pelas classes médias e pelas elites do país desde 2014, que associam o PT ao comunismo, ao bolivarianismo chavista e, em exemplos mais extremos, evocam os militares como solução para os problemas do país.

Outra banda da mesma época, a Tumulto 64 lança em 2003 a música que carrega o mesmo nome da banda, como parte do álbum "Nosso orgulho". A numeração que

⁵ COMANDO Blindado. Volta C.C.C. In: **Marchando rumo à vitória**. EUA: Zyklon B Records, 2006. Faixa 02.

Os fascismos no Brasil e sua relação com o ideário da ditadura militar: um estudo sobre o presente a partir do rock fascista

DOI: 10.23899/9786589284659.8

acompanha o título da música e o nome do grupo é uma evidente referência ao ano do golpe civil-militar. Qualquer dúvida desaparece quando ouvimos a referida música:

Quero que o povo nunca se esqueça

Dos anos de chumbo, anos de violência

Sequestros, guerrilhas, ataques terroristas

Patriotas combatendo os porcos comunistas

Que tentaram matar o nosso orgulho brasileiro

Que tentaram pintar nossa bandeira de vermelho⁶

O passado militar é trazido à tona pela música para comemorá-lo. A música alude aos patriotas como heróis no combate ao comunismo, ávido por destruir o orgulho nacional e submeter a pátria. Esse combate é desenhado como uma reação à violência radical de esquerda, a qual, sabemos muito bem, não era expressiva o bastante para representar uma ameaça ao poder instituído em 1964 (Motta, 2021). Porém, tal discurso se consolidou no imaginário dos defensores da ditadura e das possibilidades de intervenção militar hoje.

É o que vimos quando observamos, por exemplo, as manifestações públicas contrárias ao resultado das eleições de 2022 no Brasil. Frustradas com a vitória do Lula, parte da extrema-direita foi às ruas pedir tanto a anulação do resultado, como intervenção militar sob a justificativa de que o desfecho da apuração fora uma fraude⁷.

Considerações finais

Dos registros musicais por nós analisados neste capítulo, podemos auferir algumas conclusões. Em primeiro lugar, como a extrema-direita fascista reage em momentos de crescimento de projetos políticos mais progressistas, na mesma medida em que tende a se sentir mais à vontade em contextos nos quais agendas progressistas parecem sofrer reveses. Se no começo dos anos 2000 havia uma projeção maior a plataformas social-democráticas, percebidas como de esquerda, mais recentemente temos o contrário e, nos dois casos, manifestações fascistas incisivas.

-

⁶ TUMULTO 64. Tumulto 64. In: Nosso orgulho. São Paulo: Okultho Records, 2003. Faixa 4.

⁷ CNN Brasil. "Grupos fazem atos antidemocráticos e pedem intervenção militar diante de quartéis". [S. *l.*]: CNN Brasil, 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/grupos-fazem-atos-antidemocraticos-e-pedem-intervençao-militar-diante-de-quarteis/.

Os fascismos no Brasil e sua relação com o ideário da ditadura militar: um estudo sobre o presente a partir do rock fascista

DOI: 10.23899/9786589284659.8

Em segundo lugar, podemos perceber que fascistas e outros agentes da direita em geral, com maior clareza entre os posicionados à extrema-direita, possuem visões de mundo e preferências semelhantes. Não é o caso de levarmos tudo para um mesmo lugar e sumariamente declará-los todos fascistas, mas é interessante observarmos como há aproximações. Por exemplo, o anticomunismo, o discurso patriótico e, especialmente, a memória da intervenção e da ditadura militar como processos históricos positivos.

Em terceiro lugar, devemos atentar ao tom congratulatório feito à ditadura militar por grupos fascistas. É uma singularidade dos fascismos brasileiros, que pode muito bem ter sido resultante, por um lado, da presença de integralistas no aparato público da ditadura militar e, por outro, da forma como valores integralistas se desenvolveram na sociedade em decorrência deste fato. Seja como for, o que temos em vista é a imbricada relação entre o ideário fascista e o da ditadura, também explicada pelo típico fetiche militarista do fascismo. No caso do Brasil, os 21 anos de ditadura surgem como referência a muitos fascistas. Há que se pensar também na aproximação entre certos comportamentos militares e ideais tradicionalmente fascistas.

Esta aproximação fica evidente quando observamos lemas como "Deus, pátria e família", forjado pelos integralistas nos anos 1930, ganhando força no cenário político brasileiro atual. Também ganha força o discurso virulento de ódio ao "outro" (o contrário de "nós", os verdadeiros "cidadãos de bem"), a intimidação física como estratégia política e a violência eleitoral generalizada. O que fica claro é que temos um trauma com o qual precisamos lidar, de uma vez por todas, de forma responsável e cautelosa.

Referências

ALMEIDA, A. de. **Música skinhead White Power brasileira**: guia de referências. 2017. 471 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2017.

ATHAIDES, R. Liderança Carismática e Mobilização Afetiva na Ação Integralista Brasileira: **FACES DE CLIO**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 119-130, 2019.

BARBOSA, J. R. **Chauvinismo e extrema-direita**: crítica aos herdeiros do sigma. Marília: Editora Unesp, 2015.

BARROS, J. D'A. Memória e história: uma discussão conceitual. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 317-343, 2000.

BÉDARIDA, F. Tempo presente e presença na história. *In*: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 219–231.

Os fascismos no Brasil e sua relação com o ideário da ditadura militar: um estudo sobre o presente a partir do rock fascista

DOI: 10.23899/9786589284659.8

BERTONHA, J. F. Os integralistas pós-1945 - A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985). **Diálogos**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 63-82, 2009.

BERTONHA, J. F. Integralismo: problemas, perspectivas, questões. Maringá: EdUEM, 2014.

COPSEY, N. **Contemporary birtish fascism**: The British National Party and the quest for legitimacy. New York: Palgrave Macmillian, 2004.

COSTA, M. R. da. **Carecas do Subúrbio**: caminhos de um nomadismo moderno. São Paulo: Musa Editora, 2000.

CRUZ, N. dos R. A Ação Integralista Brasileira: nacionalismo, antissemitismo, fascismo. *In*: CRUZ, N. dos R. **Ideias e práticas fascistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 45-60.

GONÇALVES, F.; CALDEIRA NETO, O. **Fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KONDER, L. Introdução ao fascismo. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MOTTA, R. P. Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2021.

PAXTON, R. A anatomia do fascismo. São Paulo: Paz & Terra, 2007.

PINTO, A. C. O passado autoritário e as democracias na Europa do Sul: uma introdução. *In*: PINTO, A. C.; MARTINHO, F. C. P. (org.). **O passado que não passa**: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 17-46.

ROUSSO, H. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

SALAS, A. **Diário de um skinhead**: um infiltrado no movimento neonazista. São Paulo: Editora Planeta, 2006.

SECCO, L. As jornadas de junho. *In*: MARICATO, E. *et al.* (org.). **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 71-78.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. C. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). *In*: VELASCO E CRUZ, S. *et al.* (org.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o cíclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 197-211.